

INTERNACIONAL

EDITORIAL

Mais do que nunca, a estratégia da ditadura e revolução proletárias são o farol que deve iluminar a luta de classes

+ pag / 36+37

INTERNACIONAL

+ pag / 37 a 40

**"PLANO DE PAZ"
DE TRUMP
PARA UCRÂNIA**

CORRENTES REFORMISTAS, CENTRISTAS E ESTALINISTAS GOLPEIAM JUNTO COM GOVERNO OS OPRIMIDOS, E BUROCRATIZAM SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM *DEFESA* *DA TÁTICA ELEITORAL E DA GOVERNABILIDADE BURGUESA*

EDITORIAL pag / 2 + 3

HISTÓRICAS

30/12/1922

***Criação
da URSS***

+ pag / 33

POVOS ORIGINÁRIOS

A LUTA PELA

Autodeterminação



**A POLÍTICA
DE DESTRUÇÃO
DOS TERRITÓRIOS
INDÍGENAS**

+ pag / 12 a 15

NACIONAL

+ pag / 4 a 6

**APROVADO O
"PL ANTIFACÇÃO"**

NACIONAL

+ pag / 9 a 10

DERRUBADOS OS VETOS DE
LULA NO PL DA DEVASTAÇÃO

NACIONAL

+ pag / 10 a 11

*A proteção da natureza é
incompatível com o capitalismo*

**AUTODETER-
MINAÇÃO
DOS PALESTINOS**

**PELO FIM
DO ESTADO DE ISRAEL**

MOVIMENTOS



MANIFESTOS DO PPRI

ONU "legaliza" a colonização
da Palestina e normaliza
o holocausto palestino

+ pag / 19 a 22

SINDICAL

30 anos da greve
com ocupação dos
petroleiros contra FHC

+ pag / 30

PELA DERROTA DO SIONISMO E DO IMPERIALISMO NA PALESTINA!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Correntes reformistas, centristas e estalinistas golpeiam junto com o governo os oprimidos, e burocratizam sindicatos e movimentos sociais em defesa da tática eleitoral e da governabilidade burguesa

No interior das centrais, federações, confederações, sindicatos e movimentos sociais dirigidos por reformistas, centristas e estalinistas, a propaganda eleitoral para o pleito de 2026 já é uma realidade. A luta pelas reivindicações foi abandonada em proveito do mais descarado oportunismo eleitoral. Para isso, precisam conter a disposição de luta dos assalariados e demais explorados, impondo-lhes amargas derrotas e traíndo-os, avançando no autoritarismo e o cerceamento das instâncias deliberativas, para que as oposições classistas sejam silenciadas à força. Na defesa de Lula/Alckmin, reformistas e estalinistas abrem caminho aos ataques da burguesia, desde aquelas aplicadas pelas mãos do governo que denominam como “seu”, até os que criticam por serem de “direita” ou “extrema-direita”. São obrigados a fazerem um verdadeiro malabarismo teórico para encaixarem a defesa do governo burguês e pró-imperialista de Lula que os ataca e destrói seus direitos e salários.

O SUPOSTO ‘COMBATE AO FASCISMO’ NAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022

Nas eleições de 2018, a campanha eleitoral deu um salto qualitativo quando as correntes que se reivindicam de esquerda passaram a defender o voto em Fernando Haddad (PT) com conteúdo de suposto “combate ao fascismo” e “em defesa da democracia”, em referência à ascensão de Jair Bolsonaro (então no PSL) ao 2º turno do pleito. As correntes reformistas, centristas e estalinistas correram para unir forças e votos na derrota eleitoral do “fascismo”. Bastou o anúncio da vitória de Bolsonaro para que Haddad desejassem “boa sorte” ao “fascista”, em seu governo.

Bolsonaro não foi combatido no campo da luta de classes. PT e aliados contiveram as lutas e, assim, esteve de mãos livres para adotar medidas antinacionais e antipopulares, pois

as mesmas correntes que adotaram a caracterização de “fascista” não enfrentaram seus ataques aos explorados, em nome de desgastar a imagem eleitoral do bolsonarismo, especulando que poderiam vencer nas eleições de 2022, mas para isso precisaram conter as lutas para se mostrar uma alternativa eleitoral viável para a burguesia. Nos sindicatos e movimentos sociais que dirigem, contiveram a disposição de luta dos assalariados permitindo a aprovação da Contrarreforma Previdenciária; a implementação de redução de jornada com redução salarial na pandemia da COVID-19; a maior flexibilização da relação de trabalho com a Carteira Verde e Amarela como continuidade da Contrarreforma Trabalhista; a privatização da Eletrobrás, Transportadora Associada de Gás (TAG), Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), 49 aeroportos, entre diversas outras – estima-se que o governo Bolsonaro tenha privatizado 36% das empresas estatais brasileiras, principalmente por meio das subsidiárias; entre diversos outros ataques. Lula, que fora preso para evitar concorrer ao pleito contra Bolsonaro, foi solto para poder concorrer em 2022, após a burguesia começar a abandonar Bolsonaro e não conseguir uma candidatura de “união nacional”. Eis como Lula ganhou o apoio da burguesia nacional e internacional, e, com o apoio das correntes que dirigem os sindicatos, que colocaram seu aparato à disposição das eleições burguesas, retornou à presidência, tendo por diferencial perante Bolsonaro sua capacidade de centralizar os sindicatos e movimentos.

O Partido dos Trabalhadores (PT), que dizia combater o fascismo, em nome da democracia rapidamente se aliou ao “inimigo”, o Partido Social Liberal (PSL), nas eleições municipais de 2020 - ambos os partidos estiveram juntos em 136 coligações. Destaca-se que em algumas cidades a coligação foi somente PT/PSL, como em Macie-

ra-SC e São Pedro dos Crentes-MA. A aliança se manteve nas eleições municipais entre o PT e o Partido Liberal (PL – partido do qual Bolsonaro é filiado desde 2021), totalizando 85 coligações. Em alguns municípios, o PSOL participou dessas coligações sem nenhuma crítica, como em Corinto-MG (PT/PCdoB/PSOL/MDB/PP/PL/PSD/UNIÃO, entre outros), demonstrando como o PT e seus aliados caracterizam Bolsonaro como fascista por puro oportunismo eleitoreiro, não havendo divergências profundas com os partidos de direita, enquanto caminham juntos para atender as diversas frações da burguesia nacional e imperialista.

REFORMISTAS, CENTRISTAS E ESTALINISTAS BUROCRATIZAM OS SINDICATOS EM NOME DA REELEIÇÃO DE LULA

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, para tirar os sindicatos das mãos dos intelectuais do estado da ditadura militar, muitas correntes classistas fizeram um imenso esforço de reorganizar às bases, campanhas por assembleias e congressos, formações políticas, entre outros, fortalecendo a democracia sindical. Nesse processo foram construídos sindicatos de luta e a própria CUT como central única. Já no final dos anos 80, as direções da CUT começaram um processo inverso, de burocratização e tiveram que limitar a democracia sindical para caminhar às eleições burguesas de 1989, com Lula. A derrota da coligação Frente Brasil Popular¹ (PT, PCdoB e PSB) daquele ano marcou o salto qualitativo das direções sindicais, da CUT, de movimentos estudantis, sociais, rurais e etc. na investida em rasgar a democracia sindical e combater burocraticamente as oposições, principalmente à esquerda, para se manterem com os aparatos em mãos. Este processo foi tão intenso e violento que resultou na

1. Não é idêntica à que foi reeditada em 2015 para a candidatura de Dilma Rousseff.

manutenção de muitos dirigentes há quase 40 anos à frente das direções sindicais, como é o caso da Apeoesp.

A cada eleição burguesa, especialmente presidencial e de governadores, que ocorrem no mesmo calendário, se aprofunda mais e mais a burocratização e a subordinação ao eleitoralismo, para tentar transformar os organismos de organização dos assalariados e demais explorados em currais eleitorais. Para isso, não podem se chocar com o governo que consideram como “seu”, o que os leva a controlar as esparsas assembleias com mãos de ferro, negando a democracia operária e impondo aos assalariados e demais explorados os golpes da burguesia, sem nenhuma resistência por meio das greves e ocupações.

A FRENTE AMPLA LULA/ALCKMIN LEVOU AS CORRENTES REFORMISTAS, CENTRISTAS E ESTALINISTAS A SE DISCIPLINAREM - DIRETA OU INDIRETAMENTE - AO PT

Nos últimos anos, as principais correntes de oposição ao PT no interior dos sindicatos contiveram, abortaram e até traíram as greves em defesa da governabilidade de Lula ou se subordinando às direções governistas, se jogando em alianças acríticas ou apenas como oposição “formal”, divergindo sobre questões pontuais, mas não se chocando abertamente com a política burguesa imposta no interior dos movimentos. Assim, se tornaram objetivamente instrumentos da política da conciliação de classes dos governistas, de Lula e da burguesia, permitindo as privatizações, terceirizações, retiradas de direitos históricos e impedindo qualquer ação consequente dos explorados em combate contra a classe exploradora.

O chamado governo “Lula 3” conseguiu estatizar ainda mais os sindicatos e movimentos, não apenas com indicações de militantes aos cargos do governo, como Vitória Genuino, do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que se tornou Secretária Nacional de Juventude, ou João Fukunaga, de diretor do sindicato dos bancários à presidente da Prev (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) por dois anos, e o ex-presidente da CUT, Wagner Freitas, para presidente do Conselho de Administração do Sesi; mas subordinando sindicatos e movimentos, e



A luta pelas reivindicações foi abandonada em proveito do mais descarado oportunismo eleitoral. Para isso, [as direções] precisam conter a disposição de luta dos assalariados e demais explorados, impondo-lhes amargas derrotas e traindo-os, avançando ao autoritarismo e o cerceamento das instâncias deliberativas, para que as oposições classistas sejam silenciadas à força.

suas oposições eleitoreiras, à política da Frente Ampla burguesa.

O PAPEL HISTÓRICO DOS SINDICATOS E MOVIMENTOS E O PRÓXIMO PERÍODO

A cada dia que o pleito de 2026 se aproxima, as direções burocratizadas e autoritárias tentam mais e mais condicionar os sindicatos e movimentos como “currais eleitorais”, traindo abertamente as greves que se chocam com o governo Lula. Contudo, a história e a experiência demonstram que somente pela real luta de classes (paralisações, greves, piquetes, etc.) há a possibilidade de se combater os ataques às condições de vida dos explorados desferidos pelo governo de turno.

As centrais sindicais, sindicatos e movimentos se erguem no capitalismo como organismos de frente única para a luta pelas reivindicações contra a exploração. Foram criações das próprias massas operárias e assalariadas. Servem para organizar e unificar os assalariados e demais explorados em luta contra seus opressores. Os direitos trabalhistas são exemplos da atuação histórica dos sindicatos como instrumentos para combater os capitalistas e a importância da ação direta. Por isso, nunca devemos confundir essas organizações com suas direções traídas dos explorados, ao contrário, as verdadeiras oposições classistas e revolucionárias devem se

constituir ou serem fortalecidas para extirpar a burocracia reacionária da direção e colocar esses instrumentos de luta a serviço das massas. A política de independência de classe irá se chocar antagônica e inevitavelmente contra oportunistas e burocratas, e terá de recuperar os sindicatos varrendo com as direções traídas.

Na fase imperialista, de decomposição do capitalismo, especialmente nos países semicoloniais atrasados, a burguesia em sua fase reacionária já abandonou a época das reformas que atendam as reivindicações das massas, e entrou na época das violentas contrarreformas (como a Trabalhista, Previdenciária e Administrativa) que todos os governos burgueses devem aplicar, portanto, o discurso dos reformistas, centrístas e estalinistas em defesa de qualquer candidato que consideram como “seu” ou “dos trabalhadores” não passa de falácia oportunista e traição os interesses dos explorados, escondendo que os governos burgueses são os algozes de turno dos explorados.

A defesa do emprego, do fim do subemprego e desemprego, da melhora na condição de vida dos explorados, e toda e qualquer reivindicação, não virá de presente da burguesia e seus governos. Serão arrancadas à força pelos oprimidos, organizados e em unidade, com os métodos próprios do proletariado. É necessário avançar para além das lutas das questões mais sentidas, chocando-se com a burguesia e a sociedade de classes, raiz das opressões.

FOLHETO

NOVO!



Adquira com nossos militantes!

Aprovado o chamado “PL Antifacção”

*Os partidos da ordem burguesa erguem um **arcabouço legal** que poderá servir à militarização das favelas, a legalizar o terrorismo de Estado e promover as chacinas de pobres e miseráveis sob a farsa da luta contra o crime*

Lula esteve adiando a decisão de quem apoiaria para assumir a vaga do Superior Tribunal Federal (STF), após a aposentadoria de Barroso. Finalmente, decidiu nomear Jorge Messias, da AGU (Advocacia Geral da União). Enquanto isso, o PL do *Marco Legal do Combate ao Crime Organizado* (que altera a Lei nº 12.850/13) de autoria do governo começava a ser discutido na Câmara de Deputados.

O PL foi alterado pelo relator Guilherme Derrite (PP), ex-secretário de segurança do governador Tarcísio (Republicanos), apoiado pelo centrão. A proposta de Derrite modificou substancialmente o projeto do governo, retirando aspectos que este considerava inegociáveis. Na terça-feira (18/11), o chamado “PL Antifacção” foi aprovado por 370 votos a favor e 110 contra.

O governo entendeu esse acordão como uma facada nas costas. Davi Alcolumbre, presidente do Senado, operava para que fosse indicado ao STF seu aliado, Rodrigo Pacheco (PSD). Estava disposto a “desidratar” a proposta de Derrite, almejando, assim, negociar com Lula a vaga no STF. Mas, Lula aprovou a indicação de Messias ao STF. Alcolumbre informou que iria colocar em pauta no Senado o projeto de Derrite e acompanhar o PL redigido pelos bolsonaristas e aliados.

Foi infringida uma derrota ao governo pela aliança entre parte de sua base aliada com cargos em ministérios e o bolsonarismo, ameaçando abalar a frente ampla que ergueu Lula na presidência, e fazer das relações já conturbadas, um elemento de permanente crise política até fins de 2026.

DE QUE TRATA O PL DO MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO?

O PL caracteriza novos tipos de crime e amplia a caracterização de “terrorismo” para crimes comuns e hediondos. Destaca principalmente: 1) a tipificação de crime hediondo ao novo *Crime Social Estruturado*, com penas de 20 a 40 anos de prisão contra “integrantes” de organizações criminosas, milícias ou grupos paramilitares. Assim, a reunião de três ou mais pessoas para empregar violência, ameaças ou coação visando impor controle territorial ou social, intimidar autoridades e população, e inclusive atacar serviços e infraestrutura, serão enquadrados dentro do novo crime; 2) é estabelecido o crime de *Favorecimento ao Domínio Social Estruturado*, com penas de 12 a 20 anos de cadeia, para aqueles que apoiam, prestam ajuda ou abrigo, prestam serviços na logística, fornecem informações etc. Penaliza ainda o “concurso de funcionário público” e a “infiltração no setor público ou atuação direta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais”; 3) agrupa aos anterior o crime de *Ato Isolado*, com 12 a 30 anos de prisão, para aqueles que não pertencendo a organização criminosa, mas cometem crimes tipificados nas tipificações criminais referidas acima; 4) esses crimes tipificados são insusceptíveis de anistia, graça, indulto, fiança e livramento condicional; 5) estabelece aumento das penas de 1/2 e 1/3 para lideranças ou comando, “individual ou coletivo, da organização criminosa,

ainda que não pratique pessoalmente atos de execução”, que utilizam drones, sistemas de vigilância, recruta criança ou adolescente etc.; 6) altera-se o Código Penal para introduzir penas mais severas para esses crimes que envolvam “homicídio, lesão corporal, ameaça, sequestro, furto, roubo e extorsão quando cometidos por integrantes dessas organizações no contexto de atuação do crime organizado”; 7) facilita a intervenção judicial sobre PJ envolvidos nos crimes tipificados; 8) autoriza a intervenção sem autorização judicial a “dados cadastrais dos investigados”, filiação, números de telefone e endereços, registros de internet, “histórico de acessos a serviços digitais e a geolocalização dos dispositivos utilizados” etc.; 9) cria o Banco Nacional de Dados e a “obrigatoriedade de criação de bancos estaduais” e base de dados unificada de integrantes, financiadores etc.

O ALVO DO PL SÃO AS MASSAS POBRES E MISERÁVEIS, NÃO A BURGUESIA ASSOCIADA AO CRIME ORGANIZADO

Algumas das frações da burguesia poderão ser atingidas, mas a burguesia como classe que participa direta ou indiretamente dos negócios criminosos será pouparada dos crimes e punições previstos pelo PL. Parte dos Bancos, das fazendas de propriedade de grandes latifundiários, fundos de investimento (lembra a relação entre empresas da faria Lima com a lavagem do dinheiro do tráfico), empresas de serviços, imobiliárias e até Igrejas estão ligadas - de uma forma e outra - à lavagem do dinheiro do narcotráfico, extorsões, venda de serviços ilegais, terrenos etc. para “legalizar” seus lucros.

Até a burguesia narcotraficante ou associada ao contrabando “têm até mesmo suas bancadas parlamentares, volta e meia denunciadas por temarem apreendidas cargas de drogas em seus aviões”, como é reconhecido e far-

FOLHETO

Inviabilidade da DEMOCRACIA BURGUESA

“*Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia*”

Adquira com nossos militantes!

→ tamente documentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Não há como ocultar que as facções criminosas “prosperam graças aos políticos e policiais que os protegem e criam condições de imunidade para estender seus mercados de consumo ...”¹ Talvez seja por isso que a direita e ultradireita (e os reformistas direitizados, como na Bahia) querem limitar os poderes de investigação da PF e deixá-la nas mãos das polícias sob controle do poder político.

MARCO JURÍDICO LEGAL AO TERRORISMO DO ESTADO, À MILITARIZAÇÃO DA VIDA CIVIL E ÀS CHACINAS

A legítima preocupação das massas pobres e miseráveis que sofrem da violência criminosa está servindo para a burguesia e seus partidos da ordem legalizar e institucionalizar as chacinas e a repressão violenta, criando um marco jurídico propício ao terrorismo de Estado e aos massacres.

A Lei Antiterrorista aprovada pelo governo Lula e o PL Antifacção transformam o “terrorismo” quase qualquer crime contra a propriedade e o estado, e criam assim um amplo escopo legal e jurídico para que a caracterização de *Crime Social Estruturado* e *Favorecimento ao Domínio Social Estruturado*, sirva ao objetivo de militarizar os bairros e favelas, preparando a repressão e os métodos terroristas de Estado contra as organizações de massas que entrem em choque com Estado ou se organizem para derrubar os governos burgueses que destroem suas condições de vida. Em outras palavras: o PL Antifacção será um novo marco jurídico-legal para a repressão das organizações que recorram à violência de massas que, não duvidamos, passarão a carregar com o rótulo de “terroristas”, como foi aprovado nos EUA contra o movimento Antifa.

Trump procura agora estender a perseguição a quem carrega materiais ou defende programas que lutam pela “abolição violenta” do Estado de Direito e do capitalismo pela revolução social. Trata-se de uma tendência mundial presente entre todos os partidos direi-

tistas e ultradireitistas que exigem e propõem esmagar a luta de classes e as organizações sindicais para garantir os lucros monopolistas em meio à profunda crise estrutural do capitalismo. O que fará da militância organizada sob estratégia revolucionária, classista e proletária, um alvo da repressão e da aplicação do PL Antifacção. Especialmente quando um partido proletário ganhe projeção de massas e as organize contra os interesses do estado burguês, criando condições para legalizar o terrorismo de Estado.

RETOMADA DOS CHOQUES ENTRE O GOVERNO E O CONGRESSO REACENDE A CORRIDA ELEITORAL PARA 2026

Partidos do Centrão com representação nos ministérios entregaram 60% dos votos favoráveis ao PL Antifacção. O governo entendeu sua aprovação como uma traição de sua base aliada. Lula e aliados acusam o Congresso de pretender reduzir os recursos e as capacidades de atuação da PF, de alterar regras para a distribuição dos fundos públicos e criar uma lei específica, ao invés de ampliar e mudar normas já existentes, como procurava fazer o projeto do governo. A crise aberta tenderá a ser aprofundada após a prisão preventiva de Bolsonaro por tentativa de retirada da tornozeleira eletrônica, e “risco de fuga”, o que acelerará o tratamento da “PL da Anistia” e a “PEC da Blindagem”, podendo trazer novas derrotas para o governo. Tudo acontece no campo da disputa inter-burguesa para 2026.

Assim como a pressão as mobilizações contrárias à PEC da Blindagem e da Anistia fez retroceder e recuar o Centrão e a ultradireita, elevando conjunturalmente a popularidade de Lula, o PL Antifacção elevou conjunturalmente a popularidade da oposição e fez retroceder a de Lula. Entre idas e vindas, entre traições políticas e o “toma lá, dá cá”, o Congresso sequer reflete distorcidamente os reais interesses das massas. Não há consultas, nem plebiscito ou qualquer outro método eleitoral para que os explorados e oprimidos se manifestem. Seguem-se as pesquisas eleitorais e as estatísticas jornalísticas se essa ou aquela proposta conta com aprovação popular ou não. O interesse das massas e sua legítima preocupação com os crimes dos quais são seu prin-

cipal alvo, é manipulado para servir às manobras eleitorais. Como já assinalamos², o “acordo ao redor das pautas reacionárias e da anistia garantiria o apoio de Bolsonaro (e do grande setor da população que continua na sua base eleitoral) ao candidato escolhido pela frente para derrotar o PT”. Eis porque “O Congresso tem se tornado o campo preferencial para estabelecer as bases políticas da frente ampla da direita e ultradireita”.

A unidade ao redor das pautas legislativas se reflete, ainda, no apoio às medidas repressivas e reacionárias de governadores e prefeitos ultradireitistas, como aconteceu como a chacina do Complexo da Penha (RJ), demonstrando muito bem como um massacre pode ser decidido politicamente como um meio para servir ao eleitoralismo e às disputas aparelhistas pelo poder.

NADA QUE INTERESSE ÀS MASSAS SE DECIDE NO CONGRESSO

Nesse quadro onde o Congresso tornou-se hostil ao governo, é que os reformistas e centristas se apressam a apresentar seus projetos de lei visando potenciar suas campanhas eleitorais para 2026. Afirmam, assim, que é necessário votar deputados de “esquerda” para mudar a “correlação de forças” ao interior do Congresso e, desse modo, frear os ataques e avançar em reformas progressivas. Enquanto isso, impulsionam pautas reacionárias que servem aos interesses da burguesia (como o PL da Segurança e, antes, a lei “antigreve” e antiterrorista), aprovando as contrarreformas (Reforma Administrativa), aplicando políticas de destruição dos serviços públicos (Arca-bouço Fiscal) e as privatizações.

As manobras e pressões ao interior do Congresso demonstram quanto à aprovação de leis e suas alterações são moeda de troca nas mãos dos partidos oligárquicos, e refletem seus interesses eleitorais. A situação criada pelo PL teve por pano de fundo não apenas a corrida eleitoral, mas também a disputa de uma vaga do STF que é muito cobiçada porque permite chegar colcoar e votar pautas na mais alta corte da justiça burguesa que favorecem às diversas

continua |>

1. Manifesto PPRI nº 87, 30 de novembro de 2025, “A chacina no Rio de Janeiro expõe a real face terrorista do estado burguês e o conteúdo de classe da guerra às drogas imperialista que se desfecha sobre toda América Latina”.

2. “Crise política agrava a disputa eleitoral inter-burguesa antes mesmo de começar as campanhas para 2026”, Ol nº 31, de setembro de 2025.

→ frações da burguesia e seus aliados no Congresso. Pode-se ainda decidir sobre leis e aplicar resoluções jurídicas que podem favorecer interesses econômicos e políticos, ou servir de escudo para a proteção contra processos.

A proposta aprovada do PL favorece os estados, lhes garantindo uma severa limitação da atuação da PF que tem investigado (e comprovado) inúmeros crimes de associação entre políticos e empresários com narcotraficantes, donos do jogo do bicho e milícias. Conter sua capacidade de investigação e intervenção visa preservar esses laços criminosos com os poderes estaduais, além de “preservar” às forças policiais estaduais de qualquer investigação por conivência com o crime ou pelas chacinas.

ORGANIZAR AS MASSAS NO CAMPO DE INDEPENDÊNCIA E DA LUTA DE CLASSES

As leis se modificam, recortam ou ampliam a depender das pressões advindas de partidos que usam as discussões ao redor da aprovação de leis para favorecer seus interesses, proteger seus aliados e disputar o voto das massas que nada decidem, mas sofrem de

todas as mazelas dessas decisões.

O Congresso é uma cova de ladrões, larápios, de parasitas e de democratizantes serviçais aos interesses da burguesia. Não é por acaso que todas iniciativas que supostamente são para a defesa das condições de trabalho e direitos (Fim da escala 6x1 e contra a reforma Administrativa) rejeitam-se defender nas ruas e com greves, ocupando fábricas e locais de trabalho, e são negociadas no seio dessa instituição apodrecida com a direta e centrão, às vezes confluindo com a extrema-direita como é o caso da PEC 27/2024, que propõe a criação de um *Fundo Nacional de Reparação*.

As direções sindicais e políticas dos governistas e seus aliados reformistas e centristas organizam manifestações controladas e aparelhistas apenas para reforçar ou lançar suas campanhas eleitorais. Não se organizam movimentos radicalizados que se orientem a impor ao Congresso as reivindicações votadas em assembleias com a força coletiva e os métodos da luta de classes. Com o início da campanha pela reeleição de Lula, a greves continuarão sendo traídas para impor goela

abaixo os ataques e contrarreformas, chamado a confiar nos “deputados de esquerda” e em Lula que ataca e aplica medidas que destroem as condições de vida das massas.

Como se vê, a subordinação dos explorados à democracia burguesa serve a seu inimigo de classe. Ajudá-los a romper com suas ilusões na democracia formal burguesa é uma tarefa urgente para a vanguarda. Trata-se de impulsionar a luta das massas por suas reivindicações sob um plano nacional e unificado de luta, dando passos para conquistar sua independência de classe e fazer os sindicatos avançarem na ruptura com o governo e todos os partidos burgueses. Para isso será necessário expulsar as direções vendidas na colaboração de classes dos sindicatos e centrais, e elevar a consciência classista da vanguarda do proletariado. E isso exige a formação das oposições classistas e revolucionárias que batalhem por fazer dos sindicatos instrumentos da luta pela derrota da burguesia, pela sua libertação da exploração e pelo socialismo. Qualquer outra política é, nas atuais condições, uma traição. ●

TARCÍSIO AVANÇA COM AS PRIVATIZAÇÕES DAS TRAVESSIAS DE BALSAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

 A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) abriu caminho¹ há meses, para que o Governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), avance com a privatização por meio de Parceria Público-Privada (PPP) de 14 travessias aquaviárias no Estado de São Paulo. A concessionária Acqua Vias SP foi a vencedora do leilão de 13 de novembro na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo - antiga Bovespa) e irá administrar as balsas pelos próximos 20 anos. Alguns prefeitos das cidades que têm balsas correram para comemorar e anunciar apoio ao Tarcísio, como Toninho Colucci (PL - Ilhabela) e Reinaldinho Moreira (Re-

publicanos - São Sebastião).

Para a concessionária, será destinado a “contraprestação anual” de mais de R\$413 milhões, ou seja, o governo estadual irá repassar ao menos R\$8,26 bilhões ao longo de todo o período da concessão, enquanto a Acqua Vias SP terá que desembolsar cerca de R\$2,5 bilhões em investimentos, como a renovação de 45 embarcações. Em outras palavras, o estado entregará 14 travessias de balsa na mão de empresas privadas e irá repassar enormes montantes que garantirão o lucro da burguesia.

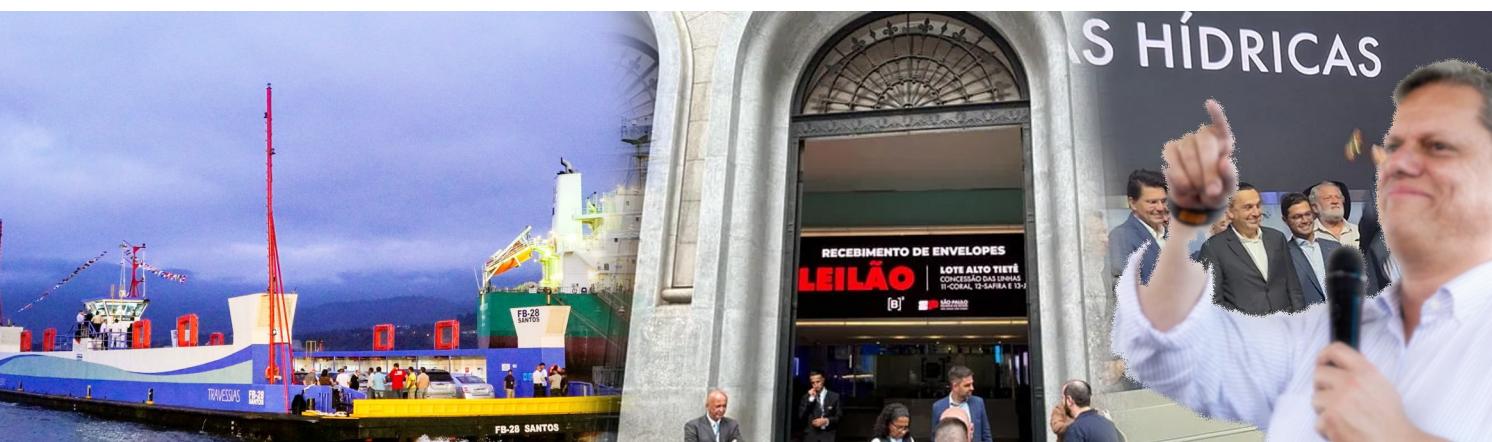
Este modelo de privatização (PPP) é o mesmo que Lula pretende utilizar nas hidrovias federais na Amazônia, onde se pretende aplicar o mesmo método para garan-

tir o lucro da burguesia. O governo federal indica que cerca de 80% da remuneração da concessionária será pago com recursos da Conta de Desenvolvimento da Navegabilidade, um fundo criado exclusivamente para o desenvolvimento da navegabilidade dos rios Madeira e Tocantins. Ou seja, com fundos públicos.

Destaca-se que as PPPs foram impulsionadas por Lula, quando sancionou a Lei nº 11.079, em dezembro de 2004, aplicando um modelo de privatização no qual o Estado coloca a administração de estatais nas mãos da burguesia, e ainda a “remuneraria” disfarçando o repasse de subsídios do estado como “investimento”, para além das tarifas e cobranças pe-

los serviços, garantindo um negócio altamente rentável e seguro às empresas privadas que obtém a concessão da operação.

A falácia ouvida é que o setor público possui orçamento apertado, assim se justificaria as contínuas reduções de gastos em diversos setores como saúde e educação, investimentos reduzidos em empresas estatais, abandono da infraestrutura como as rodovias, entre outros. A realidade é que os diferentes partidos à frente dos governos, tanto Municipais, Estaduais ou da União, aplicam a velha política de sucateamento por falta de investimentos, até que se venda a imagem à população de que a única saída seria a privatização ↑



→ para se ver a melhoria nos serviços. Assim, de um lado se potencializa o lucro de setores da burguesia que passam a deter o controle das estatais, enquanto se direciona grandes volumes de dinheiro ao pagamento da dívida pública, que já ultrapassa 77,5% do PIB nacional, cerca de R\$9,6 trilhões.

PT E ALIADOS SÃO CÚMPLICES DA PRIVATIZAÇÃO

Os deputados estaduais Antonio Donato (PT) e Paulo Fiorilo (PT) atuaram representando a bancada da Federação PT/PCdoB/PV com emendas ao Projeto de Lei que autoriza a privatização pedindo mais estudos técnicos sobre impactos financeiros e ambientais, isenção de veículos das cidades, entre outros. Foram seguidos pelos parlamentares do PSOL. Tendo suas emendas rejeitadas, os membros desta Federação votaram contrários ao PL, o que não alterou o resultado na ALESP. Mas, demonstrou que estavam dispostos a privatizar desde que se incluíssem suas emendas.

Nos votos em separado, ressaltam que “o presente projeto de lei, de modo que não é possível se admitir, de modo geral, que a decisão seja tomada sem a adoção das providências que preconizamos”, “O que se pretende não é fazer uma interferência, mas assegurar que sejam adotadas medidas mínimas de governança racional” e,

por fim “Não se pretende, sob qualquer hipótese, suprimir a competência do Executivo para decidir a respeito da matéria, mas o que se pretende é definir parâmetros para o exercício dessa competência pelo Executivo” – voto em separado² de Antonio Donato (PT). Ainda para Donato, “O projeto deveria ser arquivado, e não por preconceito em relação ao modelo - que, como tantas outras alternativas destinadas à construção de soluções que atendam ao interesse público, foi criada pelo Governo do PT - mas por falta de elementos que possam assegurar que o instrumento foi adequadamente utilizado.”

- Estes destaques são relevantes para desnudar como o PT e seus aliados mais próximos estão cada vez mais submetidos ao capital financeiro^{3,4}, comprometidos com as terceirizações⁵ e
2. Processo número 6112/2025 (SP Sem Papel) sobre o Projeto de Lei nº 164/2025.
 3. “Boulos ministro do governo burguês de Frente Amplia - O PSOL retira sua máscara carnavalesca de independência e mostra seu verdadeiro rosto democratizante e de subserviência ao governo de frente ampla burguesa.” – Pág. 07 do jornal O Internacionalista nº 33 (novembro de 2025).
 4. “Governo burguês de Lula/ Alckmin cada vez mais mostra seu comprometimento com a política pró-imperialista e sua submissão ao capital financeiro internacional” – Pág. 02 do jornal O Internacionalista nº 33 (novembro de 2025).
 5. “Governo de frente ampla

o lucro da burguesia, com a farsa de que agem em defesa dos trabalhadores⁶. O PT, PSOL e PCdoB se colocaram claramente favoráveis à PPP (uma forma de terceirização), só apresentando divergência em alguns míseros artigos, que não modificam em nada o ataque aos assalariados. São incapazes de qualquer crítica consequente pois o governo federal de Lula aplica a mesma política que Tarcísio, avançando com a privatização de hidrovias federais, metrô de Recife (Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU), rodovias, entre outros.

SINDMESTRES/UGT EM ABSOLUTO SILENCIO SÃO TRAIDORES DOS ASSALARIADOS

O Sindicato Nacional dos Mestres de Cabotagem e Contra-Mestres de Transportes Marítimos (Sindmestres), filiado à União Geral dos Trabalhadores (UGT), mostra seu peleguismo e burocracia ao não organizar os trabalhadores contra as privatizações, seja pelas mãos de Lula ou de Tarcísio, portanto traendo a categoria.

- Lula/Alckmin avança com as privatizações e os ataques ao funcionalismo público” – Pág. 02 do jornal O Internacionalista nº 32 (outubro de 2025).
6. “A terceirização e seus impactos sobre os trabalhadores. O maior crescimento desse fenômeno se dá nos governos do PT. A luta contra a terceirização é urgente.” – Pág. 07 do jornal O Internacionalista nº 25 (março de 2025).

Sabe-se pela experiência que com as privatizações vem as terceirizações, a redução de salários, a extensão e intensificação da jornada de trabalho, a perda de direitos etc. Ao não organizarem a categoria e apoiarem os deputados e vereadores do PT, nos fatos, a direção sindical concorda com a privatização, e por isso não organiza a luta.

OS MÉTODOS PARA CONTER AS PRIVATIZAÇÕES

É necessário que o conjunto de trabalhadores das balsas e demais transportes hidroviários superem suas direções burocráticas, que se recusam a organizar a luta em defesa das estatais, de seus empregos e salários. Esta árdua tarefa não é fácil e nem se resolve de um dia para outro, mas é urgente, para que a categoria possa se organizar em assembleias e, unificada, lute com os métodos próprios do proletariado, que é a ação direta, contra as privatizações. Para essa luta, será necessário se chocar com governos, tanto os de direita quanto os que se apresentam como de “esquerda”, e com a burguesia, portanto, será necessário defender a completa estatização das balsas sob controle dos trabalhadores e usuários pelo fim da terceirização, em unidade com demais assalariados e oprimidos, assim caminhando para a revolução proletária.

PARALISIA E SUBORDINAÇÃO DAS DIREÇÕES SINDICAIS DOS ECETISTAS A LULA FAORECE O CURSO PRIVATISTA DOS CORREIOS

 O governo e o Congresso Nacional estão decididos a privatizar os Correios, mesmo antes do fim do mandato do governo Lula/Alckmin. Será um presente entregue em bandeja de prata aos capitalistas pelo governo dito popular. A ameaça de privatização dos Correios se estende ainda para outras 8 estatais. São essas: Casa da Moeda, Infraero e a ENBPar (que controla a Eletronuclear) e cinco companhias Docas: do Ceará, do Pará, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte. Como é para a ECT, as avaliações pré-privatizações têm por parâmetros cinco eixos: a) gestão, b) inovação, c) desempenho financeiro, d) pessoal, e) tecnologia da informação. Enquanto isso, as direções da CUT e CTB, que dirigem as maiores centrais do país e dos sindicatos ecetistas, o SINTECT e a FINDECT, permanecem calados e se negam a erguer uma greve nacional e unitária para impedir a privatização.

Segundo as últimas informações disponíveis, decidiu-se “fatiar” o empréstimo de R\$20 bilhões prometido para “sanear” as contas da ECT e condicionar a sua “reestruturação” prévia à sua privatização. Procura-se dessa forma “atrair” mais bancos à operação e, assim, reduzir os juros do empréstimo. Foi imposto pelos quatro bancos (Banco do Brasil, BTG Pactual, Citibank e ABC Brasil) que já disponibilizaram as linhas de créditos necessárias de um custo de 136% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) sobre o empréstimo, quando o máximo aprovado pelo comitê de garantias do Tesouro Nacional prevê um teto de 120% em prazo máximo de dez anos. Essa “diferença” poderia levar a novos “custos” adicionais de centenas de milhões caso não sejam pagos os créditos. Mas, esse perigo foi “afastado” com a garantia do Tesouro Nacional em “garantir” com fundos públicos seu pagamento.

Piora o cenário quando se observa que a direção da empresa estatal é responsável de “criar” o rombo financeiro (ver nota OI nº 31, de setembro, “Avança a privatização e quebra do monopólio dos Correios”) que se utiliza para justificar agora sua privatização. Afirma-se que, em 2026, o rombo financeiro pode chegar a R\$20 bilhões, “coincidentemente” o mesmo valor do crédito. Bastaria isso para demonstrar que os R\$20 bilhões seriam para “sanear” as contas, pagar provedores etc. Ou seja, para “zerar” as dívidas para que a empresa que ganhe a licitação não tenha que se fazer cargo delas, o que caberá à União.

Confirmou-se também pela imprensa burguesa algo que tínhamos prognosticado na nota citada logo acima: o empréstimo seria moeda de troca para impor aos Correios sua “reestruturação” do quadro de funcionários. Uma publicação da Folha afirma que os bancos que prometeram alavancar o crédito, “exigem” que a diretoria da ECT instale, urgentemente, um PDV, porque seriam os cerca de 85 mil empregados o 72% dos custos da empresa atualmente. O que seria incompatível com a redução dos custos operacionais almejados para sua posterior privatização. Nesse sentido, se insiste em que, pelo menos de forma imediata, se estabeleça um plano de demissões voluntárias para ao menos 10 mil empregados tendo por principal eixo à idade e tempo de serviço, ou seja, os empregos com remunerações salariais e aposentadorias

mais elevadas, além da “produtividade”. Soma-se a isso a exigência de revisar o plano de saúde, avançar à venda de imóveis, à flexibilização da jornada de trabalho aplicando uma “escala de 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso, abrindo caminho para intensificar as entregas nos finais de semana” (Folha de São Paulo). Está em avaliação o fechamento de milhares das 10 mil unidades de atendimento, bem como repassar partes dos imóveis para a estatal Emgea (Empresa Gestora de Ativos) para “acelerar” a venda e o repasse dos R\$ 20 bilhões.

Ora, o quadro de funcionários, dos veículos, das unidades de entendimento etc. se manteve quase inalterado por anos, e não houve “déficit” e, sem qualquer modificação desse quadro, agora há. Como a diretoria mantém fechado os livros de contabilidade, não há como os trabalhadores saberem como foi possível aparecer um “rombo financeiro” mantendo-se praticamente inalterada a estrutura da empresa. Tudo indica, como afirmamos na nota de OI nº 31, que o déficit foi promovido deliberadamente por meio de manejos financeiros para justificar a privatização. Isso ficou claro, ainda que de forma indireta, quando o ministro Walton Alencar Rodrigues, que disse que “De uma gestão em que nenhuma entidade estatal apresentava prejuízos, agora nós temos nove; se deixar, no final do ano serão 12”. E tratam-se, coincidentemente, das mesmas que hoje estão sob avaliação para avaliar sua privatização.

Lula está comprometido na “reestruturação” e fazer da ECT viável economicamente para sua privatização. Tampouco se deve obscurecer a importância do Arcabouço Fiscal que reduz o financiamento das estatais para garantir o pagamento de dívida pública, e abre caminho à privatização. Manteve ainda as contrarreformas trabalhista e previdenciária que, junto da administrativa, criam um escopo legal que impulsiona o entreguismo e a destruição das condições de vida dos trabalhadores.

As direções sindicais estão negociando com o governo e a ECT como fazer menos brutal a privatização e garantir algumas migalhas que possam apresentar como vitórias para bloquear a revolta das bases. A política de conciliação de classes das direções sindicais com o governo significa, nos fatos, negociar no campo do privatismo - uma capitulação. Preferem se dedicar à reeleição de Lula antes que defender direitos, empregos e as estatais. Querem arrastar os assalariados a votar de novo em quem está à frente desses brutais ataques. São cúmplices do entreguismo e dos ataques do governo burguês de Lula!

Somente a ação coletiva e unitária dos trabalhadores combatendo o governo poderá criar as condições de manter direitos, salários, empregos e a ECT estatal. Mas, para isso, está colocada de forma urgente constituir no SINTECT e na FINDECT uma oposição classista e revolucionária, ligada estreitamente à democracia sindical, que organize a luta para defender os empregos, os direitos e a empresa estatal com independência de classe perante o governo burguês privatista de Lula/Alckmin. ●



Vetos “palatáveis” de Lula no PL da Devastação são derrubados pelo Parlamento

O reformismo agora quer alimentar ilusões de que a justiça burguesa - a mesma que aprovará o marco temporal como constitucional - se colocará contra a burguesia, seu verdadeiro amo.

Como demonstramos no OI nº 30, Lula sancionou a lei com 63 vetos. “Os vetos são medidas cosméticas que servem a Lula para posar de defensor do meio-ambiente e atenuar os impactos políticos entre suas bases pelo seu apoio ao PL”¹, pois, “o PT e Lula também têm interesses criados nesse PL. Propuseram incluir modificações na Licença Ambiental Especial (LAE) do PL para projetos “prioritários” ao governo, ou seja, que lhe servem como propaganda eleitoralista e para manter aliados da direita nos estados para o ano que vem.”² O “governo Lula apoiou o ‘PL da devastação’, especialmente quando estão planejadas a construção de rodovias com elevado impacto ambiental, mas que servem ao governo para se posicionar eleitoralmente.”³

Dias após o encerramento da COP 30 (ver matéria na página 10), o parlamen-

to derrubou 52 vetos presidenciais, e outros 7 foram adiados. Estes itens adiados são parte da LAE e também estão em discussão no Congresso por meio da Medida Provisória nº 1.308/2025, publicada por Lula no dia em que sancionou o PL 2159/21. Na prática, os parlamentares reestabeleceram a) o autolicenciamento (LAC), b) maior autonomia de estados e municípios, c) a dispensa o licenciamento ambiental para produtores rurais com CAR ainda pendente de análise, d) limitação de aplicação de medidas compensatórias aos impactos diretos, excluindo os impactos indiretos ou os efeitos sobre serviços públicos agravados pela implantação do empreendimento, e, e) a consulta às autoridades ambientais quanto a Área Diretamente Afetada (ADA) ou a zona de amortecimento das unidades de conservação (UCs).

Estes vetos derrubados pelo Congresso e Senado, por ampla maioria, não modificavam o cerne do PL da Devastação, contudo, foram tratados pelos reformistas, centristas e estalinistas como “uma derrota de Lula”

imposta pelo que consideram ser o “Congresso mais reacionário”. Utilizam estas caracterizações para ocultar o fato de que o governo burguês e pró-imperialista de Frente Amplia, Lula/Alckmin, defende irrestritamente o interesse da burguesia, rasgando qualquer análise técnica ambiental e passando por cima de comunidades tradicionais, como por exemplo o “leilão-relâmpago” das reservas de petróleo do rio Amazonas⁴. Estas caracterizações também possuem interesses das correntes eleitoreiras, ao darem como resposta a falsa necessidade de “votar consciente”, enquanto sinônimo de eleger seus partidos nas próximas eleições, como se o parlamento, que é o balcão de negócios da burguesia, em algum momento da história de um país semi-colonial de capitalismo atrasado pudesse conceder mais do que migalhas. Por fim, os objetivos do PT e de Lula foram alcançados, tanto em sua aprovação res-

1. “Todos os governos burgueses aprovaram medidas e leis que destroem a natureza em benefício dos monopólios e do imperialismo” – Pág. 06 do jornal O Internacionalista nº 30 (agosto 2025).

2. Idem ao 1.

3. Idem ao 1.

4. “Avança o controle do imperialismo sobre o Petróleo brasileiro e a opressão sobre os povos indígenas” – Pág. 05 do jornal O I nº 29 (julho de 2025).

guardando os interesses de ampliar o entreguismo disfarçado da retórica farsesca de proteger minimamente o meio-ambiente, quanto de blindar sua imagem perante às eleições de 2026.

O PSOL, que no passado rompeu com o PT divergindo e criticando Lula pela aplicação do ataque da contrarreforma Previdenciária aos servidores em 2003, tornou-se nos últimos anos um seguidor fiel, escamoteando qualquer divergência. Estão cada vez mais submetidos à política da Frente Amplia e subordinados a Lula e ao eleitoralismo. Lançaram-se no campo na justiça burguesa para questionar no Supremo Tribunal Federal (STF), dias antes da votação dos vetos de Lula, os Decretos 10.657/2021 e 10.965/2022, de Bolsonaro, que centraliza a avaliação de empreendimentos classificados pelo governo como prioritários e alterou regras do Código de Mineração para simplificar etapas de fiscalização e agilizar o licenciamento ambiental nos chamados “minerais estratégicos”. Neste processo (ADPF 1279), também tentam a derrubada

continua | →

→ de duas Resoluções (95/2022 e 122/2022) da Agência Nacional de Mineração – ANM, que falam sobre segurança de barragens e multas, e uma resolução (1/2022) do Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos – CTAPME.

Esta ação é o cúmulo do oportunismo eleitoreiro. Depois da derrubada dos 52 vetos, deputados do PSOL, como Glauber Braga, afirmaram que o partido entraria na justiça pois os artigos mantidos pelo parlamento seriam, supostamente, inconstitucionais. São recorristas de judicialização no STF para derrubar PLs e votações no parlamento. Com isso, iludem as massas de que é possível limitar os interesses da burguesia, que

tomam forma de leis justamente para regulamentar a exploração, apresentando petições ao judiciário que faz parte do estado burguês, portanto têm papel de defesa da classe dominante contra os oprimidos. Escondem o fato de que a esmagadora quantidade de ações foi julgada como improcedente. E não será diferente agora.

A judicialização do PSOL também demonstra a disposição de enganar as massas e as desviar da luta direta nas ruas, nos territórios etc. Se realmente acreditasse que estes dispositivos legais são fundamentais para a proteção do meio-ambiente e defesa das comunidades tradicionais, e que o método jurídico é o caminho correspondente para frear

as investidas da direita e extrema-direita, deveriam explicar claramente o porquê esperaram mais de três anos para procurar o STF. O verdadeiro motivo reside na política de subordinação ao PT e à Frente Ampla, pois são incapazes de reconhecer que o atual governo federal também aplica medidas antinacionais, antipopulares e de devastação do meio-ambiente. Assim, o PT, PSOL e aliados devem conter os movimentos nas ruas (atos, greves, piquetes, et.) e canalizar a disposição de luta do conjunto dos explorados às urnas - tática preferida do oportunismo eleitoreiro.

O verdadeiro método para barrar as investidas da burguesia sedenta por lucro é a unidade dos povos

originários, comunidades ribeirinhas, os assalariados e demais oprimidos, em combate às privatizações e ao extrativismo descontrolado, resultado da anarquia da produção e de subordinação ao capital financeiro internacional, com métodos próprios do proletariado em luta contra a burguesia e seu governo. Portanto, caminhando para a revolução social proletária, opondo-se à burguesia nacional e imperialista e as expropriando, sem indenização, estatizando os meios de produção sob controle coletivo, dando caráter social à produção para atender as reais necessidades dos então explorados e permitindo o extrativismo sem a completa destruição da natureza. ●

COP 30 |

A proteção da natureza e a “transição energética” são incompatíveis com a sobrevivência do capitalismo

Iniciamos com este texto uma avaliação e debate sobre a relação entre o marxismo, seu programa, seus métodos e princípios (expressão dos interesses de classe do proletariado) em relação ao meio natural em que os homens desenvolvem a produção e reprodução de sua existência natural e social. O avanço dos desastres naturais, a crescente contaminação e poluição, as desgraças sofridas pelas massas no campo e nas cidades sob efeitos da destruição capitalista da natureza, exigem uma elaboração sistemática, além de denunciar e demonstrar a farsa da “transição ecológica” da boca dos capitalistas e da pequena burguesia. Com essa fundamentação, fizemos uma primeira avaliação da COP 30.

Encerrou a COP 30 e sem qualquer dúvida se pode afirmar que não passou de uma farsa, de um balcão de negócios dos capitalistas, que sob o discurso do “respeito ao meio-ambiente” e “transição energética” se continuarão destruindo a natureza em benefício dos lucros monopolistas. Enquanto rolava o teatro da COP, era aprovada a privatização de

cursos de rios, meios de vida e sustento de povos originários e comunidades ribeirinhas e quilombolas, para não ter qualquer dúvida dessa caracterização. No apagar das luzes da encenação da COP, fora ainda aprovado o PL da Devastação que retirou quase todas as normativas e leis ambientais em favor da exploração irracional e destruidora da natureza (ver pag. 9). É nesse quadro real, e não o da edição jornalística burguesa que reproduz (graças a um bilionário investimento em propaganda), que a maioria dos signatários dos Acordos de Paris e participantes da COP, que continua a depredação da natureza em benefício dos lucros dos capitalistas. Demagogia e cinismo acobertam a poluição e degradação da natureza que colocou o planeta à beira de sua destruição, e cujas consequências recaem de modo diferente sobre os países desenvolvidos (imperialistas) e atrasados (semicoloniais), assim como afetam de forma diferente as classes sociais.

Houve na COP 30 uma vitória dos interesses dos monopólios associados à exploração de combustíveis fósseis. O lobby das empresas que dominam o

setor foi ostensivo e intensivo. Há uma intensificação na procura pela exploração de jazidas em meio ao agravamento da guerra comercial e de possuir recursos à custa da destruição ambiental das semicoliônias e dos altos lucros garantidos. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), “A produção de petróleo deverá atingir uma média de 105,8 milhões de barris de petróleo bruto por dia em 2025, 2,7 milhões de barris a mais do que em 2024. Em 2026, a produção global deverá atingir 107,9 milhões de barris de petróleo por dia, um aumento de 2,1 milhões [em relação ao ano anterior]”. A isso, soma-se o aumento exponencial dos investimentos em novas explorações, além da produção de carvão, gás e recursos minerais cuja extração e exploração agravarão as consequências da crise climática, e preanunciam novos desastres ambientais e contaminações. A COP 30 certificou o peso desses monopólios ao retirar qualquer crítica pela sua responsabilidade na destruição de biomas, rios, mares e biodiversidade animal e vegetal. O governo Lula rendeu assim seu tributo a seus amos ao



//

• • •

As variações climáticas, decorrentes da ação do homem, afetarão campões, povos originários, os assalariados e demais oprimidos. **A decomposição do capitalismo se manifesta na acelerada degradação da natureza**, cuja defesa efetiva somente será dada nos marcos do socialismo. Assim, **o combate à destruição da natureza significa avançar na luta revolucionária.**

balizar e aprovar a exploração na bacia do Amazonas onde se encontram 20% das reservas mundiais comprovadas. A cobiça monopolista Lula apresenta seu entreguismo. Apesar que isso significa, como se comprovou, a negação dos direitos dos povos originários e ver ameaçadas suas condições de vida.

Os altos investimentos em produção de energia com métodos e técnicas menos contaminantes elevam os custos de produção dos monopólios. A construção de centros de IA que usam recursos hídricos, devastam a natureza, poluem o ambiente e não se revertem em investimentos sociais de nenhum tipo, esteve ausente dos debates e resoluções. Esteve ausente nas mudanças na legislação ambiental que permite à burguesia agroindustrial, latifundiária, da mineração etc. uma maior taxa de mais-valia, deixando o “passivo” ambiental ao país oprimido; ou seja, carregando sobre os orçamentos do estado e as condições de vida das massas oprimidas todo custo da devastação.

Em face da realidade objetiva e da política entreguista de Lula, a *Declaração da Cúpula dos Povos* não passa de choramingo impotente. Não há como assumir “a tarefa de construir um mundo justo e democrático, com bem viver para todas e todos” no capitalismo. O que deixa claro seu principal objetivo, que era eleitoral sob o espantalho de “combater” a extrema direita e o “fascismo” para pôr os movimentos ao serviço da disputa eleitoral inter-burguesa, subordinando os assinantes ao objetivo eleitoral da reeleição de Lula que é responsável pela privatização dos rios da Amazônia, pela licitação da exploração de petróleo e pelos projetos de rodovias em regiões ambientais naturais protegidas. Trata-se de uma capitulação porque se é verdade que o capitalismo é a “causa principal da crise climática crescente”, não há como por dentro desse resolvê-la. Tampouco há como confiar em suas instituições para a proteção dos povos originários

e de seus territórios da depredação dos capitalistas. A manifestação dos povos originários e comunidades ribeirinhas e quilombolas na COP 30 foi negligenciada pelo governo, que até ensaiou com Sônia Guajajara fazer uma “contramanifestação” favorável ao governo que estava sendo denunciado como cúmplice da destruição de suas condições de existência em benefício dos grandes capitalistas. Em síntese: foi uma declaração de fé na possibilidade de humanizar o capitalismo, quando todas as evidências e experiências demonstram quanto nocivas à luta dos explorados são essas ilusões.

Não há como realizar a transição energética por dentro e com os meios e métodos capitalistas. Segundo o novo relatório do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA), a temperatura média do planeta continuará subindo. Os desastres naturais continuarão acontecendo - cada vez com mais frequência e intensidade. Veja a entrega da exploração de minerais críticos e terras raras, concedendo ainda isenções fiscais bilionárias a Centros de IA que consomem enormes volumes de energia e água. Não se deve ainda esquecer que a COP 30 se realizou em meio à devastação do genocídio palestino que inutilizou por décadas as terras e aprofundou as tendências climáticas mais instáveis. Genocídio esse do qual Lula é cúmplice. Aconteceu ainda em meio ao aumento do uso de componentes contaminantes em todas as atividades rurais (agrícola, mineira, madeireira, etc.). As terras dos povos originários continuam sendo destruídas e seus meios de vida contaminados (ver nota pág. 12 a 15). O “capitalismo verde” é uma máscara farsesca para a continuidade da devastação do meio natural pelos capitalistas, e uma via para garantir à burguesia a posse de gigantescos recursos naturais atualmente inexplorados. Disso trata a aprovação de um fundo bilionário para a “preservação” da Amazônia e outras áreas naturais.

A COP 30 foi um teatro grotesco no qual os capitalistas continuam barganhando seu direito a destruir a natureza em benefício de um punhado de oligarcas imperialistas. As potências, que imundizaram o planeta, obrigam as semicolônias a se ajoelharem à “transição energética” imposta pelos monopólios, que não passa de manobras visando exportar suas mercadorias e investir capital financeiro para controlar recursos e biomas para possuir seus recursos e obter grandes lucros pela sua exploração. As semicolônias devem continuar obedecendo as metas ditadas pelas potências. Evidentemente, seria progressivo um país atrasado romper com essa paródia da COP, mas a burguesia nacional submetida e sócia minoritária do imperialismo, e os partidos que representam seus interesses de classe, como o PT, nunca tomarão essa decisão. Não há como defender a soberania nacional sem uma ruptura com o imperialismo.

As variações climáticas, decorrentes da ação do homem, afetarão campões, povos originários, os assalariados e demais oprimidos. A decomposição do capitalismo se manifesta na acelerada degradação da natureza, cuja defesa efetiva somente será dada nos marcos do socialismo. Assim, o combate à destruição da natureza significa avançar na luta revolucionária. A preservação ambiental e a exploração das riquezas naturais de forma racional (reduzindo ao mínimo a poluição e aplicando todos os processos disponíveis para proteger real e efetivamente o meio-ambiente) somente será possível sobre a base da expropriação dos capitalistas e a transformação da grande propriedade privada burguesa em propriedade estatizada, sobre a qual se erguerá o método da economia planificada e aplicação de tecnologia, o que causará impactos sensivelmente menores na natureza. Portanto, são métodos incompatíveis com o caráter anárquico da produção capitalista e a contenção do desenvolvimento das forças produtivas. ●



A POLÍTICA DE DESTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

A destruição da natureza é ditada pela lógica dos lucros capitalistas.



As evidências de destruição dos territórios indígenas têm se intensificado de diferentes formas, mas sobretudo em função dos interesses do capital, que tem ultrapassado todos os limites imagináveis de exploração da natureza com reflexos diretos sobre os povos que dela precisam para reproduzir suas condições de existência e sobrevivem de forma mais direta, os povos indígenas, as comunidades ribeirinhas e os quilombolas.

Neste sentido, é preciso ter dimensão dos fatos para compreendermos os inúmeros crimes que vêm sendo cometidos contra os povos indígenas, para além dos processos lentos e ultralimitados de demarcações das terras indígenas, que não têm impedido a degradação e poluição ambiental. Vários episódios recentes denunciam o descaso completo com os territórios já demarcados ou em vias de, levando inclusive a expulsões compulsórias, pelas condições insalubres graves e persistentes, marcadas principalmente pela falta de acesso a saneamento básico adequado e água potável, além de desafios relacionados à saúde, desnutrição e impactos ambientais do garimpo ilegal e de outras formas de exploração que demonstraremos neste artigo.

Um dos casos mais graves é sem dúvida nenhuma o problema do garimpo que atinge e ameaça a saúde de crianças Yanomami pela conta-

minação por mercúrio, a desnutrição e a malária. Lembrando que a Terra indígena (TI) Yanomami é o maior território indígena do Brasil com quase 10 milhões de hectares entre os estados do Amazonas e Roraima. Rios contaminados, roças destruídas e desnutrição infantil expõe a situação de barbárie que persiste entre os Yanomami, em uma exploração ilegal e criminosa que se estende desde aproximadamente a década de 1970. A Unicef divulgou um estudo recente, em 15/10/25, constatando que o garimpo ilegal crescente dentro da TI Yanomami está diretamente ligado ao agravamento da crise de saúde e de proteção entre crianças e jovens do povo. Isso porque, a mineração dentro e/ou próxima a TI, destrói rios e florestas, contamina peixes com mercúrio, atrai doenças como malária e provoca escassez de alimentos - fatores que intensificam a desnutrição infantil. O relatório aponta ainda que a contaminação por mercúrio usada na extração de ouro afeta igarapés e peixes consumidos pelas comunidades, podendo causar problemas neurológicos, má formação fetal e danos permanentes no desenvolvimento infantil. Além da malária, que também atingiu principalmente as crianças, provocada pelas poças d'água e buracos de escavação que se tornam criadouros do mosquito transmissor.

ca Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), em parceria com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que contou com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), evidenciou que nas nove aldeias localizadas em Roraima, todos os participantes estão contaminados por mercúrio. Os maiores níveis de exposição foram detectados em indígenas que vivem nas aldeias localizadas mais próximas aos garimpos. Os pesquisadores identificaram a presença do metal pesado em amostras de cabelo de cerca de 300 pessoas analisadas, incluindo crianças e idosos. A conclusão dos próprios indígenas é de que “*se o garimpo permanece, permanece também a contaminação, devastação, doenças como malária e desnutrição e isso é o resultado dessa pesquisa, é a prova concreta*”, enfatiza o vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY), Dário Vitório Kopenawa.

A situação atual dos Yanomami, com mais da metade das crianças (56%) com até 5 anos apresentando baixo peso ou desnutrição crônica, conforme dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) de 2022, ainda persiste após quase 3 anos do decreto de emergência no território, aprovado por Lula em 2023, para combater a crise sanitária sem precedentes. Como podemos comprovar o decreto de emergência é mais uma das falácias do governo federal, pois apesar de aprovar R\$596 milhões de



//

• • •

(...) a contaminação por mercúrio usada na extração de ouro afeta igarapés e peixes consumidos pelas comunidades, podendo causar problemas neurológicos, má formação fetal e danos permanentes no desenvolvimento infantil. Além da malária, que também atingiu principalmente as crianças, provocada pelas poças d'água e buracos de escavação que se tornam criadouros do mosquito transmissor.

de contaminação por mercúrio, por outro lado o manual anuncia a naturalização da situação na TI, já que não há combate efetivo ao crime do garimpo no país. Como se não bastasse toda a contaminação do território indígena, os estudos da Unicef apontam ainda que o avanço da mineração também tem provocado aumento do consumo de álcool, distribuição de armas e conflitos internos, deixando crianças e jovens em situação de vulnerabilidade extrema. Há registros de exploração sexual e aliciamento de adolescentes, especialmente meninas, nas áreas dominadas por garimpeiros. Uma verdadeira barbárie, que não é combatida efetivamente pelos governos que estão completamente submetidos aos negócios criminosos da burguesia, que envolve empresários, financiadores, organizações criminosas e até políticos locais que reivindicam a legalização da atividade enquanto protegem os interesses dos garimpeiros e seus financiadores.

Outra pesquisa realizada no Território Indígena do Xingu indica ocorrência de agrotóxicos na água, nos peixes e na caça dos diversos povos indígenas que ocupam esse território. A área fica situada no coração do Brasil, ao Norte do Mato Grosso, e foi demarcada pela primeira vez em 1961, com a criação da Terra Indígena do Xingu, que tem 2,6 milhões de hectares (quase o tamanho do estado de Alagoas) ocupada por cerca de 16 povos indígenas.

A pesquisa mostrou que um total de 28 compostos tóxicos (11 fungicidas, 11 inseticidas e 6 herbicidas) estão presentes em diferentes doses em amostras recolhidas na área ocupada pelo povo Khisêtjê, no Território Indígena do Xingu ao longo dos últimos anos. Esse monitoramento foi solicitado pelos próprios indígenas por se depararem com situações cada vez mais frequente de enfermidades estranhas, que atribuem aos “venenos” usados nas fazendas vizinhas, dentre as ocorrências, se deparam com afecções de pele e ardor nos olhos após o banho de rio; mau cheiro na água em tempo de chuva e no ar, quando os aviões espalham venenos nas plantações vizinhas; mudança no gosto dos peixes e das caças; náuseas; e aumento de problemas respiratórios, conforme depoimento a seguir:

“O primeiro sinal que percebemos da aproximação do plantio de soja

e do veneno jogado na lavoura foi uma nuvem de insetos, parecidos com pium, mas que não faz nada com a gente, acaba assentando na roça. Quando fomos saber, os caras que trabalham na fazenda explicaram que são insetos da soja. Depois começaram a surgir várias doenças, dor de cabeça. Crianças com problemas de pele, feridas que nunca apareceram antes no corpo das crianças. E uma gripe intensa, que não acabava. Depois começamos a sentir o cheiro, muito perto da gente, mesmo a uma distância de 4 km do plantio de monocultura. Tentamos dialogar com a fazenda, mas não deu muito certo. Depois disso, em 2017, nosso cacique, Kuiussi, tomou a decisão de tirar a aldeia desse local e mudar para mais longe, mais no fundo do mato, mais distante da fazenda. Aí ele falou com o povo, nós temos que mudar, porque aqui perto não tem como continuar morando, perto da soja.” (Depoimento de uma das lideranças do povo khisêtjês, Winti Khisêtjê, de 52 anos)

Aproximadamente um ano após a mudança para cerca de 35 km mata adentro, numa área cercada de floresta, para se distanciar das fazendas, os indígenas começaram a sentir sintomas semelhantes: “Quando a gente mudou para cá, a gente percebeu que, futuramente, esses desmatamentos, essa soja também iria chegar aqui, mas não tem como mudar de novo, vamos ter que ficar aqui”, diz Winti.

As amostragens de 2023, mesmo aquelas colhidas a dezenas de quilômetros das divisas das fazendas com a Terra Indígena do Xingu, continham agrotóxicos, como comprovou a pesquisa realizada por pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), que já havia detectado em pesquisa anterior, a presença de agrotóxicos em terras dos Xavantes (Mato Grosso, em várias reservas menores a Leste do Xingu). Os agrotóxicos foram observados principalmente nas águas dos rios, da chuva e dos poços artesianos, que puxam a água de aquíferos subterrâneos e por isso estão associadas à maior pureza da fonte d’água. Os venenos agrícolas estão também em amostras de carne

continua | >

→ investimento na recuperação e melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos de saúde indígena no território, não combate para erradicar definitivamente o garimpo ilegal que continua destruindo o território indígena e inclusive impedindo a reestruturação sanitária da TI, já que postos de saúde foram fechados, destruídos ou tomados por invasores, dificultando a chegada de vacinas, medicamentos e alimentos. Em maio/2025 assistimos ainda a absurda publicação pelo Ministério da Saúde de um Manual Técnico de Atendimento a Indígenas expostos ao mercúrio, para orientar profissionais de saúde quanto à identificação de casos, atendimento, notificação e encaminhamento aos serviços de referência. Dizemos absurdo, pois apesar da conduta médica necessária para tratar os casos

"

•••

As pesquisas alertam ainda que esse “envenenamento” produz propriedades estrogênicas, femininas, e androgênicas, masculinas, e provocam obesidade também, o que pode ser um facilitador do diabetes.



→ de peixes e caças, embora a legislação brasileira de forma muito conveniente para os capitalistas do agronegócio considerou que a quantidade estava “dentro dos limites permitidos” pelas legislações de água potável, superficial e subterrânea. No entanto, o fato de estar “dentro dos limites permitidos” (limites determinados pelas instituições da burguesia) não garante nenhuma segurança de saúde, pois os pesquisadores levantam uma preocupação para a multiexposição (vários venenos) e a exposição crônica de “baixa dose” e “longo prazo”, podendo levar a um quadro de neuropatia pela acumulação progressiva de venenos, de lesão, mesmo dez anos depois que a pessoa deixou de ser exposta a ele (agrotóxico organofosforado presente em 57% das amostras), apesar da legislação brasileira ser conivente ao agronegócio, existe outros países, como a legislação da União Europeia ou a do Reino Unido, que define um limite máximo de resíduo em água potável para a substância isolada, e um segundo limite quando tem mais de uma substância, como é o caso da contaminação no Xingu. Além do que também há evidências científicas que da mesma forma que indígenas apresentam mais sensibilidade ao álcool e ao açúcar, a exposição a produtos químicos pode resultar em impacto maior sobre sua saúde e biologia.

A pesquisa também evidenciou que há elementos ambientais que eles apontam como novos e suspeitos, como um amarelamento de algumas roças, mesmo fora do contexto de seca, que pode estar relacionado com o uso de secantes usadas nas plantações e herbicidas. Além de um outro aspecto preocupante, já detectado nas primeiras amostras colhidas na Terra Indígena Wawi, foi a presença de resíduos de agrotóxicos no leite ma-

terno. Neste ponto, os próprios pesquisadores confessam que decidiram não abordar com os indígenas a presença no leite materno, por entender que a amamentação é fundamental. As pesquisas alertam ainda que esse “envenenamento” produz propriedades estrogênicas, femininas, e androgênicas, masculinas, e provocam obesidade também, o que pode ser um facilitador do diabetes. Sendo que a diabetes já é um grande problema entre os indígenas de contato mais recente, com manifestações na Terra Indígena do Xingu, inclusive entre os khisêtjês. “Já estamos vendo a amputação e a cegueira por causa do diabetes. É muito difícil você tratar e controlar diabetes em área indígena. Eu creio que, nos Khisêtjê, estamos vendendo a ponta de um grande iceberg”, diz o professor pesquisador da Unifesp.

A presença de agrotóxicos também foi encontrada em outros territórios do Xingu, na divisa entre o Mato Grosso e o Pará, o que exige, segundo os pesquisadores: “É preciso criar uma zona de proteção. Um raio no qual não se usa veneno porque está próximo de comunidades indígenas. É o que havia antes desse novo avanço para junto das divisas. Nada de avião, nada de nebulização, para diminuir o risco.” Outras possíveis consequências continuam sendo investigadas, dentre elas, a comprovação da afirmação dos indígenas de que a população de abelhas está desaparecendo e que há uma diminuição geral de insetos, sobretudo dos gafanhotos que costumavam comer.

Sabemos que existe na legislação brasileira a garantia legal de consulta às comunidades indígenas para intervenções que afetem seus territórios e modos de vida, principalmente por meio da Convenção nº 169 da OIT e da Constituição Federal, mas que

como podemos observar neste dois exemplos se trata de legislações que não são cumpridas e, neste último exemplo, existe uma forte conivência dos governos burgueses para proteger os capitalistas do agronegócio, já que este setor representa uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Soma-se aos efeitos dos agrotóxicos as mudanças climáticas que também interferem diretamente na agricultura dos indígenas, como no plantio da mandioca que é de conhecimento geral, que a produção vem caindo vertiginosamente, segundo relatos em diferentes regiões da Amazônia: de ashankas, no Acre (quase na fronteira Sul com o Peru), de baniwas (no Rio Içana, na chama da Cabeça do Cachorro, no extremo Norte do Amazonas, junto à fronteira da Colômbia) e de macuxis (na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, de onde se vê a fronteira com a Guiana), situação particularmente dramática para os indígenas do Alto Xingu, cuja dieta é composta basicamente de mandioca e peixes. Os indígenas do Xingu produziram um documentário Sukande Kasáká - Terra doente, denunciando a situação vivida no território do Xingu.

Por fim, é importante mencionar também mais uma ocorrência que viola o direito das populações indígenas, que são as construções de hidrelétricas, dentro ou muito próximo das Terras indígenas, que existem vários exemplos no Brasil que causaram devastação ambiental nos territórios indígenas, mas que citaremos aqui apenas um exemplo, não o mais importante, porém o mais recente, relacionado a usina hidrelétrica de Colíder-MT, no norte do estado, que após um intervenção da Eletrobras, caracterizado como procedimento



núncia à Organização das Nações Unidas (ONU) e às autoridades brasileiras sobre o risco iminente de rompimento da barragem, o que colocaria em perigo a vida de milhares de pessoas, incluindo indígenas e comunidades tradicionais. Os indígenas relataram ainda, que alterações bruscas no nível do rio, que subiu e desceu significativamente em curtos períodos, provocou mudanças, que impactam diretamente suas atividades diárias, como a pesca e a caça, e afetam locais sagrados e de subsistência.

Sobretudo, estudos apontam que a construção e operação de hidrelétricas em geral, e a de Colíder em particular, geram uma série de impactos ambientais, incluindo: 1) Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território; 2) Prejuízos à fauna, especialmente às espécies de peixes migratórias; 3) Proliferação de mosquitos e doenças; 4) Alterações climáticas e no microclima local. As comunidades indígenas da região, como o povo Munduruku, têm se manifestado e lutado contra o complexo hidrelétrico do Teles Pires, denunciando a falta de autorização ou licenciamento ambiental adequado e a violação de seus direitos e territórios.

Esses exemplos demonstram que os lucros dos capitalistas, latifundiários, garimpeiros e todo tipo de parasitas se impõem tanto à preservação do meio natural para a vida humana, como às condições de vida dos povos e comunidades que vivem e existem ligadas às terras e à preservação das condições naturais dos biomas. A preservação de terras, rios, florestas e natureza diz respeito diretamente à preservação da existência social de inúmeros povos regionais e comunidades quilombolas, ribeirinhos etc. A luta pela terra se liga à luta pela preservação do meio natural para a vida humana. Sua sobrevivência depende, assim, da expulsão das frações da burguesia que exploram e depredam seus territórios visando obter lucros e mais nada.

Portanto, estes são apenas alguns exemplos da política capitalista e pró-imperialista de destruição dos territórios indígenas, continuidade de mais de 500 anos de roubo de suas terras e exploração de suas riquezas, se refletindo hoje no fato que perdem seus territórios não apenas pela expulsão mais direta relacionada à

apropriação dos seus territórios, mas cada vez mais pela ação criminosa de degradação do meio ambiente, ou seja, pela destruição de suas condições de existência como povos, situação que ganhou destaque na COP 30 e demonstrou que nenhum governo burguês será capaz de resolver a crise ambiental e climática, o que exige a organização coletiva dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas junto às massas exploradas nas cidades para impor, por meio da ação direta, a preservação imediata de suas condições de vida, impondo a imediata demarcação das terras com a luta de classes e o fim da exploração de suas riquezas e terras pelos capitalistas. Esta luta é estritamente defensiva e pela sobrevivência.

Mas, não haverá como mantê-la sem avançar na luta revolucionária pela expropriação da burguesia e de todas as terras que lhes foram roubadas, lhes restituindo suas terras e lhes garantindo sua autodeterminação. Isso será obra apenas do proletariado constituído em classe dominante, por meio da revolução agrária, parte da revolução proletária. Esse processo é que também começará a colocar as bases da proteção da natureza por meio da planificação racional da exploração de recursos, aplicando a tecnologia mais avançada para retirar do meio natural o estritamente necessário à produção e reprodução da vida humana, e aplicando meios racionais que permitam à natureza e meio-ambiente se regenerar. ●

FOLHETO

NOVO!



Adquira com nossos militantes!

SP

Cresce a subordinação dos movimentos de negras e negros ao Estado da burguesia exploradora, racista e opressora que desgraça suas vidas todos os dias

O ato do Dia da Consciência Negra deste ano tinha por marco os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e 30 anos da Marcha Zumbi (1995), histórica mobilização que iniciou as manifestações dos movimentos de negras e negros em defesa da "igualdade racial", "justiça" e "reparação". A convocatória dos movimentos (Unegro, UNEafro, Frente Periférica por Direitos, MNU etc.), centrais (CTB e CUT) e sindicatos (Apeoesp, Sinpeem, Sinesp etc.) contou com apoio de vereadores e deputados. Em 25 de novembro, foi realizada a Marcha das Mulheres Negras, sob o lema "Por reparação e bom viver".

É uma constante dos atos de 20 de novembro a defesa da democracia burguesa como principal via para resolver os problemas históricos e estruturais das massas negras exploradas e oprimidas. Há uma posição comum entre os movimentos de que os governos petistas são aliados na luta contra a opressão e discriminação ao aprovarem leis que reconhecem a igualdade e reconhecimento da injúria e discriminação racial como crime, abriram caminho a uma parcela de negras e negros de ingressar às universidades etc. Mas, denunciam que não existe igualdade formal no acesso ao desenvolvimento econômico e que existe um bloqueio à sua participação nas instituições e na política. Eis porque neste ano a principal pauta defendida foi a de "reparação histórica" porque, afirmam, há uma dívida histórica do estado com a população negra e, portanto, exigem medidas de "redistribuição de poder e riqueza".

Essa bandeira está diretamente atrelada à defesa da PEC 27/2024, que propõe a criação de um *Fundo Nacional de Reparação*, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB), em nome da "Bancada Negra", que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania no Congresso, e teve apoio quase unânime dos deputados direitistas e ultradireitistas. Essa convergência na defesa do direito à "reparação histórica" corresponde à demagogia e às necessidades aparelhistas de arrastar por trás das campanhas eleitorais de 2026 às massas negras para vo-

tar seus candidatos. Existe também um interesse de todos os partidos e deputados de poder abocanhar uma parte do fundo bilionário que seria criado.

Se de um lado os movimentos de negras e negros - e as organizações que o dirigem - acreditam que essa seja uma maneira para manter projetos nos bairros, movimentos culturais, garantir apoio financeiro etc.; de outro, servirá à disputa aparelhista dos partidos para que lhes seja repassado parte desse fundo para favorecer suas campanhas e financiar projetos e organizações que lhes servem de curral eleitoral. Enquanto que nas fábricas, nos campos, nas favelas, a imensa maioria nacional, que é negra, continuará sendo desgraçada pelos baixos salários, falta de direitos, subemprego, desemprego e chacinas. É essa realidade que demonstra que a burguesia branca e racista continua ditando o que se passa com a vida das massas negras e que, como seus antepassados escravocratas, lutam com suas desgraças e miséria.

A defesa da democracia burguesa e dos governos ditos populares levou a abandonar a defesa das reivindicações das massas negras pela via da luta de classes, trocando-a pela colaboração de classes. A política culturalista, identitária e democratizante que se firmou ao interior dos movimentos rompeu com a unidade baseada na identidade de classe explorada entre negros e brancos, junto dos indígenas, na luta contra a burguesia e seu estado, sob a estratégia da revolução proletária.

Daí a importância de defender o programa proletário no interior dos movimentos, fábricas, no campo e nos bairros, que coloca o fim da discriminação e opressão racial em todas as esferas da vida (econômica, política e civil) pela via da destruição do estado capitalista e a instauração do Estado Operário, que criará as bases materiais para conquistar a plena igualdade de negros e indígenas com os brancos, na economia e na política por meio do controle coletivo sobre a economia nacionalizada, na transição ao socialismo. Essa estratégia foi defendida pelo PPRI no Manifesto que distribuímos no ato, e que publicamos na pag. 17. ●

LN Dia da Consciência Negra é marcada pelas festas das prefeituras e subordinação do movimento negro no LN

As prefeituras das quatro cidades do Litoral Norte de SP lançaram uma agenda de atividades culturais para a semana e o Dia da Consciência Negra. Prepararam editais, por meio de suas respectivas secretarias de cultura e fundações culturais, onde os movimentos inscritos poderiam se apresentar em festivais, fazerem suas manifestações culturais, além de venderem alimentos. Ao aceitarem se integrar nas atividades, o que se viu foi o completo abandono de todas as organizações e correntes políticas que dirigem os diversos movimentos negros da luta de classe, mergulhar na subserviência aos poderes do estado e no culturalismo que prioriza as manifestações culturais que não entram em choque com a política racista e repressiva dos governos contra a maioria negra miserável e pobre.

Nenhum ato de rua, nenhuma denúncia ou choque contra os governos que, por meio das PMs e GCMs, seus braços armados, reprimem, encarceram e matam negros e negras; nenhuma denúncia da política racista da burguesia, responsável pelo desemprego, subemprego e carestia de vida que desgraça a população negra. Quanto mais afunda o movimento de negras e negros no democratacionalismo e culturalismo burguês, mas abandona a luta pela conquista das reivindicações com os métodos da ação direta. Assim, está colocada a urgente tarefa do movimento romper e superar sua direção culturalista e burguesa, para que o movimento negro da região realmente atue em defesa dos oprimidos e de seus interesses, erguendo o programa e os métodos para impor suas reivindicações com a luta de classes. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistaglora@
proton.me
csm.roraima@gmail.com

20 de novembro de 2025 / nº 90



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



Manifesto do PPRI

Viva a unidade das massas negras e brancas oprimidas na luta de classe contra a burguesia branca e racista!

Pelo fim das chacinas, pelo fim do desemprego e subemprego, pelo fim da discriminação! Combater os retrocessos lutando unitária e coesamente contra governos de turno e os patrões, com os métodos da ação direta e com um programa pelo fim de toda opressão e discriminação!

Há séculos, as classes dominantes no Brasil se apoiam na exploração, opressão e discriminação das massas negras para enriquecer, seja as tratando como mercadorias aderidas à terra e, portanto, de sua posse, seja as explorando como "a mão de obra mais barata" com salários e direitos rebaixados. Lembremos do Brasil escravocrata, em que a violência dos senhores e do próprio Estado massacrou milhões de negros e negras, não apenas os exaurindo até a morte na lavoura, como os massacrando quando se revoltavam. Após a Lei Áurea, de 1888, a escravidão foi formalmente abolida, contudo, a população de escravos e seus descendentes foram submetidos a viver nas piores condições; a lotar as periferias sem direitos a moradia digna e serviços públicos para a reprodução das mínimas condições de existência social; empurrados ao desemprego ou preencher as fileiras do crime para enriquecer a burguesia narcotraficante esmagadamente branca; continuam alvo da violência e do terrorismo do estado e, mais recentemente, submetida a uma ofensiva reacionária de retirada dos mínimos direitos e garantias de vida que foram conquistadas com a luta de classes (cotas, igualdade legal nos empregos etc.), e que se retomam os velhos métodos e formas ideológicas do racismo como função de controle político e medida econômica para empurrar ainda mais na barbárie e na miséria às massas negras. A repressão,

a opressão e discriminação na vida política e civil é uma constante para as massas negras.

Negras e negros, ainda, arcaram com o maior peso e consequências trágicas da violência dos patrões nas fábricas e da polícia nos bairros e favelas. Desvincula-se a incidência da criminalidade das bárbaras condições em que o capitalismo, a burguesia e seu Estado impõem às massas negras. A brutal chacina do Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, demonstrou que a barbárie social em larga escala tem como principal alvo as massas negras. O real conteúdo social e político da violência reacionária do estado contra a população pobre e miserável, cuja esmagadora maioria é negra, é a resposta de uma classe podre e racista às consequências do desemprego que ela cria e à perda de toda perspectiva de melhoria das condições de vida das massas negras no capitalismo. De dez pessoas assassinadas pelos cães de guarda da burguesia, oito são negras. Mulheres negras são maioria entre os assassinatos conhecidos como "feminicídio". Mortes e prisões atingem mais as negras e os negros.

O fato dos governos ditos populares de Lula e Dilma não conseguiram mudar radicalmente a situação de miséria, discriminação e violência que recai sobre as massas negras que compõem a maioria nacional, e, agora, serem executores junto da direita de que aprovam mais retrocessos, é um atestado claro da impotência da burguesia e seus governos de acabar com

a discriminação racial, cujo conteúdo material é a brutal opressão de classe. Então, qual foi o resultado dos quatro governos ditos "democráticos e populares" que prometeram acabar com a opressão e discriminação racial? A taxa de desemprego continua mais alta entre a população negra, principalmente para as mulheres negras. A população negra é a maioria entre os excluídos do trabalho, dos serviços e dos direitos básicos. Muitas trabalhadoras negras e trabalhadores negros laboram em condições análogas à escravidão, arcaram com as terceirizações, jornadas estafantes de trabalho, subemprego e desemprego. Quando ganham um salário, é sempre inferior aos dos assalariados brancos nas mesmas funções. As mulheres negras são mais afetadas arcando com os trabalhos mais degradantes e extenuantes.

Os governos saem e entram, e a opressão e discriminação sobre as massas negras continua se agravando. As reformas dentro do capitalismo continuarão a fracassar. Enquanto a burguesia existir como classe, nunca haverá qualquer passo para uma "reparação histórica" ou promover a real igualdade racial. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 de julho de 2010, não modificou a realidade sofrida pelas negras e negros todos os dias no trabalho, nos bairros, nas escolas e nas ruas. É um fato comprovado pela história que a situação de opressão sobre as massas negras brasileiras, em nenhum momento,

continua | →

→ sofreu uma mudança qualitativa. Foram e continuam sendo marcadas pela pobreza e miséria. As massas negras passaram do regime hediondo escravista para o capitalista, sem que fossem completamente abolidas as raízes da velha opressão e discriminação que encontram suas origens na sociedade de classes.

A discriminação e opressão sobre os negros nunca foi exclusividade no Brasil, ainda que possa ter suas particularidades. Nos EUA, a segregação racial não acabou com a aprovação dos Direitos Civis de 1964. Na África do Sul, o fim das leis do Apartheid em 1991 não colocou negros e brancos em pé de igualdade. No Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial, que completou 25 anos, se mostrou aquém de acabar com a discriminação e a violência contra os negros, ou lhes garantir melhores condições de vida. Está aí também o exemplo de Trump que, já em janeiro de 2025, derrubou a regulamentação que proibia discriminação racial nos processos de admissão nas universidades e nos postos de trabalho. A dita "meritocracia" tão defendida por todos os governos e que se basearia apenas nas capacidades, é uma máscara grotesca para o racismo, ocultando que às negras se lhes nega as condições necessárias para estar em igualdade de condições com brancas e brancos. Eis ainda o exemplo em nosso país do ataque às práticas educativas que tentam recuperar as histórias e culturas afro-brasileiras como parte da educação antirracista nas escolas, tratando de temas relacionados às mitologias de matrizes africana, envolvendo intervenção e intimidação policial, como ocorreu na EMEI Antonio Bento em 12/11. E mais recentemente, da aprovação do PL "Antifacção", que associando o narcotráfico ao terrorismo, amplia as penas e reforçará a violência policial que, já sabemos, poupará a burguesia branca e partidos vinculados ao narcotráfico e às milícias, enquanto pdesgraçará

aos negros e às negras que são aliados como seus peões por conta da pobreza e miséria.

A direitização da burguesia e os retroprocessos democráticos nos regimes burgueses, assim como a restauração do racismo e toda sorte de discriminação - a exemplo da violência racista e genocida contra os palestinos - deixam em claro que o racismo é uma função econômica e um método inerente ao capitalismo para se servir de qualquer justificativa ideológica reacionária para seguir enriquecendo. A burguesia branca recorre ainda a injetar permanentes doses do veneno racista entre as massas brancas exploradas, lhes fazendo crer que sua cor de pele lhes garante um futuro melhor, uma verdadeira farsa que as afasta e separa da luta junto das massas negras que são suas irmãs de classe.

Se deve ter claro esse ponto de partida para entender a importância que têm na atual conjuntura a abertura das campanhas eleitorais para 2026. Os mesmos que se propõem a serem reeleitos para "defender" as negras e negros estão de mãos dadas junto da burguesia racista para retirar direitos, aprovar contrarreformas e aumentar o parasitismo financeiro cujas consequências recaem sobre as massas, mas mais brutalmente sobre a população negra. O combate às contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa unificam as massas oprimidas independentemente da cor da pele. É uma luta coletiva dos explorados contra seus exploradores. Negros e brancos se devem se unir em um só movimento e sob um programa comum, de punhos cerrados, combatendo o governo de plantão e a burguesia.

A discriminação está na estrutura da exploração capitalista do trabalho, e se reflete nas profissões, no acesso aos postos de trabalho, na educação e qualificação, nos salários, no desemprego e subemprego e no nível de pobreza e miséria. A ideologia racial

burguesa tem por base material a divisão de classes, a propriedade privada e a estruturação histórica da força de trabalho. Na época de desintegração mundial do capitalismo, já não é possível reformas estruturais que arranquem as massas negras da profunda e ampla pobreza e miséria. A raiz material objetiva dessa opressão e discriminação, acha-se na propriedade privada dos grandes meios de produção e seu controle sobre as riquezas naturais e as terras. E o estado burguês continua sendo um instrumento da ditadura da burguesia contra os explorados e oprimidos. Nenhum partido que se proponha administrá-lo irá garantir às massas negras a plena e total igualdade.

A luta democrática pela plena igualdade entre negros e brancos está intimamente ligada à luta pela revolução e ditadura proletárias. Somente um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária, e no processo histórico da transição do capitalismo, é que criará as bases econômicas, políticas e sociais para poder acabar com a opressão de classe, fonte da discriminação racial. A propriedade estatizada pela revolução e sob controle coletivo dos operários negros e brancos, abrirá uma via para garantir a conquista de direitos iguais exercidos por negros e brancos na direção de todos os assuntos políticos e econômicos do Estado Operário. Está aí o fundamento do porquê neste Dia da Consciência Negra, é urgente e necessário defender a política proletária da defesa da igualdade salarial, do salário mínimo vital, da escala móvel das horas de trabalho (pleno emprego), da total alfabetização, do acesso a todos os níveis da educação, do fim da violência policial, da proteção à maternidade, do direito à aposentadoria etc., que unifica as massas negras e brancas exploradas para combater a fonte de sua opressão como classe, as ajudando a dar passos na revolução social. ●

Ato esvaziado reflete a **política eleitoralista** das direções e partidos governistas que **trocaram a vida e o sangue palestinos pela defesa do governo cúmplice do genocídio**

Após o ato de 05/10, que reuniu 8 mil pessoas, em 09/11 foi realizado um novo ato da Frente Palestina de São Paulo (FPSP), com não mais de 40 pessoas). Nos atos convocados pela FPSP dos dias 09/08 e 13/09 já se manifestava essa contradição entre esvaziamento e massificação das atividades. No dia 29/11, o BDS (organização mundial pelo Boicote, Desinvestimento e Sanções) convocou mais um dia mundial de manifestações e atos em solidariedade aos palestinos (ver pag. 21).

É importante destacar que a contradição entre atos massivos e esvaziados não está relacionada a qualquer mudança na situação do genocídio. A ofensiva sionista e imperialista pela posse dos territórios, roubo de recursos e limpeza étnica dos palestinos apenas mudaram sua forma e táticas. O cessar-fogo é permanente rasgado por Israel. A instrumentalização da fome e doenças como arma da guerra de opressão nacional continua sendo rigorosamente aplicada. São destruídos bairros, escolas, universidades e Igrejas. Se o objetivo e métodos no holocausto palestino não se alteraram em sua essência, o que é que explica essa permanente “oscilação” entre atos esvaziados e massivos?

A responsabilidade dessa situação em nosso país - e não apenas em São Paulo - recai na política de colaboração de classes e no oportunismo democratizante das direções da base eleitoral do governo de Lula/Alckmin. O esvaziamento do dia 09/11 reflete a atitude criminosa dessas direções que mantêm na paralisia os sindicatos porque se negam a organizar suas bases para impor a ruptura de relações entre Brasil e Israel com a ação coletiva, unitária e nacional, das massas paralisando portos, aeroportos, fábricas que exportam para Israel etc. Convocam sua militância e participam eles mesmos apenas quando os atos servem a ressaltar

suas figuras midiáticas e fazer campanha eleitoral.

Afundados na campanha pela reeleição de Lula, se negam uma e outra vez a qualquer medida radicalizada que possa “atingir” a governabilidade de Lula. Esse servilismo perante o governo burguês não altera em nada a política estatal traçada por Lula de continuar a favorecer e financiar o genocídio, como permite aos sionistas em nosso país continuar erguendo sua cabeça e fazer palestras em universidades, serem recebidos com honras em legislaturas e banquetes, fazer da luta antissionista motivo de judicialização e crime de “antisemitismo” etc.

Apesar dessa subserviência e da adaptação dos partidos centristas e revisionistas a essa política oportunista e subserviente, é decisivo intervir nos atos mostrando a real política de independência de classe e denunciar a tendência da FPSP acabar se afundando em objetivos eleitoralistas. Ainda que as manifestações sejam esvaziadas, é importante manter erguida nelas a política proletária. Eis porquê participamos e sempre distribuímos um manifesto do PPRI (ver abaixo) indicando qual é o real conteúdo de classe do abismo que existe entre a tendência mundial das massas em radicalizar suas ações em defesa dos palestinos, com a política criminosa dos governos e partidos que dão as costas a esses movimentos e das direções que continuam justificando a cumplicidade dos governos com o genocídio.

Fica cada vez mais clara a urgência de expulsar os burocratas e combater o democratismo dos partidos para, assim, abrir caminho a que se manifeste no interior das organizações de massas a luta de classes contra o sionismo em nosso país, e que se rompa com o governo burguês de Lula para que o sangue que continua ser derramado pelos palestinos não seja em vão. ●

**GENOCÍDIO
PALESTINO**

Manifesto do PPRI

O PLANO DE PAZ DOS EUA É UM INSTRUMENTO DA COLONIZAÇÃO DA PALESTINA E DE TODO ORIENTE MÉDIO EM BENEFÍCIO DO IMPERIALISMO, USANDO SEU ENCLAVE SIONISTA NA REGIÃO.

Abaixo a normalização do holocausto! Apoiar incondicionalmente a resistência palestina! Combater os governos cúmplices do genocídio com a luta de classes!

O “plano de paz” de Trump demonstrou-se, rapidamente, uma completa farsa. De um lado, o Hamas tem respeitado os termos do acordo procedendo a entregar os reféns israelenses (vivos e mortos), aceitou deixar que um “conselho de técnicos” palestinos se encarregasse do governo e se dispôs a ser parte; mas, nega-se (e com razão) a se desarmar. De outro, Israel nunca esteve disposto a cumprir o acordo e nem os EUA a exigir desse seu cumprimento.

À vista de todos os que assinaram o “plano”, a Knesset (Parlamento israelense) se encaminha a aprovar a soberania sobre as terras das colônias sionistas construídas em territórios roubados dos palestinos na Cisjordânia, que se encamina progressivamente a se transformar em um novo campo de concentração, como foi o destino de Gaza. A Autoridade Nacional Palestina (ANP), traidores de seu próprio povo, pagam o mesmo preço de Hamas e dos palestinos da Faixa de Gaza apesar de serem colaboradores de Isra-

continua |>

Manifesto do PPRI

→ e tirar proveito do genocídio de seu próprio povo em seu benefício político.

Está aí a prova factual mais clara de que nunca haverá estado palestino enquanto existir o estado de Israel. Sequer será garantido à ANP, por mais serviçal que seja, uma limitada soberania estatal sobre Cisjordânia. Vai se esvaziando a fumaça diplomática e a retórica que apresentava o plano como via para uma solução de dois estados. Essa tese foi enterrada há muito pelo próprio imperialismo que a impôs ao Al-Fatah - nos fatos uma capitulação, agora estendida a todos os países árabes com o chamado "Acordo de Abraão": um novo passo no objetivo colonialista dos EUA e da projeção expansionista de Israel.

Os acordos de Oslo e os Acordos de Abraão são duas faces do plano de ocupação colonial imperialista sobre a região, se utilizando de seu cão sionista para impor a sangue e fogo. Esse é o objetivo da imposição aos palestinos de um "consórcio" imperialista que irá administrar os futuros negócios dos monopólios e do capital financeiro na reconstrução de Gaza e na exploração de seus recursos. Disso trata o expansionismo e controle militar israelense sobre o Sul do Líbano e da Síria.

Desde que de Bashar al-Assad fora derrocado por milícias financiadas e apoiadas pelo imperialismo, sionismo, Turquia, Arábia Saudita etc., Israel ocupou militarmente pontos estratégicos elevados visando controlar vastas regiões da Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Palestina ocupada, podendo inclusive monitorar a atividade aérea que se estende do Gibraltar à Síria por meio de radares e sistemas de vigilância. Esse controle militar tem um objetivo econômico bem claro: o controle sobre a geografia está cada vez mais interligado ao controle sobre os recursos – particularmente água (a Baía do Yarmouk que abastece Síria, Jordânia e Palestina) e energia – duas commodities que definem a capacidade de sobrevivência e estabilidade dos regimes árabes. Um dos negócios bilionários de interesse do imperialismo e do sionismo depende de alterar o traçado do gasoduto "Qatar-Turquia", que passaria pela Síria e Líbano a caminho da Europa, e que compete com o projetado "corredor" *EastMed* proposto por Israel. Eis porque o controle sobre territórios do Sul da Síria e Líbano por onde esse corredor energético sionista foi projetado, tornou-se estratégico para impor os negócios de transporte de energia que estariam sob controle de Israel, portanto, do imperialismo. O que colocaria ainda Israel não apenas o exército mais poderoso da região, mas como estado controlador do transporte de energia para Europa. A monopolização das decisões energéticas que poriam Europa de joelhos perante os EUA que por intermédio de Israel obrigaria seus governos a continuarem financiando e apoiando Israel, sobretudo, após renunciar ao petróleo russo mais barato sob pressão estadunidense. Além de que serviria para ampliar as imposições aos governos e monarquias árabes.

É nesse marco que avançam os "Acordos de Abraão", que são parte do plano mais geral imperialista-sionista para ter um controle e domínio político, militar, geográfico e territorial mais amplo e decisivo sobre Oriente Médio. A derrota de Hezbollah e Hamas, a queda de Assad e a imposição de um governo libanês pro-imperialista são passos interligados nesse objetivo estratégico mais geral, que para os sionistas os aproxima do objetivo da "Grande Israel". É com

esse objetivo que Trump se ergueu em negociador para aproximar posições entre Israel e os países árabes e, principalmente, com a Turquia. O bombardeio israelense sobre território catari foi um fator de pressão deliberada (acordada entre EUA-Israel) para vergar ainda mais as burguesias árabes. Netanyahu e o regime sionista aceitaram o "Plano de paz" porque sabiam que EUA lhes permitiria continuar sua expansão colonial, enquanto EUA aproveitava do acordo para ajudar Israel a romper seu isolamento e retomar as negociações com os governos árabes para "normalizar" as relações já muito atingidas.

O "plano de paz" de Trump significa a institucionalização do genocídio e objetiva a uma completa redefinição demográfica, econômica e política da Palestina ocupada e de toda a região em favor do imperialismo e do sionismo. A violação das soberanias da Síria e do Líbano são parte dessa estratégia de limpeza étnica e genocídio industrial programado para servir aos negócios capitalistas. Fica claro o conteúdo de classe e objetivos da traição de governos e organizações árabes e palestinas visando negociar com os sionistas uma saída que permita manter seus privilégios e fazer negócios com a colonização e holocausto, sinalizando a maior submissão da burguesia árabe. Trata-se do mesmo conteúdo de classe que acoberta a cumplicidade de frações da burguesia e dos governos brasileiros que lucram com as exportações e importações do Brasil para Israel. Governo que se comprometeu a apoiar o plano e está servindo de instrumento para favorecer se cumpram os objetivos dos EUA e Israel. Denunciar o holocausto, mas continuar apoiando e favorecendo o governo que segue financiando é uma traição à causa da libertação dos palestinos e de todos os oprimidos.

Não há como frear esse projeto de normalização do holocausto e limpeza étnica sem que as massas árabes e mundiais travem uma guerra total contra os genocidas, seus vassalos e seus patrocinadores, sem limitações nacionais, sob um programa anti-imperialista e anticapitalista e se estender mundialmente. Não há outro caminho que unificar a resistência e as lutas em defesa dos palestinos sob um programa de estrangulamento de Israel e de derrota do imperialismo. As massas exploradas e oprimidas em cada país devem cavar sua trincheira junto da luta dos palestinos e das massas árabes pela sua libertação e autodeterminação. Brasil deve ser uma peça chave nessa luta. Greves, ocupações, bloqueios e paralisações de portos e aeroportos, de fábricas que exportam e importam de Israel, trancar ruas e avenidas, enfim, aplicando os métodos da ação coletiva das massas se pode estrangular os interesses sionistas e imperialistas em nosso país, visando a derrota dos EUA e Israel.

É necessário que as bases passem por cima da paralisação e cumplicidade de suas direções, imponham essas a organização de uma grande manifestação unitária das massas em defesa dos palestinos, o que exige combater o governo burguês que continua facilitando as exportações e importações de petróleo e derivados, armamento, produtos químicos, tecnologia etc. com o estado genocida de Israel. O problema é que essa luta só pode ser apenas encarnada por uma direção classista e revolucionária, que lutando sob a estratégia de um estado Palestino, uno e socialista, erguendo a tática da frente única anti-imperialista e defendendo a estratégia da revolução social. ●

Comprovou-se a traição das direções governistas contra os palestinos e sua cumplicidade com o governo Lula na manutenção das relações com os genocidas sionistas

O dia 29 de novembro foi convocado mundialmente, pelas organizações palestinas e movimentos de todo o mundo, como um dia mundial de manifestação contra o genocídio. Com antecipação de uma semana, foi realizada uma reunião da Frente Palestina São Paulo (FPSP) para transformar a data em um dia nacional de protestos massivos nas ruas. Participaram partidos, acorrentes estudantis, organizações populares, MST e a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB, do PCdoB). Além de definir o local e o caráter da manifestação, foi decidido fazer panfletagens, uma ampla convocatória mediática e se propôs por militantes às centrais presentes (CTB e Conlutas) realizar assembleias e plenárias, além de informar em suas boletins sindicais, para organizar a participação das bases operárias e dos assalariados.

O dia do ato ficou claro que nem foi feita a ampla divulgação. Não houve quaisquer sindicatos que se prontificaram a imprimir os panfletos, impedindo assim realizar a panfletagem em estações como fora decidido. Não houve (que saibamos) qualquer organização de plenárias, assembleias ou notificação do ato pela CTB ou Conlutas. Tampouco o MST mobilizou suas bases, enquanto a ausência do MTST não apenas transformou-se em um selo distintivo da paralisia de sua direção, como da via de subordinação de Boulos ao governo burguês de Lula que, repetimos, continua sendo cúmplice do genocídio. Assim, a mobilização e, portanto, os palestinos, só contaram com a militância partidária de algumas correntes políticas, estando ausente o PT e o PSOL como partidos majoritários dos reformistas nas manifestações.

Fazer um balanço deste ano das manifestações, exceptuando 15 de maio e as duas marchas em setembro, fica cada vez mais claro que os partidos, organizações e sindicatos da base aliada da frente ampla burguesa de Lula/Alckmin abandonaram a luta nas ruas e organizar suas bases para ajudar em nosso país a estrangular os interesses do sionismo, que seria de inestimável

ajuda para a vitória dos palestinos. Pelo contrário, a paralisia dos sindicatos, a ausência da CTB do ato (que supostamente devia ajudar a organizar) e do PT e do PSOL (com exceção de umas poucas correntes internas, reduzido a poucos militantes), priorizando a campanha eleitoral de 2026 e protegendo Lula que mantém as relações comerciais e políticas com Israel, deixa às claras a hipocrisia dos defensores dos direitos humanos e da vida dos oprimidos. Suas direções trocaram o sangue e direito dos palestinos pela governabilidade de Lula. Como esse, pela sua ação e inação demostram-se cúmplices necessários do genocídio.

Esse é o balanço que mais importa aos militantes que honestamente querem lutar, e inclusive avançar na luta e sua radicalização, pela vitória dos palestinos e a destruição do sionismo e seu estado. Além disso, se deve responder que é falso que não existe disposição das bases. Veja-se na Europa: quando a direção que está minimamente comprometida com a causa Palestina, pode mobilizar milhões e paralisar a economia, como na Itália. Estamos falando de direções classistas, ainda que não revolucionárias, mas em oposição à política da colaboração de classes dos pelegos e burocratas da CUT, da CTB, da Força etc. A burocracia de esquerda que controla a Conlutas, por sua vez, é arrastada a conciliar com essa hipocrisia sob a bandeira justa da “unidade de ação em meio às divergências”. Essa deve servir para mobilizar massivamente, preservando o direito à livre exposição das posições; mas, está sendo usada para acobertar essa traição das direções governistas contra as massas e, especialmente, contra os palestinos. Sem essa conclusão, não será possível reagrupar sob bandeiras sem manchas a todas e todos o que sincera e honestamente estejam derrota de Israel, por todos os meios necessários.

Por isso, o PPRI na fala e em seu manifesto, priorizou demonstrar - de forma prática e histórica - que, no momento em que a ONU rasgou definitivamente as normas do direito internacional burguês, permitindo EUA e aliados a



//

• • •

As direções trocaram o sangue e direito dos palestinos pela governabilidade de Lula. Como esse, pela sua ação e inação demostram-se cúmplices necessários do genocídio.

impôr a colonização da Palestina sobre a base da limpeza étnica e do holocausto, nada mais há que defender ou se utilizar dessas instituições e normas. Trata-se, diferentemente, de desenvolver estratégia e os métodos da luta de classes. E isso exige passar por cima dos pelegos sindicais, combater o governo burguês e abrir caminho uma política proletária, que se demonstrará mais efetiva e mais rápida para impor pela força da luta de classes, que se rompam todos os acordos entre o Brasil e o estado terrorista e genocida de Israel. Lula já deixou claro que nunca romperá com Israel. É hora de as massas romper com esse governo e impor suas reivindicações e a dos palestinos com a luta de classes, atacando e derrubando a burguesia por meio da revolução social. ●

Manifesto do PPRI

ONU “legaliza” a colonização da Palestina e normaliza o holocausto palestino Organizar as massas no campo da independência de classe para travar a guerra contra a burguesia genocida, pela destruição de Israel e pelo fim do capitalismo!

A ONU aprovou no Conselho de Segurança o “plano de Paz” de Trump, que nada mais é que a legitimação da colonização de Gaza e Cisjordânia. A decisão das burocracias herdeiras do estalinismo da Rússia e China de se abster foi mais uma facada nas costas dessa casta contrarrevolucionária contra as nações e das massas oprimidas. Os governos árabes fazem contas de quanto poderão lucrar se associando ao imperialismo e sionismo. A Autoridade Nacional Palestina apoia a colonização e o holocausto porque pretende estender seu parasitismo sobre parte dos investimentos que serão despejados sobre a terra devastada e os corpos enterrados e trucidados dos palestinos de Gaza e Cisjordânia.

A ONU decretou que o imperialismo e o sionismo estão por cima de qualquer norma do direito internacional, e que uso da força para realizar os negócios monopolistas sobre os ossos e o sangue das massas palestinas se sobrepõem a quaisquer direitos nacionais e democráticos que lhe eram reconhecidos formalmente. Como alertamos nosso manifesto nº 89, distribuído no ato do dia 09/11, “O “plano de paz” de Trump significa a institucionalização do genocídio e objetiva a uma completa redefinição demográfica, econômica e política da Palestina ocupada e de toda a região em favor do imperialismo e do sionismo”. É isso que a ONU decretou como “direito” ao aprovar a institucionalização dos métodos da colonização militar, da pilhagem, do genocídio e da limpeza étnica. Como se vê ainda nas ações em Líbano e Síria, essa “normalização” do direito do imperialismo e seus vassalos ao genocídio e à colonização será estendida para todo o Oriente Médio. Não é por acaso que o Irã está sendo ameaçado por uma nova guerra, ou que a Venezuela está ameaçada de intervenção para os EUA se apropriar de seus recursos. A tendência objetiva de um confronto contra China pelo domínio dos mercados, tecnologias e produção industrial, bem como “plano de paz” para Ucrânia, demonstra que cada medida, cada proposta, cada “plano” de Trump e aliados aproxima a humanidade mais e mais da barbárie.

Foi assim rasgado o véu farsesco do direito e das leis internacionais que a burguesia ergueu no passado, e que hoje ela mesma, à vista das massas, demonstrou que não existem limitações legais, políticas, sociais, jurídicas ou morais para os apetites de lucro dessa classe assassina, genocida e cínica. Sua existência como classe empurra a humanidade e as nações à barbárie das guerras e contrarrevoluções. As máscaras caíram e o rosto do capitalismo está claramente exposto: um regime e um sistema planejado e arquitetado para o roubo, o holocausto e a guerra contra os oprimidos.

Por isso que se alinhar ao respeito da lei internacional burguesa serve de farsa retórica aos governos como o de Lula para manter sua cumplicidade no genocídio palestino. Lula e a burguesia brasileira estão de mãos dadas em apoiar o plano

de Trump, apesar dos falaciosos discursos e caracterizações, como o de genocídio dos palestinos. Enquanto isso, continuam fazendo negócios e mantendo acordos de todo tipo com o estado colonial, terrorista e genocida de Israel. Está aí claramente exposta a razão de porquê Lula NUNCA vai romper relações com Israel. Qualquer que seja o governo burguês de plantão, os lucros monopolistas se sobrepõem (e extingue) ao direito à vida das massas e à libertação dos povos oprimidos. Se realmente queremos que se rompam as relações, então devemos arrancar de Lula essa medida pela força coletiva da luta de classes atacando os interesses do sionismo em nosso país. Para dar passos por esse caminho, o proletariado deve romper com suas direções pelegas e traidoras, e combater os governos e os interesses imperialistas-sionistas com a luta de classes.

As massas oprimidas do mundo todo devem se livrar e romper com suas ilusões nos organismos, nos métodos, instituições e governos de seus inimigos de classe e opressores. A ONU, as burguesias e quase todos governos – junto à traição das burocracias russa e chinesa - demonstraram que o que está colocado é não se ajoelhar e tentar juntar os pedaços das normas e leis que foram rasgados, e sim dar passos para criar as condições de uma guerra total dos oprimidos e explorados contra seus opressores e algozes. Defender o direito irrenunciável dos palestinos a se defender com qualquer método que decidam é reconhecer que a única linguagem que entenderá a burguesia é o da violência revolucionária de massas pela sua libertação nacional e social, oposta à violência contrarrevolucionária da burguesia mundial.

A tarefa democrática da libertação e autodeterminação nacional dos palestinos é parte e elo integrante da luta revolucionária dos explorados e oprimidos pelo fim do capitalismo. Essa tarefa democrática e nacional, porém, para ser vitoriosa e firmar à autodeterminação nacional sobre toda a Palestina histórica, terá de recorrer aos métodos e se projetar como parte integrante da estratégia socialista e da luta revolucionária do proletariado pelo fim da opressão nacional e de classe.

Somente com um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, na base da propriedade nacionalizada sob controle coletivo operário, existirão as condições históricas e materiais para passar das palavras e da retórica à ação internacionalista de ajudar à resistência e nações oprimidas a derrotarem o imperialismo e qualquer seja seu vassalo. A libertação da opressão nacional e social das massas só pode ser apenas encarnada por uma direção classista e revolucionária, que lutando sob a estratégia de um estado Palestino, uno e socialista, e erguendo a tática da frente única anti-imperialista, avance pelo caminho da revolução social e, assim, salvará a humanidade da barbárie que a burguesia nos alastrá. ●

Nota de solidariedade à UP e MLB

TODO APOIO E SOLIDARIEDADE À UP E MLB QUE SOFRE DA VIOLÊNCIA REACIONÁRIA DO GOVERNO DE SANTA CATARINA!

Condenamos o terrorismo e repressão do Estado burguês contra as organizações que visam organizar os explorados para a luta contra seus exploradores!

É preciso responder à violência reacionária com a organização e violência revolucionária, com os métodos do proletariado.

Nenhuma confiança nas instituições burguesas!

Combater a burguesia e seu estado com independência de classe.



Na manhã da quinta-feira, dia 27/11/2025, a sede estadual em Santa Catarina do partido Unidade Popular (UP) foi invadida pela Polícia Militar e Civil, revirada, e itens foram levados, enquanto membros do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) despertavam com viaturas da Polícia Militar, Civil e até do Choque em suas casas e tiveram seus celulares, computadores e outros itens pessoais apreendidos. O partido descobriu somente após a ação violenta do Estado que eram alvos de uma investigação que ocorre sob sigilo.

Em seu jornal *A Verdade*, informam que a Polícia Militar *"afirmou que a invasão foi justificada pela participação de militantes do MLB e da UP em atos contra a escala 6×1 num shopping, em abril, contra a fome em um supermercado, em maio e a ocupação de um prédio abandonado por famílias sem teto. Além disso, a PM acusa os militantes de terem tentado impedir um evento na Univali que contava com a presença de deputados e outras autoridades fascistas reconhecidas por perseguirem militantes de esquerda pelo país".*

Essa prática de terrorismo de estado indica que a burguesia em meio de sua decomposição histórica e visando a descarregar sobre as massas as contrarreformas, a destruição de direitos, os ataques contra suas condições de vida, cada vez menos tolera qualquer resposta ou organização de setores dos explorados para se defenderem. O governo direitista de Santa Catarina é ainda um apoiador e defensor do genocídio palestino e celebra os assassinos sionistas e premia os deputados que glorificam o holocausto palestino. A UP tem sido uma defensora do direito dos palestinos à autodeterminação e à resistência armada. Está aí o fundamento de classe da ação truculenta e terrorista do estado contra essa organização.

As organizações e partidos devem não apenas denunciar esses atos ditatoriais e fascizantes, como defender incondicionalmente a liberdade de expressão e manifestação das organizações que combatem à burguesia. Sobretudo, defender o direito irrenunciável das massas se organizarem para combater a violência reacionária da burguesia com a violência revolucionária. Essa deve ser a principal tarefa prática colocada, e não solicitar ou pedir que a justiça e instituições da burguesia ponham um limite à própria violência da burguesia. A justiça é quem favorece essas ações terroristas e as baliza. Por isso, não devemos confiar nelas, e sim em nossas forças.

Por isso, apontamos que a exigência de "respeito" e o "fim do autoritarismo" certamente não virão da política

democratizante de lutar para que "a constituição seja posta em prática" e defesa da democracia burguesa. A constituição é apenas um papel, que sequer é levado à prática pela mesma burguesia que a aprovou. O Estado é um aparato de classe, que também legalizou a violência de classe que serve para reprimir os partidos e movimentos sociais por meio das polícias e de seus tribunais que condenam os oprimidos e aqueles que, minimamente, incomodam a burguesia e seus representantes eleitos. A própria investigação em curso servirá para justificar ações truculentas de perseguições às correntes e seus militantes, como as que ocorreram. O autoritarismo das polícias sempre existiu para o conjunto dos explorados nas periferias, nas greves e etc.

Nossa militância não pode marcar presença na plenária convocada pela UP de Santa Catarina, no dia 28/11, contudo, expressamos nossa total e incondicional solidariedade de classe com essa organização e repudiamos qualquer ação do Estado contra àqueles que se organizam para lutar contra a burguesia. ●

Basta de terrorismo de estado contra as organizações e lutas populares!

Nenhuma punição aos militantes da UP e do MLB!
Pelo fim imediato de quaisquer investigações aos que militam!

Pelo fim das Polícias Militares!

Que a burguesia, seus estados, seu braço armado - a polícia – e seus tribunais não interfiram nas atividades políticas das correntes de esquerda, sindicatos e movimentos sociais.

Pelo direito irrestrito das organizações e movimentos que combatem a opressão de classe e nacional a recorrer à autodefesa contra a violência da burguesia.

Fim à ditadura de classe da burguesia!

Lutar pela derrubada do estado burguês pela revolução proletária!

Pôr em pé o Estado Operário, fruto da revolução proletária, instituído pela aliança operária e camponesa.

Avança o projeto de novo *Estatuto do Magistério de São Sebastião*: em graus distintos, burocracias do SIPROEM e SINDSERV são cúmplices da política de ataques da Prefeitura

 Há anos, a Prefeitura de São Sebastião objetiva avançar com uma contrarreforma específica contra o magistério municipal. Em 2024, circulou uma minuta de Projeto de Lei estudada e divulgada por meio de cursos de formação pela Frente Combativa de São Sebastião (a qual somos membros). Essa minuta contém uma série de ataques aos servidores públicos do magistério, como a distorção da Lei de 1/3 da jornada de trabalho, impondo maior tempo dos professores nas unidades escolares por meio de aumento do ATPI¹; a proibição de readaptação médica no estágio probatório, mesmo que temporária; maiores prejuízos em casos de faltas injustificadas; fim da gratificação para graduação; número reduzido de faltas injustificadas permitidas para aprovação em estágio probatório; entre diversos outros.



• • •

O encaminhamento de “*pedir para o Prefeito que protocole a minuta na Câmara*” foi derrotado, tendo a base rejeitado o projeto de ataques. **A burocracia saiu derrotada, mas sempre procurará uma via ou recorrerá a traição** para impor goela abaixo dos professores o acordo que fizeram com o governo.

O PAPEL DO SIPROEM² NA TENTATIVA DE APROVAR O CONJUNTO DE ATAQUES

Destaca-se que este sindicato expandiu sua base territorial de Guarujá e Bertioga para receberem o então

1. Aula de Trabalho Pedagógico Individual, que pode ter sua variação por rede para HTPI (Hora de Trabalho Pedagógico Individual) ou similares.
2. Sindicato dos Professores Das Escolas Públicas Municipais De Guarujá, Bertioga, São Sebastiao, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba.

imposto sindical, extinto com a contrarreforma Trabalhista de 2017. Utilizaram-se de métodos jurídicos para reivindicar a representação dos professores do Litoral Norte, e assim que conquistaram esta representação nos tribunais (sem discutir com as bases) e passaram a receber o imposto sindical, não atuaram perante suas bases, nem com comandos, nem com assembleias, demonstrando claramente o caráter oportunista e subserviente da burocracia perante o estado.

A direção sindical convocou uma assembleia virtual para o dia 13/11/25, sem trabalho de base amplo para a divulgação, sem discutir com os trabalhadores a pauta e reivindicações, restringindo-se a uma única escola. Na assembleia, afirmaram ter participado da comissão criada pela Prefeitura, portanto patronal, para criar a atual minuta. Sem divulgar o documento, propagandearam falácias como a que os professores receberiam reenquadramento na tabela de vencimentos, aumento salarial de 17%, direito ao vale-refeição e equiparação salarial entre professores PEB I e PEB II assim que a minuta fosse aprovada como Lei pelos vereadores. Nenhuma dessas promessas consta no documento, e quando questionados, não souberam dizer de onde tiraram esses dados, mas acreditavam ser possível pedir aos vereadores que fizessem essas alterações. Ou seja, realizaram uma assembleia para aprovar um plano feito com os patrões de costas às bases que nunca tiveram oportunidade de discutir nada.

De um lado, a direção atuou para enganar e ludibriar o professorado municipal, tentando fazer parecer que a minuta foi construída pelos professores, ocultando o fato que os poucos membros da comissão, com exceção do representante sindical, foram escolhidos a dedo pela Secretaria Municipal de Educação, e tentando vender a falsa imagem que a minuta de novo estatuto é algo positivo para a categoria, ou seja, quando nos fatos estão defendendo os

ataques da patronal. Do outro lado, a Frente Combativa atuou para desmascarar a burocracia sindical, mesmo essa tentando não pôr a minuta em debate, trazendo concretamente os principais artigos de retirada de direitos e demonstrando que se trata de um alinhamento com a futura Contrarreforma Administrativa (PEC 38/2025), e demonstramos que nenhum direito foi conquistado através da pressão parlamentar e sim com a luta de classes e coletiva.

O encaminhamento da direção de “pedir para o Prefeito que protocole a minuta na Câmara” foi derrotado de forma unânime, tendo a base rejeitado o projeto de ataques. A burocracia saiu derrotada, mas sempre procurará uma via ou recorrerá a traição para impor goela abaixo dos professores o acordo que fizeram com o governo

SIPROEM REQUENTA A CAMPANHA SALARIAL ENTERRADA PELO SINDSERV

O SIPROEM nunca esteve presente nas campanhas salariais junto aos servidores. No máximo, publicam fotos com o Prefeito Reinaldinho (Republicanos) e sua secretária de educação, Marta Braz, em 2025, alegando que estavam pedindo reajuste salarial de 10%, à margem de qualquer debate com a categoria. Há muito que as assembleias, onde as bases decidem por si mesmas sobre as reivindicações e os métodos para conquistá-las, foram trocadas pelas negociatas com o governo a portas fechadas. E quando convocam assembleias, como a realizada no dia 13/11, anunciam que iriam solicitar ao Prefeito um reajuste para os professores, requerendo a campanha salarial enterrada^{3,4} pelo SINDSERV. A assembleia debateu e aprovou o índice (do DIEESE) de 20%

3. “A categoria unida assimilou que é nas assembleias e nas ruas que se arrancam as reivindicações mais sentidas!” – Pág. 15 do jornal O Internacionalista nº 29 (julho 2025).

4. “Campanha salarial do SindServ de São Sebastião é marcada por um salto qualitativo da burocratização da direção sindical (Unidos Pra Lutar e CP-LN/POR)” – Pág. 16 do jornal O Internacionalista nº 28 (junho 2025).

→ com retroativos de 2024.

Ao que tudo indica, a real intenção do SIPROEM com essa assembleia não é organizar a luta da categoria, e sim tentar fazer de sua primeira campanha salarial um campo de manobra para ludibriar os professores, vendendo a imagem de sindicato “atuante” e “defensor” da categoria, para depois continuar fazendo acordos escusos com a patronal e tentar empurrar contrarreformas, blindando parcialmente a Prefeitura. Esta manobra oportunista irá aprofundar o divisionismo na representação sindical dos servidores municipais. Em resposta, defendemos a unidade sindical expressa na atuação no SINDSERV, que, apesar de sua direção burocrática de esquerda, é minimamente atuante, realiza assembleias periodicamente e representa o conjunto dos servidores sem corporativismos.

O IMOBILISMO DO SINDSERV COLABORA COM OPORTUNISTAS E O GOVERNO

O Sindserv, que possuía uma cadeira garantida na comissão criada pela Prefeitura, nunca a utilizou de fato. Pelos informes da direção sindical, a professora destacada se afastou da direção da entidade, que durante três gestões não a substituiu. Coube à Frente Combativa defender a ocupação desta cadeira em 2024, sem por isso criar ilusões na possibilidade de que poderia ser redigido um documento progressista junto do governo, ou que isso bastaria para conter os ataques; mas com a finalidade de tomar ciência da construção desta minuta e manter a categoria informada dos ataques que se preparavam, denunciá-los perante as bases e as organizar para enfrentar e derrotar os ataques que estariam por vir. Essa deliberação aprovada em assembleia, nunca foi cumprida pela direção RS/POR. A burocracia sindical demorou tanto tempo para informar o nome da professora que ocuparia a vaga, que a comissão terminou seu trabalho antes de ser aprovada sua suplente. O descaso da direção com o que foi deliberado, o que facilitou que os pelegos do SIPROEM atuarem junto do governo e da justiça para tirar do Sindserv a representação dos professores.

Em assembleia, também foi criado um grupo de trabalho específico

para debater o provável futuro estatuto do magistério, no qual a Frente Combativa fez parte. A direção sindical, representada por uma militante do POR, também participou. Ao final dos trabalhos, o debate foi sintetizado no jornal Alerta Servidor⁵ nº 209 (dezembro de 2024). A deliberação deste grupo de trabalho era a de uma convocação de uma assembleia extraordinária para demonstrar para a categoria os ataques e debater os métodos para derrotá-los. Tanto é assim, que aquela edição do jornal diz “contamos com todos os servidores para participação na próxima assembleia!”. Esta assembleia foi “garantida” pela diretora vinculada ao POR, contudo, nunca ocorreu, nem mesmo com nossa pressão. O POR então calou-se, sem nenhuma justificativa do motivo que não conseguiu “garantir” a assembleia, ou teceu críticas à direção vinculada à Revolução Socialista-PSOL/Unidos Pra Lutar.

O imobilismo da atual direção burocrática do SINDSERV não só permite que o SIPROEM oportunize-se e aprofunde o divisionismo entre os servidores municipais, que também são parcialmente representados pelo pelego SINTRASAÚDE, mas que a categoria fique atada de pés e mãos diante da futura contrarreforma municipal.

NOSSA CRÍTICA À OSL NO INTERIOR DA FRENTE COMBATIVA

Um dia antes da assembleia do SIPROEM, vimos a militância da OSL defender publicamente que um ponto da minuta, o de plano de carreira, é uma “conquista Magra”, com retiradas de outros direitos, porém conquista. A gente se agarra a ela e resiste ao que vem de ataque”, uma posição que é antagônica a todo o debate acumulado e posições da Frente Combativa, que desde o início concluiu e defendeu que este documento, na íntegra, representa um conjunto de ataques e que só será possível barrar qualquer contrarreforma pelo método da ação direta. É praxe dos governos apresentar uma migalha ou promessa para servir de enganação para ser aprovado o ataque.

A autocrítica veio pela prática - porém, sem qualquer autocrítica do erro político - quando o mesmo membro da OSL defendeu e votou

que a minuta não deveria ser encaminhada à Câmara Municipal, e ao defender a rejeição do documento na íntegra conosco, retomando a aplicar as avaliações e deliberações coletivas. Tratou-se de um erro de caracterização e um desvio individualista, tipicamente anarquista e pequeno burguês, diante do arrocho salarial e da destruição de direitos e condições de trabalho, com a ilusão da possibilidade de pequeno aumento salarial pela progressão funcional pela via acadêmica.

É NECESSÁRIO FORTALECER A FRENTE COMBATIVA

Qualquer ataque aos direitos, empregos e salários somente será barrado a partir da organização dos explorados em assembleias, na base da democracia operária, com independência de classe e lutando com os métodos da ação direta de massas. Está aí o fundamento da importância e necessidade de avançar na luta de classes (paralisações, greves, piquetes, ocupações e etc), combatendo o patrão e derrotando suas medidas e ataques. São esses princípios que forjaram a Frente Combativa, que logo se tornou oposição às burocracias sindicais regionais em torno de um programa classista e independente. Apesar dos avanços e recuos, dos acertos e erros, tem se mostrado acertado nossa posição de construir e participar desta frente única sindical. Assim, a tarefa colocada para o próximo período é de fortalecer esta frente, para que possamos romper com o imobilismo das direções traidoras dos trabalhadores e recuperar o sindicato como um instrumento de luta, cumprindo seu papel histórico. ●

FOLHETO

NOVO!

Para o TRABALHO REVOLU-
CIONÁRIO
nos SINDICATOS
e demais organizações de massas

5. Sindicato dos Servidores Municipais de São Sebastião/SP.

6. Jornal sindical do SINDSERV de São Sebastião.

Adquira com nossos militantes!

O Governo de Tarcísio Nunes (Republicanos) vai impor uma nova reorganização às escolas.

A medida é parte dos cortes de verbas para 2026.

É urgente a necessidade de responder com os métodos da luta de classes.



A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC), conduzida por Renato Feder, anunciou a chamada “reorganização escolar”. Segundo o governo, cerca de 300 escolas com mais de 1200 alunos foram consultadas. Desses, cerca de 100 aceitaram a proposta de “divisão” e serão fragmentadas num mesmo prédio com duas gestões. Segundo o discurso do governo, a medida é para fracionar as modalidades de ensino para “melhor focar na aprendizagem das crianças e adolescentes”, separando o ensino médio do fundamental, por exemplo.

A medida passa longe da construção de novos prédios, e do aumento do número de funcionários. Ela disfarça a continuação do fechamento das salas e turnos, dando curso ao projeto de privatização das escolas, ampliando o desemprego e subemprego entre os trabalhadores da educação.

Não há muita informação sobre a “reorganização”. Parece que o governo visa impedir a participação dos professores, alunos, funcionários e pais. A falta de transparência por si só é uma denúncia no sentido de que essa, será com certeza mais um ataque à escola pública.

É FUNDAMENTAL E URGENTE A NECESSIDADE DE SE ORGANIZAR A RESISTÊNCIA POR MEIO DA LUTA DE CLASSES.

Além da chamada reorganização, o secretário de educação soltou um vídeo no dia 30 de novembro, anunciando o que chamou de “melhora da frequência e do nível de aprendizado dos estudantes”. Sobretudo, o vídeo serviu também para falar da avaliação de desempenho. Afirma que os diretores terão “autonomia” para manter nas escolas os professores mal avaliados por eles e pelos alunos. Que os diretores também poderão escolher seus professores, podendo mandar para outras escolas os professores com avaliação insatisfatória.

Por existirem muitos que são professores escolhidos pelas Diretorias de Ensino (DE), a esmagadora maioria dos diretores de escolas são seguidistas da política reacionária e autoritária da secretaria de educação, deixando muitos professores à mercê dessa política, pautada em critérios subjetivos. Essa medida terá impacto no número de desemprego e subemprego de uma parcela dos professores. Podendo inviabilizar o acúmulo de uma parte dos professores, devido ao deslocamento de uma escola para outra.

A ideia de autonomia para os gestores é completamente falsa. Na verdade, a fala é para disfarçar o autoritarismo pautado na avaliação de desempenho que colocou uma parcela dos estudantes e gestores contra os professores.

Assim como no ano passado, a secretaria tem lançado uma enxurrada de novas resoluções. Está claro que o objetivo não é de fazer mudanças para melhorias, mas sim de provocar confusão numa parcela dos gestores e professores, além é claro, de aprofundar a destruição da escola pública.

“

• • •

Além da chamada reorganização, o secretário de educação soltou um vídeo no dia 30 de novembro, anunciando o que chamou de “melhora da frequência e do nível de aprendizado dos estudantes”. Sobretudo, o vídeo serviu também para falar da avaliação de desempenho. Afirma que os diretores terão “autonomia” para manter nas escolas os professores mal avaliados por eles e pelos alunos. Que os diretores também poderão escolher seus professores, podendo mandar para outras escolas os professores com avaliação insatisfatória.

DIANTE DOS ATAQUES, A DIREÇÃO MAJORITÁRIA DA APEOESP (PT/PCDOB E PSOL) SE RECUSA A ORGANIZAR OS PROFESSORES PARA RESPONDEREM COM A LUTA DE CLASSES.

Há 10 anos, o governo Alckmin tentou impor uma “reorganização escolar” que previa o fechamento de quase 100 escolas, a medida veio logo depois de uma das maiores greves do magistério paulista que durou mais de três meses. A medida estava ligada aos ajustes fiscais do governo Dilma Rousseff, através do Ministro da economia Joaquim Levy. Foi derrotada pela revolta dos estudantes e um movimento nacional de ocupação de escolas contra a “reorganização” (ver página 31). Perante os novos ataques, a via da luta, das ocupações, das greves e manifestações deveria ser o ca-

FOLHETO

notas sobre o PROBLEMA EDUCATIVO

EDUCA-TIVO

Adquira com nossos militantes!

→ minho a ser tomado para derrotar mais esse ataque.

Os ataques contra os professores do estado são parte dos ataques contra os serviços públicos que todos os governos põem em prática. O marco desses é o Arcabouço Fiscal que suga os recursos dos orçamentos públicos para os parasitas da dívida, além das Privatizações de escolas e a aplicação da Reforma Administrativa

Como se vê, os ataques são constantes. É fundamental e urgente organizar não só os professores, mas os demais funcionários, alunos e pais para uma resposta coletiva e radicalizada.

No último congresso sindical, a CSM-GL (Corrente Sindical Marxista - Guillermo Lora) defendeu um calendário com assembleias e comando junto às bases para organizar a categoria para responder aos ataques, iniciando o próximo ano em luta na defesa dos empregos e salários. A direção se recusou e votou um calendário pautado nas ações jurídico-parlamentares. A experiência nos demonstrou muitas vezes que, a justiça e o parlamento agem contra os trabalhadores e a favor dos governos e patrões.

Ao se recusar a mobilizar a categoria com o método da luta de classes com os comandos e assembleias,

a direção deixa o caminho livre para os ataques, colaborando objetivamente com o governo.

A direção da Apeoesp colabora com o governo Tarcísio ao não organizar a luta. Faz isso porque se nega a organizar a luta coletiva porque suas bases teriam de se chocar com a política do Arcabouço Fiscal e a Reforma Administrativa do governo Lula. A luta consequente e com independência de classe em defesa da categoria somente pode ser feita por uma oposição revolucionária ao governo burguês. A luta pela defesa da categoria leva implicitamente a combater à burocracia e à colaboração de classe. •

LN

DIEESE FAZ FORMAÇÃO NO SINDSERV DE SÃO SEBASTIÃO SOBRE A CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA

É necessário que o sindicato rompa com o immobilismo em defesa da categoria!

 A direção sindical convocou o DIEESE¹ para palestrar sobre a "Reforma Administrativa", que demonstrou com dados técnicos e estatísticos os ataques (já demonstrados de forma sintética no jornal O Internacionalista nº 32, página 06). Apesar da relevância do tema para a categoria, a atividade foi esvaziada, como fruto da convocatória de último momento e com quase nenhum trabalho de base.

O POR, que é integrante da direção, se retirou da atividade antes do debate, sem justificar. Avaliamos esta atitude como oportunista e contrária a sua defesa, de que "Cabe às direções dos sindicatos ligados ao funcionalismo em todas as esferas convocar instâncias e ações unificadas, como reuniões, assembleias, comitês, fóruns, atos, paralisações e greves"²,

mas no interior do SindServ, não fazem essa defesa, o que os levaria a se chocarem com a direção immobilista. Sequer criticam a direção vinculada à Revolução Socialista-PSOL, servindo nos fatos como leão de chácara da burocracia para manter seu assento na cúpula do aparelho.

Atuamos como PPRI distribuindo o Manifesto³ nº 86 e divulgando o ato contra a Contrarreforma Administrativa chamado pelo Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte, no dia 13 de dezembro. Após a palestra, houve um debate, no qual expusemos que a Contrarreforma Administrativa é uma continuidade de contrarreformas dos governos anteriores, se juntado a Trabalhista e Previdenciária, e que o governo de Frente Ampla Lula/Alckmin acenou à burguesia por sua aprovação e não é diferente da política de ataques da direita. Por fim, colocamos

a necessidade de as centrais e sindicatos organizarem suas bases para combater este e outros ataques, passando das denúncias e palestras para a luta coletiva. A direção sindical foi convocada ao ato do dia 13/12, e reivindicamos assembleia para debater a PEC 38 e a futura Contrarreforma Administrativa Municipal, gestada pelo Prefeito Reinaldinho. •

1. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
2. "Abaixo a PEC 38 da Reforma Administrativa" – Págs. 3-6 do jornal Massas/POR - 26 de outubro a 8 de novembro de 2025.

3. "A Contrarreforma Administrativa é mais um brutal ataque desferido pelo governo federal aliado ao Congresso contra os serviços públicos e o funcionalismo!"

FOLHETO

NOVO!

Para o TRABALHO REVOLU-
CIONÁRIO
nos SINDICATOS
e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!



BALANÇO DE 10 ANOS DA CRIAÇÃO DO FÓRUM DOS SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DO LITORAL NORTE (SP)

 Após a ocupação das escolas em 2015 (ver matéria na pág. 31), militantes sindicais que apoiaram os estudantes na E.E. Colônia dos Pescadores compreenderam a necessidade de criação de um organismo frentista para atuação unitária na região. Assim, foi fundado o Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo, com apoio do SindiPetro - Litoral Paulista, SindServ de São Sebastião e partidos políticos, além de um policial penal e um professor da rede municipal.



• • •

Nos anos eleitorais, a plenária do Fórum Sindical por consenso de seus membros sempre rejeitou os oportunistas que apareciam apenas para pedir votos e apoio à candidatura, mas nunca se dispunham a organizar as lutas, colocando-se contra essa política aparelhista em defesa da independência de classe e do método da ação direta na defesa dos explorados.

O também conhecido como Fórum Sindical do Litoral Norte é marcado por seu “efeito sanfona”, pois algumas entidades se aproximam e se afastam, fazendo com que a quantidade de organizações em seu interior seja variável ao longo dos meses e anos. Geralmente, percebe-se a maior aproximação de sindicatos e movimentos sociais quando há mobilização ou nacional, contra os ataques do governo de turno, ou regional, em campanhas salariais e afins. Após o qual refluxam e abandonam as reuniões.

A região é predominantemente marcada pelo atraso político, pela falta de tradições classistas e pela presença de classes e camadas de classe reacionárias da burguesia e pequena burguesia, seja pela ausência de ações de forma

sistemática dos sindicatos e movimentos que favorecem a despolitização, seja pelo controle político e ideológico das oligarquias regionais. Contudo, a existência do Fórum permitiu ao longo destes anos ecoar reivindicações dos explorados e movimentos nacionais, a exemplo das mobilizações de 2017 para tentar barrar a contrarreforma Trabalhista, e de 2019, para tentar barrar a contrarreforma Previdenciária. Até 2025, essas foram as maiores mobilizações na região, perdendo apenas das paralisações dos servidores de Caraguatatuba¹ e São Sebastião². Também o Fórum é responsável pelo primeiro ato do 1º de maio unificado na região³, por trazer ao Litoral Norte debate⁴ e ato⁵ contra o genocídio na Palestina e o Grito dos Excluídos⁶, e pela ajuda aos movimentos que existiram, como o Coletivo de Educação de Caraguatatuba – COEDUCA.

Nos anos eleitorais, a plenária do Fórum Sindical por consenso de seus membros sempre rejeitou os oportunistas que apareciam apenas para pedir votos e apoio à candidatura, mas nunca se dispunham a organizar as lutas, colocando-se contra essa política aparelhista em defesa da independência de classe e do método da ação direta na defesa dos explorados.

Apesar de, historicamente, o Fórum Sindical servir para impulsionar a luta de classes na região, em 2025 têm se deparado com questões organizativas que enfraquecem esse organismo de

1. “Paralisação histórica em Caraguatatuba” – Ol nº 31 (setembro de 2025).
2. “A categoria unida assimilou que é nas assembleias e nas ruas que se arrancam as reivindicações mais sentidas!” – Pág. 15 do jornal O Internacionalista nº 29 (julho de 2025).
3. “Fórum Sindical realizou no Litoral Norte o ato do 1º de Maio unitário ...” – Pág. 11 do jornal O Internacionalista nº 27 (maio de 2025).
4. “Realizado debate sobre o genocídio na Palestina pelo Fórum dos Sindicatos do LN” – Pág. 10 do jornal O Internacionalista nº 23 (janeiro de 2025).
5. “Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte fará ato em defesa das liberdades democráticas e em defesa da Palestina” – Pág. 10 do jornal O Internacionalista nº 20 (outubro de 2024).
6. “Abaixo a repressão à manifestação do Grito dos Excluídos em São Sebastião!” – Pág. 10 do jornal Ol nº 20 (outubro de 2024).

frete única e podem comprometer tanto sua função histórica quanto sua independência de classe. A modo de exemplo, assinalamos dois fatos:

- 1) A direção do SindServ de São Sebastião, vinculada à Revolução Socialista-PSOL/Unidos Pra Lutar, rompeu com o Fórum em 2024, diante da pressão do setor mais reacionário de servidores que apoiaram a repressão contra militantes do Fórum no Grito dos Excluídos. A direção do SindServ, assim, tomou o lado da repressão do estado contra o Fórum.
- 2) A CP-LN/POR, que também faz parte da direção sindical, se manteve no Fórum mas declarou que, diante da ruptura do que chamam de “direção majoritária”, não tratariam dos assuntos do SindServ nas reuniões. É correto não tomar decisões pela direção quando se é “minoría”. Mas, precisamente como “minoría”, podem muito bem colocar os problemas gerais do sindicato e das categorias filiadas e avaliar como defender no SindServ a unidade para impulsionar as lutas.
- 3) Em algumas reuniões em que a membro da direção do SindServ estava ausente, o POR rejeitou que a Frente Combativa (oposição interna à direção RS/POR) apresentasse informes sobre o sindicato. Em outra reunião, impediram informes da Frente Combativa, que reivindicava direito de fala por apenas 5 minutos, o que foi negado pelo PCB e POR.
- 4) O PCB tem tido perante o Fórum uma atitude oportunista e autoritária contra a oposição à direção do SindServ. São, hoje, o braço da política governista no interior do Fórum, por exemplo quando tentam amenizar os impactos da Contrarreforma Administrativa, dizendo que esta estará limitada aos servidores federais e causará pouco impacto, pois retirará direitos que já
7. “Campanha salarial do SindServ de São Sebastião é marcada por um salto qualitativo da burocratização” – Pág. 16 do jornal Ol nº 28 (junho de 2025).

foram retirados por leis anteriores. Nos últimos meses, tem se mostrado um defensor do governo burguês de Lula que ataca os servidores e trabalhadores. Por isso, precisam agir autoritariamente e silenciar a oposição classista.

- 5) Nas mobilizações, os militantes do PCB trouxeram setores da igreja para impor como seria o 2º Grito dos Excluídos na região, se servindo dessa manobra para esvaziar os atos de bandeiras contra o governo Lula, com uma política oposta à independência de classe.
- 7) O PCB tenta, ainda, limitar o ingresso

de novas entidades, no Fórum com diversos filtros, com destaque para o movimento negro da região, justificando que tinham pedido verba para impulsionar suas ações. Porém, o PCB já havia pedido dinheiro ao Fórum, não para impulsionar lutas e movimentos, mas para a campanha eleitoral, o que foi negado.

O oportunismo e aparelhismo trazem ao interior do Fórum um método e uma política que se opõe a seu caráter frentista e à independência de classe. A unidade frentista se deve forjar com todas as correntes, oposições e partidos

que querem de fato impulsionar a luta pelas reivindicações próprias dos oprimidos em meio às divergências, a liberdade de crítica. Por isso, a tarefa colocada para o próximo período é de superar as tendências reformistas, centristas e estalinistas, retomando o rumo de lutas sob a unidade frentista por meio de um programa mínimo e de princípios claramente estabelecidos. Assim é que iremos transitar o verdadeiro objetivo do Fórum Sindical do LN, que deve ser impulsionar as lutas locais e criar condições para as lutas nacionais se expressarem na região com independência de patrões e dos governos burgueses. ●

Fórum dos Sindicatos e Movimentos do Litoral Norte: esvaziamento da atividade sobre a Contrarreforma Administrativa demonstra a negativa dos sindicatos e partidos a combater em sério à Frente Ampla Lula/Alckmin e reflete na região o *abandono dos métodos da ação direta* para barrar mais uma contrarreforma.



O Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte organizou uma atividade no sábado, dia 08/11, com o objetivo de discutir o projeto de lei da reforma administrativa, reforma essa que representa um avanço profundo na destruição do serviço público. Como já indicamos em jornais anteriores, a reforma administrativa tem como pontos principais 1) fim da estabilidade; 2) terceirizações; 3) fim das progressões salariais por tempo de serviço; 4) produtividade e avaliação por metas, etc. As entidades que compõem o Fórum, portanto, entenderam como essencial a preparação de uma plenária, chamando os servidores públicos da região com o intuito de debater as causas e as consequências de mais uma contrarreforma.

A atividade aconteceu em Caraguatatuba e foi esvaziada. Os motivos para tal situação são: 1) As organizações não fizeram o trabalho de base para chamar os servidores, em especial o anfitrião SindiCaraguatatuba, que foi devidamente criticado pelas outras organizações. 2) A Frente Ampla Lula/Alckmin tem centralizado ou subordinado as burocracias sindicais – e suas oposições reformistas, centristas e estalinistas – para a pressão jurídico-parlamentar, ou para atividades eleitoreiras, onde o debate crítico para politização e conscientização das massas e os métodos da ação direta (greves, piquetes, ocupações, etc) ficam à margem. Em outras palavras, a plenária foi esvaziada porque quase todos os sindicatos e partidos que compõem o Fórum preferem se subordinar aos objetivos eleitorais ao governo, defendendo-o, ou até criticam-no, mas sem oferecer uma alternativa e métodos que elevem a politização das bases sindicais, que poderia ser construída na região nesta atividade. Apesar da unanimidade das falas da plenária dessa atividade destacarem a necessidade do método da ação direta, em contraponto

sição aos métodos de “pressões parlamentares” e jurídico-parlamentar, a realidade é que essas correntes, no interior de seus sindicatos e movimentos, não estão organizando assembleias e plenárias para abrir este caminho.

Destaca-se a ausência do PCB, que tanto tentou impor tarefas na construção da atividade, não enviar sequer um militante. Uma dessas tarefas foi a participação na tribuna das Câmaras Municipais da região, o qual a plenária do Fórum não se opôs, mas limitou a levarem as posições coletivas, por meio de leitura de um boletim. Estes estalinistas não deram continuidade ao que propuseram, e em conjunto com sua ausência na atividade, entendemos como uma verdadeira ação de boicote devido a divergência. O PCB defendeu que a Contrarreforma Administrativa terá impactos apenas sobre o funcionalismo federal, e uma parcela dos direitos retirados pela PEC 38 não são existentes no cotidiano desta camada de servidores. O que fazem, na realidade, é servirem de amortecedor aos ataques do governo Lula, ao qual estão completamente submetidos, e precisam distorcer a realidade. O refluxo das lutas, a ausência um programa mínimo de princípios e métodos que unifiquem as posições e ações a serem defendidas coletivamente na atuação, e as reiteradas capitulações de partidos e sindicatos dificultam muito nossa atuação, contudo o PPRI, com seu programa revolucionário e sua tática frentista, deve insistir em promover mais atividades desse tipo, visto que historicamente os métodos para barrarem esse tipo de medida são os da ação direta, e estas só são possíveis a partir de uma politização das bases, realizada através de atividades assim e com frentes de ação que unifiquem e coordenem a intervenção de correntes, partidos, sindicatos etc. sob um objetivo comum. ●

30 anos da greve com ocupação dos petroleiros contra FHC

 Há trinta anos, os petroleiros foram protagonistas de uma greve histórica, que teve suas origens na campanha sindical para melhorias do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), ainda em 1994. Neste ano, duas greves (setembro e novembro) arrancaram um acordo entre Itamar Franco, o então ministro de Minas e Energia, Delcídio Gomes, e o então presidente da Petrobrás, Joel Rennó, com a Federação Única dos Trabalhadores (FUP) de reajustes salariais entre 12% e 18%, de acordo com as faixas salariais. Para construir estas greves, os sindicalistas realizaram um árduo trabalho de base. Apesar das assinaturas no “protocolo de intenções”, nem a empresa e nem o governo cumpriram os acordos. Os petroleiros decidiram então buscar a justiça do trabalho para tentar transformar as promessas em um novo ACT.

Durante a campanha eleitoral, Fernando Henrique Cardoso (FHC) havia assinado um compromisso de não privatizar a Petrobrás. A eleição de FHC e sua posse em 1995 demonstraram aos petroleiros que suas esperanças na promessa do novo governo não passavam de ilusões. Logo no primeiro mês do ano, além de manter o “status quo” e não estabelecer o novo ACT nos termos acordados, FHC atacou os funcionários públicos e as estatais, com destaque para a quebra do monopólio da Petrobrás sobre a exploração e produção de petróleo, e a ideia de vender mais ações da estatal até retirar o controle majoritário da União sobre a empresa.

No dia 03 de maio de 1995, os petroleiros declararam greve nacional, e se juntaram às greves de outros servidores públicos, como os eletricitários, os telefônicos e os ecetistas. Rapidamente, a justiça burguesa declara a greve abusiva, por meio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), apoiando-se na Lei Antigreve (Lei 7783/1989), a mesma que os centristas e reformistas se apoiam como “a Lei que garante o direito de greve”. A greve dos demais servidores foi encerrada, con-

tudo, os petroleiros permaneceram. Não demorou muito para a patronal intensificar as perseguições aos grevistas por “incitarem a paralisação”, aplicando demissões que chegariam a 73 trabalhadores. Com a estimativa de mais de 90% de adesão da categoria, FHC teve que aprofundar a repressão e o exército ocupou as refinarias de São José dos Campos (REVAP), Paulínia (REPLAN), Paraná (REPAR) e Mauá (RECAP).

Mesmo com o uso do braço armado do Estado, e com um novo julgamento do TST declarando, novamente, a greve abusiva e então aplicando multa de R\$100 mil por dia de paralisação (o que se corrigido pelo índice IPCA¹, equivaleria a quase R\$680 mil em 2025), os petroleiros mantiveram a greve e a ocupação na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão/SP, enfrentando os militares e pedindo contribuições financeiras e apoio à comunidade para manter a ocupação, diante do bloqueio das contas do sindicato pela justiça burguesa. Destaca-se que, além da heterogeneidade da categoria, que é nacional, cada região conta com um sindicato próprio ainda que com nome “SindiPetro” (SindiPetro-Litoral Paulista, SindiPetro-São José dos Campos e Região, SindiPetro-Rio de Janeiro, etc.), o que dificultou - e ainda dificulta - as ações coletivas coordenadas nacionalmente.

O fim da greve teve sabor de vitória ao frear o projeto de FHC, ainda que temporária, porque esse conseguiu impor a quebra do monopólio do petróleo em 1997. Nas décadas seguintes, com a ausência de grandes mobilizações como essa, as empresas do grupo Petrobrás foram fatiadas e muitas privatizadas (Transpetro, BR Distribuidora, etc.), enquanto outras estão nas mãos do capital financeiro que assume o papel de “sócio majoritário” pela compra de ações. A terceirização foi

implementada e ampliou-se, sobretudo, nos governos do PT, fazendo com que a maior parcela de trabalhadores atualmente seja terceirizada.

Esta rica experiência deixou lições que devem ser reivindicadas e assimiladas não só pelos petroleiros, mas por todo o conjunto dos explorados, como: 1) O trabalho sindical junto às bases, com comandos de greve e assembleias, potencializa a disposição de luta, organiza e unifica a categoria para lutar, politizando os assalariados; 2) que nunca se deve ter nenhuma confiança em governos e patrões; 3) menos ainda se deve ter confiança no judiciário, que não está alheio à luta de classes e ao capitalismo; 4) que a unidade na luta não é fetichismo e nem falar da boca para fora, porque sendo implementada representa um salto qualitativo e quantitativo no enfrentamento contra os ataques impostos pelos governos e patrões; 5) são os métodos próprios do proletariado, a ação direta de massas, é o método para os explorados e oprimidos impor suas reivindicações; 6) As ocupações de fábricas e demais locais de trabalho são fruto da radicalização da greve e da elevação da consciência dos explorados em meio à luta, e correspondem ao avanço do proletariado enquanto classe e representam o gérmen do controle operário que é necessário impor contra os capitalistas e o estado burguês.

Na defesa dos trabalhadores de todo o sistema Petrobrás, apresentamos as seguintes bandeiras:

- **Isonomia salarial entre efetivos e terceirizados**
- **Fim da terceirização**
- **Estabilidade imediata para todos**
- **Completa estatização da Petrobrás, sem indenização**
- **Reestatização sem indenização de todo o sistema Petrobrás sob o controle operário** ●

1. IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, sendo pouco mais de 578,10% entre março de 1995 e outubro de 2025, segundo o IBGE.



10 anos das ocupações das escolas estaduais de SP contra a política de fechamento de turnos e escolas de Alckmin

Em 2015, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (na época no PSDB), e seu secretário de educação, Herman Voorwald, anunciaram e publicaram um Decreto que previa o fechamento de 93 escolas, a criação de 754 escolas de um único ciclo, a transferência compulsória de funcionários, a remoção de professores e o deslocamento de 311 mil alunos para outras unidades. Destaca-se que Alckmin havia reprimido com toda força do aparato burguês a que seria a última grande greve dos professores, no mesmo ano, que durou cerca de 92 dias.

Alckmin visava a aplicação do que chamou de “Reorganização Escolar” para redução de investimentos na educação, que também previa corte de cerca de 51% do programa Ler e Escrever e corte de outros 6% na renda escolar. Tratava-se da aplicação estadual da política de cortes no orçamento público mais geral, promovido por Dilma Rousseff (PT) com o chamado “ajuste fiscal”, direcionando verbas de investimentos públicos para garantia do pagamento da dívida pública e subsídios aos capitalistas.

A medida autoritária teve quase que imediata resposta dos estudantes: cerca de 210 escolas foram ocupadas em todo o Estado. Lutavam contra as medidas autoritárias e antipopulares que os afeitiariam diretamente. À época, grêmios estudantis foram apoiados pela APEOESP, UNE e UBES, ainda que com muitas limitações impostas por suas direções burocratizadas. Uma das principais limitações, foi o não chamado de greve para unificar os professores e estudantes secundaristas contra os ataques à educação pública. Em quase todo o estado, a UJS e a JPT tentaram correr atrás do movimento, que ocorreu por fora das suas instâncias

Os estudantes atuaram instintivamente com independência de classes e se chocaram contra a polícia militar e o judiciário para manter as ocupações. O governo estadual chegou a judicializar pedidos de “reintegração de posse” para suprimir o movimento e acabar com as ocupações, o que foi combatido com ação direta a partir de assembleias estudantis. O então secretário de segurança pública, Alexandre de Moraes, colocou a PM na porta das escolas para tentar coagir os adolescentes e impedir que estes se mani-

festassem em vias públicas, o que incluía o uso de bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e prisões.

As ocupações serviram de grande aprendizado aos estudantes de todo o país, que entre 2015 e 2016 utilizaram os mesmos métodos para combater seus algozes nas redes públicas de outros estados e das universidades federais, que entre outras pautas lutavam contra a Contrarreforma do Ensino Médio e a PEC do Teto de Gastos. Contudo, se depararam com a burocratização das entidades estudantis, sindicatos e centrais sindicais, que serviram como freio às ocupações e às possíveis greves que unificariam estudantes e trabalhadores. Outro obstáculo foi a ausência de uma política e direção revolucionária dos estudantes que favoreceu o surgimento de tendências anarquistas, que desviaram a força coletiva dos estudantes por trás de ações sem objetivos claros e um programa de recuperação e dos sindicatos estudantis.

Apesar desses entraves, o movimento encerrou as ocupações com vitória parcial: derrubaram o então secretário de educação e

conseguiram barrar a “Reorganização Escolar”. Contudo, nos meses e anos seguintes, os diversos governos viram a oportunidade de aplicar medidas de aparelhamento de grêmios estudantis, de cooptação das direções existentes para as negociações parlamentares e, assim, organizaram centros de estudantes biônicos controlados pelas direções das escolas, e que hoje servem de tarefeiros às gestões escolares; servindo de instrumentos à aplicação de fechamento de salas e turnos, em especial do noturno e EJA; matrículas de alunos por georreferenciamento, entre diversos outros ataques.

As ocupações servem de experiência e de lições para os estudantes que começam a perceber e sofrer as condições de estudo pioradas, a perseguição e repressão a sua organização independente, a falta de condições para estudar e aprender etc. O imobilismo e aparelhamento das organizações estudantis demonstram a necessidade de construir uma direção classista e revolucionária. Assim se retomará essa experiência tão rica e se dará um salto na organização e na luta estudantil contra os ataques. ●



09 de dezembro de 1948

ONU aprova a Convenção contra o genocídio

Em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou por unanimidade a Resolução 260, conhecida como *Convenção para a Prevenção e o Castigo do Crime de Genocídio*, que entrou em vigência em 12 de Janeiro de 1951. A Convenção foi aprovada, supostamente, visando impedir novos atos tais como o genocídio armênio e o holocausto judeu.

Caracterizam-se nela como genocídio aos atos “cometidos com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial e religioso, como: a) matar membros do grupo; b) causar sérios danos físicos ou mentais a membros do grupo; c) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, total ou parcial; d) impor medidas destinadas a prevenir nascimentos dentro do grupo; e) transferir crianças do grupo à força para outro grupo”. E definem-se com crimes a serem punidos: a) genocídio; b) conspiração para cometer genocídio; c) incitação direta e pública para cometer genocídio; d) tentativa de cometer genocídio; e) cumplicidade no genocídio etc.

Passaram-se 77 anos desde que foi aprovada a Convenção. Há mais de dois anos acontece o genocídio palestino. Todas as caracterizações sobre o genocídio aplicam-se de forma clara aos atos de Israel na Palestina ocupada. A documentação e demonstração desse genocídio está regada de provas irrefutáveis. Mas, a ONU ainda não caracterizou e nem sua Assembleia geral se pronunciou aprovando que Israel comete genocídio contra a população nativa da Palestina. No Tribunal Penal Internacional (TPI) tramita uma ação promovida pela África do Sul para

II
• • •

Os direitos e jurisprudência burguesas apodrecem. Não há como acabar com o genocídio sem acabar com o capitalismo.

que se julgue à liderança política sionista por crimes de guerra. A esse processo aderiu recentemente o governo Lula. O que demonstra o cinismo e dupla moral de quem, na prática, é cúmplice do genocídio por não aplicar as medidas que lhe são obrigatórias aos países signatários da Convenção, mantendo as relações econômicas e diplomáticas com Israel.

O genocídio judeu foi uma das expressões mais bárbaras do capitalismo em sua época de decomposição. A burguesia alemã recorreu ao genocídio de judeus, ciganos, eslavos etc. como máscara para justificar seu expansionismo para dominar Europa e suas colônias. O mesmo interesse de classe movimenta a burguesia imperialista e sionista a cometer o genocídio palestino: roubar as terras e se apropriar dos recursos dos povos árabes. Não é por acaso que o sionismo não apenas aplica os métodos e táticas nazistas de extermínio e limpeza étnica, como se veste da retórica da superioridade racial sobre os “incultos” e “subumanos” grupos árabes para justificar seus crimes e sua cobiça colonialista.

É necessário desprover aos atos terroristas, genocidas e racistas de Israel de suas máscaras retóricas e religiosas, e apresentar os reais interesses materiais que fazem do holocausto palestino uma função econômica para garantir lucros à burguesia imperialista e sionista. A burguesia nasceu e logo prosperou em meio ao exterminí-

nio, colonialismo, escravismo e genocídio na América Latina, Ásia, África e Oceania. E não podia ser diferente com um estado criado artificialmente pelo imperialismo, e dirigido por um movimento nacionalista fascista e racista que educou e transformou a maioria de sua população (que vive e enriquece em terras roubadas) em defensores e executores de genocídio. “As relações entre as frações da burguesia imperialista e as máscaras ideológicas do racismo mudaram. Mas, permanece em pé o capitalismo, que é a fonte objetiva dos massacres e dos genocídios dos povos e das nações”¹

A ONU que aprovou a Convenção é a mesma organização que justificou ou nada fez para parar os massacres do século XX na Etiópia, no Vietnã, na Ruanda e em toda nação que fosse objetivo da cobiça imperialista e de seus vassalos. Os direitos e jurisprudência burguesas apodrecem. Não há como acabar com o genocídio sem acabar com o capitalismo. Recorrer ao direito burguês e às instituições que expressam a ditadura capitalista só trará mais barbárie e mortes. Somente a revolução e ditadura proletárias sentará as bases para enterrar os métodos do genocídio, os massacres e a opressão de classe e nacional, junto do regime de qual faz parte e são simples instrumentos para impor seus interesses. ●

1. “Levante do Gueto de Varsóvia contra o holocausto nazista”, nota publicada em O Internacionalista nº 15, de junho de 2024.

30 de dezembro de 1922 / CRIAÇÃO DA URSS

 Em 30 de dezembro de 1922, foi aprovada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) integrando a Rússia, Bielorrússia, Ucrânia e a Federação Trans-Caucasiana (Armênia, Azerbaijão e Geórgia). Encerrava-se quatro meses desde que, em 10 de agosto, o Bureau Político do CC do PCR(b)¹ criasse a comissão que devia preparar uma reunião plenária do CC, que devia estabelecer os princípios e métodos das futuras relações entre a recém-constituídas repúblicas soviéticas.

O projeto original de resolução da criação da URSS (“Sobre as relações entre a RSFSR² e as repúblicas independentes”) foi redigido por Stalin. Nele, propunha-se a unificação das repúblicas soviéticas por meio de sua integração na RSFSR com o estatuto de “unidades autônomas”. Após aprovada em 23-24 de setembro, a resolução foi enviada em 25 de setembro para Lênin, que estava em Górkii.

Lênin endereçou imediatamente uma carta³ a todos os membros do Bureau Político com alterações, que foram aprovadas na reunião plenária do CC do PCR(b) de 6 de Outubro, que criou ainda a comissão de representantes da RSFSR e das repúblicas soviéticas da Ucrânia, Bielorrússia, Azerbaijão, Geórgia e Armênia para elaborar, na base das correções de Lênin, o projeto de lei que foi encaminhado ao primeiro Congresso dos Sovietes da URSS de 30 de dezembro, no qual a Declaração e o Tratado de União sobre a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi aprovada unanimemente.

Destacamos nesta nota a luta política travada entre as tendências centralistas burocráticas que começavam a se manifestar no aparelho do partido, dirigido por Stalin, e a política internacionalista e proletária defendida por Lênin, porque tem uma importância fundamental para poder compreender e entender a tática e princípios leninistas, que guiam a luta contra a opressão nacional na atual fase de decomposição do capitalismo. E particularmente, para

entender a URSS como um processo histórico que, desde seu nascitudo, foi marcada pela contradição entre duas tendências: a marxista revolucionária (Lênin) e a revisionista contrarrevolucionária (Stalin). Sua solução dependia, fundamentalmente, dos rumos da luta de classes mundial e da luta da vanguarda contra o stalinismo.

A dissolução da URSS foi a síntese histórica de uma fase ou etapa dessa luta. O retrocesso do proletariado, as traições dos partidos comunistas e o revisionismo teórico de grande parte da vanguarda herdeira do marxismo-leninismo, determinaram o avanço à restauração capitalista que tem na dissolução da URSS a mais importante derrota sofrida pelo proletariado mundial até agora.

‘AUTONOMIA POLÍTICA’ X ‘INDEPENDÊNCIA NACIONAL’

Segundo Lênin, o princípio à livre autodeterminação confere aos povos e nações até pouco tempo subjugados o direito de autogoverno e a decidirem livremente sobre todos seus assuntos internos, inclusive reconhece o direito à separação. A autodeterminação daria, assim, direito à nação a decidir por si mesma e sem qualquer coação externa as relações políticas e econômicas que estabeleceria com outras nações em igualdade de condições: associação, integração, autonomia etc.

Esse é o princípio que guiou as modificações ao projeto de Resolução de Stalin. Lênin, já no Artigo 1, propõe retirar o termo “adesão” das repúblicas como “autônomas” à RSFSR pela formulação “Unificação formal juntamente com a RSFSR em uma união de repúblicas soviéticas da Europa e da Ásia” (destacados nossos). Explica que o “espírito” da mudança significa que a RSFSR se reconhece igual “em direitos com a RSS da Ucrânia e outras”, entrando “juntamente com elas, e em pé de igualdade, numa nova união, numa nova federação, na ‘União das Repúblicas Soviéticas da Europa e da Ásia.’”

Lênin tratou desses princípios e métodos em suas discussões com a delegação de representantes da República Popular da Mongólia (RPM)⁴, quando

tendo em conta o caráter agrícola do país, defendeu ser “possível e necessário para a R.P.M. seguir um caminho de desenvolvimento não-capitalista”, de forma que após “trabalho duro da parte do Partido Revolucionário Popular e o Governo” por introduzir “novas formas de atividade econômica e cultura nacional” se poderia avançar na transição ao socialismo.

Veja-se como Lênin entendia a integração à federação da URSS não como imposição arbitrária de formas “soviéticas” ou sua integração à RSFSR sem direito a ter “independência” nacional real (isso significava a proposta de Stalin). Para Lênin tratava-se de estabelecer um trabalho cooperativo das repúblicas em defesa dos interesses comuns, deixando a cada uma decidir por si mesma os processos de seu desenvolvimento, de acordo às particularidades econômicas, sociais e históricas.

CENTRALISMO DEMOCRÁTICO (LENINISTA) X CENTRALISMO BUCRÁTICO (STALINISTA)

Lênin caracterizou o poder soviético como “o poder dos próprios trabalhadores, o poder de milhões de operários e camponeses”. Isto é, quando “Os operários têm em suas mãos o poder do Estado”, como sintetiza em seu texto comemorando os dois anos da Revolução de outubro. Assim, a URSS não devia recorrer à centralização burocrática de um partido sobre os outros, e sim a livre discussão e decisão dos delegados e deputados aos Congressos da URSS para decidir e aprovar medidas comuns que refletissem os interesses coletivos dos operários e camponeses das repúblicas federadas.

Nesse sentido, proporia em sua carta acima citada, a criação, junto do Comitê Executivo de Comissários da Rússia, de um “CECR federal da União das Repúblicas Soviéticas da Europa e da Ásia”. Visava, desse modo, que não se destruiria “sua independência” criando o que chama de “um outro novo andar, uma federação de repúblicas iguais em direitos”. Os direitos iguais permitiam também apelar as decisões do Conselho do Trabalho e da Defesa e do Conselho de Comissários do Povo, “para o CECR federal, sem com isso deter a execução (tal como na RSFSR)”. (destacados no original).

continua | →

1. PCR(b): Partido Comunista Russo Bolchevique.
 2. República Socialista Federativa Soviética da Rússia.
 3. “Acerca da Formação da URSS”, Carta a Kamenev e ao Bureau Político do CC do PCR(b). Lênin, 26 de setembro de 1922

4. “Conversa com a Delegação da República Popular da Mongólia”, Lênin, 5 de novembro de 2021.

→ CHAUVINISMO GRÃO-RUSSO X INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Em um de seus últimos textos⁵, combatendo as tendências centralistas grão-russa verificadas em Stalin e sua camarilha, um dia depois de criada a URSS, Lênin criticava-se por não ter “intervindo com energia e dureza no dito problema da ‘autonomização’” defendida pelos representantes e aliados de Stalin, agindo como secretário geral do PCR(b), na Geórgia. Assinalava que a “unidade do aparelho” defendida pelos enviados stalinistas (Ordzhonikidze e Dzerzhinski) para condicionar a independência daquele país, além de “segregar” aos “Comissariados do Povo que se relacionam diretamente com a psicologia das nacionalidades”, significava ato do “típico burocrata russo” e chauvinismo grão-russo.

Em oposição a essas tendências, defende o “internacionalismo” que “não deve reduzir-se a observar a igualdade formal das nações, como também a observar uma desigualdade que de parte da nação opressora, da nação grande, compense a desigualdade que praticamente se produz na vida”. E conclui: “Quem não tenha compreendido isto, não tem compreendido a posição verdadeiramente proletária face ao problema nacional; no fundo, continua a manter o ponto de vista pequeno-burguês, e por isso não pode evitar escorregar a cada instante ao ponto de vista burguês”. Para ganhar a confiança na luta proletária “dos elementos de outras nacionalidades”, disse, é garantir mais que a igualdade formal e, nesse sentido, realizar todas as concessões necessárias às nacionalidades oprimidas para preservar a “solidariedade proletária e, portanto, da luta proletária de classe”. Propõe, assim, “medidas práticas” para garantir essas concessões e desse modo “manter e fortalecer a união das repúblicas socialis-

5. “A respeito do problema das nacionalidades ou sobre a ‘Autonomização’”, Lênin, 22 de dezembro de 1922

tas”. E faz recair a responsabilidade das violências contra os georgianos no colo de Stalin e Dzerzhinski.

Conclui alertando que a necessária unidade contra os imperialistas, sobretudo, quanto a ação centralizada na defesa das conquistas revolucionárias e apoio incondicional na luta militar contra o inimigo comum, não deve negar e, muito menos, subordinar as nações pequenas à nação russa.

Veja-se que para Lênin, à diferença de Stalin, estava excluída qualquer medida de centralização política de um partido de uma república sobre os outros partidos, quer dizer, de submissão de uma república a outra. Princípio e método que seria jogado no lixo sob o regime termidoriano da burocracia stalinista, que impôs a centralização do PCR(b) sobre os outros partidos e repúblicas soviéticas, que nada mais era que o reflexo da centralização autoritária das repúblicas pelo CC stalinista.

O QUE FOI A URSS?

Segundo Trotsky⁶, o fundamento econômico e social da URSS era a propriedade estatizada dos meios de produção, obra histórica fundamental do proletariado revolucionário no início da transição do capitalismo para o socialismo. Mas, também a caracterizava sua estrutura combinada na qual a propriedade privada agrícola (média e pequena) convivendo com a propriedade nacionalizada dos grandes meios de produção, da terra e a produção agrícola coletiva (sovkhoses). Trotsky define a URSS, portanto, como “uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo”.

Tratava-se da particularidade da transição do capitalismo ao socialismo em uma nação atrasada. Entretanto, destaca como sua base e pilar fundamental a estatização da economia, que caracteriza de passagem “inelutavelmente” para a propriedade privada se tornar social. Nesse sentido, “A propriedade do Estado só se torna a de «todo o povo» na medida em que desapareçam os privilégios e as distinções sociais e, consequentemente, o Estado perca a sua razão de ser. Por outras palavras: a propriedade do Estado torna-se socialista à medida que vai deixando de ser propriedade de Estado”. Em síntese: “A nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e de troca e também o monopólio do comércio exterior, for-

mam as bases da sociedade soviética (...) e a U.R.S.S. como um Estado operário”.

Poderíamos sintetizar a URSS como uma economia (e sociedade) dando passos nos estágios iniciais da transição ao socialismo uma vez que: a) “as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade de Estado um caráter socialista”, b) mantiveram-se durante sua existência “as normas de repartição, de natureza burguesa”, que levaram à brutal diferenciação social entre a burocracia e o restante do país; c) pela combinação de fatores objetivos e subjetivos, elevou-se ao poder do Estado e ao controle da economia uma “casta incontrolável, estranha ao socialismo” que traiu os princípios da revolução e do marxismo e se, d) “a evolução das contradições acumuladas” levaram dissolução da URSS, se agravariam as tendências da “contrarrevolução em marcha para o capitalismo”.

A URSS nunca foi uma sociedade e economia socialistas. Estava transitando os estágios inferiores da transição ao socialismo. Nesse sentido, Trotsky (assim como Lênin) entendia que enquanto essas contradições não fossem resolvidas não haveria como a URSS (e menos a Rússia) ser “socialista”. Entretanto, a unidade federativa das repúblicas soviéticas, malgrado de suas diferenças, criava uma base econômica e geográfica necessária para dar saltos à transição. Mas, trazia ao interior das relações muitas contradições objetivas (entre nações mais e menos desenvolvidas) para a planificação econômica, e também políticas (opressão nacional disfarçada da “nação grande” sobre as menores).

O essencial para a vanguarda revolucionária que não renegou do marxismo-leninismo-trotskismo, é ter claro que não foram dissolvidas totalmente as bases sociais e econômicas sobre as quais se ergueram os estados operários - hoje profundamente degenerados. Por isso, a Revolução Política continua sendo uma exigência da história e exige uma análise marxista séria e científica das condições para sua vitória. Essa tarefa está ainda a ser realizada. Mas é fundamental não se deixar arrastar pelo impressionismo revisionista, pelo derrotismo teórico e a submissão às explicações burguesas do fim da história na que, de uma forma ou outra, todas as correntes e partidos que se reivindicam marxistas já afundaram. ●

FOLHETO

Choques entre Estados IMPERIALISTAS e OPERÁRIOS

Novembro de 2023

Adquira com nossos militantes!

6. “A revolução Traída”, Leão Trotsky.

III Escola de Quadros do PPRI realizada no Litoral Norte paulista: *importância da formação dos quadros e da militância.*

No fim de semana dos dias 22 e 23 de novembro, foi realizada a III Escola de Quadros do PPRI no Litoral Norte de São Paulo. Este evento corresponde a um evento anual, onde temas são escolhidos pelo partido com o intuito de aprofundar a formação política e elevação teórica coletiva da militância, contatos e simpatizantes, objetivando dessa maneira a criar as condições da superação da divisão da teoria com a prática.

O primeiro dia foi dedicado ao tema internacional. Neste ano, o tema internacional escolhido foi o aniversário dos 108 anos da Revolução Russa, onde foi feito um balanço da relevância deste processo histórico que abalou o século XX abrindo o caminho histórico da transição do capitalismo para o socialismo, e que nos serve de lição, ainda hoje, no século XXI. No segundo dia, tratamos a respeito de dois temas interligados: a autodeterminação dos povos originários e a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. Todos estes assuntos já foram abordados em nosso jornal em diversas oportunidades.

As explicações, formulações e conclusões desses importantes temas estão já apresentados, de forma sintética e concentrada, nas notas publicadas nos nossos jornais. Nos interessa especialmente neste balanço destacar a importância do método da formação coletiva para a estruturação de um partido de quadros profissionais, que é uma

manifestação da elaboração e decisão coletivas realizadas nos organismos do partido. Estender esse método aos contatos e simpatizantes é uma forma de os aproximar desse método pela prática, lhes permitindo ainda avaliar nossas elaborações, formulações, orientação, táticas etc.

Por isso, entendemos que o balanço de nossa atividade deva ir no seguinte sentido: mesmo que esvaziada, a atividade não foi fracassada. A pouca participação de contatos para além dos militantes nos dois dias de estudos é sintomática do profundo refluxo das lutas, sobretudo, do profundo atraso operado na vanguarda como resultado da crise de direção e do revisionismo em que se alastram as correntes que se dizem marxistas e revolucionárias, que arrastadas pelos métodos democratizantes acabam, de uma forma ou outra, subordinando as lutas às instituições burguesas e à frente ampla Lula/Alckmin - em âmbito nacional - e da putrefação do capitalismo e da crise de direção revolucionária - em âmbito internacional. Está aí porque é crucial a manutenção de tais atividades, como forma de manter vivo o programa revolucionário e a organização bolchevique do partido, a independência de classe e dos patrões e os métodos da ação direta. As massas continuam instintivamente lutando, e o programa revolucionário, fruto das próprias lutas das massas, precisa continuar vivo para guiá-las no momento de acirramento das lutas. ●

SindiPetro-LP e SINTRICOM realizam “trancaço” nas unidades da Petrobras por novo ACT e isonomia de vale-alimentação

Os petroleiros do Litoral Norte estão em período de negociação de novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que a Contrarreforma Trabalhista de 2017 (governo Temer), estabeleceu que as condições negociadas em um ACT, entre sindicato dos trabalhadores e uma empresa, podem prevalecer sobre as da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e, em muitos casos, sobre a lei, flexibilizando as relações de trabalho, e com limite de validade de 02 anos.

O SindiPetro-LP e SINTRICOM, que representam respectivamente os petroleiros efetivos e terceirizados da Petrobrás, iniciaram a campanha unificada por direitos trabalhistas. Foi um grande passo e avanço essa unidade, em parte conquistada pelo Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte, onde nossos militantes sempre destacaram essa necessidade, até que em 2022 ela ocorreu e parece ter sido assimilada por ambas as direções sindicais, e hoje se expressam na luta unitária.

Os chamados “trancaços” são uma variação das antigas “atrasadinhas”, pois mantém o método de assembleias, atrasando a troca de turno, portanto, reduzindo a produção por um breve período de duas horas, embora tem por vantagem ser uma ação coletiva unificando trabalhadores efetivos e terceirizados.

Atualmente, a Petrobrás oferece apenas o reajuste salarial com base no IPCA, contudo, os trabalhadores sabem instintivamente que o índice de inflação não reflete o real aumento da carestia de vida, portanto, se faz necessário avançar para um “aumento real” nos salários. Esse aumento deveria ser discutido, avaliado e aprovado em assembleias conjuntas, aprovando um plano comum de reivindicações com um salário mínimo vital aprovado pelos operários e piso para efetivos e terceirizados.

Esse passo ajudaria a avançar à modificação da realidade dos terceirizados. Por um lado, seus vales-alimentação estão

muito defasados, por outro lado, os sindicatos denunciam que as empresas que vencem os editais aplicam a política do “calote”: há 17 casos este ano em que as empresas atrasam salários ou encerram a prestação de serviços sem pagar os últimos salários e rescisões trabalhistas. Ainda, algumas empresas ameaçam a implementação da jornada 6x1.

Os sindicatos apresentaram nas assembleias na UTGCA (dia 07/11) e no TEBAR (dia 12/11) uma pauta contra a implementação da jornada 6x1, isonomia de direitos e vale-refeição entre efetivos e terceirizados, e a renovação do ACT com reajuste real.

A greve de 1995 deixou grandes lições sobre a importância da independência de classe e a radicalização da greve com piquetes e ocupações de fábricas. À época, e com estes métodos, os petroleiros combateram as investidas de Fernando Henrique Cardoso, que tentou privatizar a empresa estatal (ver pag. 30).

É necessário que a pauta se estenda e o conjunto de trabalhadores aprove também: 1) Isonomia salarial entre efetivos e terceirizados; 2) Fim da terceirização; 3) Estabilidade imediata para todos; 4) Completa estatização da Petrobrás sem indenização e sob o controle operário; 5) Reestatização sem indenização de todo o sistema Petrobrás.

Essas reivindicações são o ponto de partida para se avançar sob o monopólio da cadeia produtiva do petróleo (extração, refino, transporte e distribuição de petróleo e derivados) e posterior controle operário coletivo, transformando a empresa, que atualmente é uma sociedade de economia mista, que serve aos interesses da burguesia, em uma empresa em benefício da nação e do nível de vida e cultura das massas. Na base da propriedade estatizada pela revolução proletária, sob seu planejamento nacional e racional, e impondo o monopólio do comércio exterior, irão desenvolver-se as forças produtivas, na transição do capitalismo ao socialismo. ●

Não há como ocultar a completa decomposição capitalista. Não é com a democracia e as instituições burguesas que se freará a barbárie social.

Mais do que nunca, a estratégia da ditadura e revolução proletárias são o farol que deve iluminar a luta de classes

 As ameaças e imposições econômicas e diplomáticas se endurecem na mesma medida em que se endurece a retórica militarista do imperialismo. Cada entendimento para frear a guerra comercial entre os EUA com a China e a maioria dos países cai imediatamente no lixo. China continua se expandindo em suas capacidades tecnológicas e industriais, e conquista mercados deslocando os EUA. Cada roteiro ou plano para a “paz”, seja na Palestina (ver pág. 22), seja na Ucrânia (ver pág. 37 a 40), são estruturados para justificar a capitulação completa dos povos e nações oprimidas, bem como das burocracias herdeiras do estalinismo na Rússia e China. A “paz” de Trump se resume em: aceitem as condições monopolistas e seu expansionismo colonialista e aceitem sua colonização; ou sua submissão virá pelos golpes de estado, pelo cerco econômico, pela intervenção militar, pelo genocídio, pela limpeza étnica e da guerra.

Em meio a esse percurso militarista do imperialismo ganha projeção a decomposição dos métodos democrático formais e as tendências de maior centralização autoritária exercida pelos governos para impor os ditames, receitas e medidas econômicas decididas pelos monopólios e o capital financeiro. Ali onde ainda persistem governos que entram em choque com o imperialismo, este procura impor candidatos e presidentes

que se subordinem completamente a seus interesses, seja pelas eleições e golpes institucionais, e cada vez mais pela ameaça do intervencionismo e dos golpes de estado.

Na Venezuela, o governo nacionalista-burguês chavista resistiu graças a seu ainda amplo apoio popular e das Forças Armadas, os golpes, a desestabilização e os pleitos eleitorais fraudados organizados pela direita pró-imperialista, os EUA e governos europeus para tirar chavismo do controle do estado. Na medida que a sombra de uma nova guerra mundial ganha projeção internacional, a posse da maior jazida comprovada de petróleo é decisiva para aos EUA realizar um esforço de guerra contínuo. Esse é o principal objetivo dos “planos alternativos” de Trump para retirar Maduro por meio de uma limitada intervenção militar. No caso de governos como os de Peru, Argentina, Equador, Costa Rica ou Panamá, a democracia formal em decomposição anda serviu para submeter o país e atacar às condições de vida das massas em benefício do imperialismo. A tentativa fracassada no Equador de impor a perda de soberania e promover maior opressão dos EUA sobre o país, assim como as ameaças contra a Colômbia, indicam que para os EUA, o continente americano será de sua propriedade e um campo exclusivo para a extração por meio do saque de suas riquezas. Quando um governo eleito entrava esse objetivo, assim como foi com Biden, e é agora com Trump, a polícia imperialista estadunidense (mas também europeia) é o de planificar sua remoção à força, colocando um titeré em seu lugar.

Na Europa, da democracia burguesa só ficou as sombras e os costumes dos procedimentos formais. A centralização da burguesia imperialista europeia se orienta a exaurir às massas

e aos estados para manter o parasitismo financeiro e a produção de armas para a guerra na Ucrânia. E empurra às nações oprimidas e vassalas a retirar até o último direito social, trabalhista e previdenciário para que cada tostão vá às mãos dos parasitas burgueses. As massas, porém, resistem como podem e sua força coletiva começa assombrar a burguesia e seus governos. No quadro de desagregação econômica e de tendências de luta de classes se projetando, os governos abandonam sua retórica democrática para abraçar com força as tendências fascizantes para continuar enriquecendo à costa de guerras, crises, opressão nacional e das violentas contrarreformas. Isso que explica a aprovação de leis repressivas mais duras, o aparelhamento de estados policiais, a proscrição da liberdade de opinião e organização etc.

Os planos de guerra da Europa-OTAN contra Rússia; a decisão de Ucrânia e da OTAN de rejeitar qualquer paz que exclua uma “derrota estratégica” da Rússia; o cerco militar visando derrubar o governo de Maduro e tomar posse dos recursos nacionais da Venezuela; o cerco militar cada vez mais ostensivo e ameaçador sobre a China e o curso de um possível confronto ao redor de Taiwan; o objetivo de recorrer à remoção dos governos que entravam o expansionismo monopolista; os preparativos para uma segunda guerra contra Irã por meio de mentiras e fraudes diplomáticos; o avanço à colonização da Palestina, do Líbano e da Síria visando garantir os lucros monopolistas; enfim, o avanço à opressão nacional e social são um sintoma de que não há outra via para o imperialismo que redividir o mundo e seus mercados pela força, o que o leva em rota de colisão direta contra os estados operários degenerados da Rússia e China. E deve servir de

FOLHETO

COMO É (DE FATO) a RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

/// (...) a troca de Biden por Trump no comando da principal potência imperialista trazia em seu bojo a ameaça de uma guerra em escala mundial, visando dar uma sobrevida ao capitalismo em sua fase terminal de decomposição, a imperialista. Passado um ano da ascensão de Trump ao comando dos EUA, revela-se em toda sua importância a tarefa estratégica colocada ao proletariado e sua vanguarda nesta fase de continuas crises, guerras, genocídios e contrarrevoluções.

→ alerta ao proletariado de que o que lhe aguarda a barbárie, as guerras e um violenta ofensiva contrarrevolucionária - via destruição das condições de vida das massas oprimidas - caso não se reorganize no campo de sua independência de classe, dê passos mãos ofensivos na luta de classes contra suas burguesias e, reconstruindo sua direção revolucionária mundial, caminhe para enterrar o capitalismo com a revolução proletária.

Durante quase todo o ano, nossos Editoriais Internacionais se dedicaram a demonstrar porquê a troca de Biden por Trump no comando da principal potência imperialista trazia em seu bojo a ameaça de uma guerra em escala mundial, visando dar uma

sobrevida ao capitalismo em sua fase terminal de decomposição, a imperialista. Passado um ano da ascensão de Trump ao comando dos EUA, revela-se em toda sua importância a tarefa estratégica colocada ao proletariado e sua vanguarda nesta fase de continuas crises, guerras, genocídios e contrarrevoluções. E não é outra que se organizar no campo de sua independência de classe, combater a burguesia e seus governos de plantão para, com toda sua força social, paralisar a economia e as guerras imperialistas, para apoiar incondicionalmente os povos e nações oprimidas em luta contra o colonialismo e opressão imperialistas, o que inclui a defesa de suas conquistas revolucionárias, sobretudo, da proprie-

dade nacionalizada pelas revoluções russa e chinesa.

Depois de ter fracassado toda tentativa reformista e toda alternativa não proletária para a resolução da violenta crise mundial, é hora de por em prática e levantar bem alto o único programa que se comprovou no laboratório da história. A revolução social nos países capitalistas e a revolução política nos estados operários degenerados (Rússia, China, Coréia do Norte, Cuba etc.) são os dois pares dialéticos que condicionam e estruturam o programa sobre o qual se reconstruirá o partido mundial e se forjarão e provarão os partidos proletários revolucionários como suas seções nacionais. ●

Ucrânia

O “plano de paz” de Trump para Ucrânia é uma farsa que legitima a colonização econômica do país e exige da Rússia se automutilar em troca de promessas mentirosas

 A crise política que surgiu em agosto com denúncias de corrupção envolvendo o entorno do presidente ucraniano Vladimir Zelensky, retomou no começo de novembro com mais força. Lembremos que à época foi aprovada pela Rada Suprema (Parlamento) a lei que “colocava fim à independência do Órgão Nacional Anticorrupção (NABU) e da Procuradoria Anticorrupção Especializada (SAP)”. A lei contava com o apoio de Yermak (chefe do gabinete) e Budanov (chefe da Inteligência Militar ucraniana). Acusando funcionários da NABU de “agentes

russos”, pretendia-se frear os processos “por corrupção contra parlamentares, funcionários e ex-funcionários ligados a Zelensky”, acusados de “enriquecer com fundos europeus para empresas de drones de propriedade de amigos e para compra de propriedades no exterior”. Imediatamente, manifestações se realizaram por todo o país exigindo que se vetasse a lei. O imperialismo, “responsável de aparelhar ao NABU e à SAP”, exigiu do presidente a anulação da lei e dos processos contra agentes da NABU. Sob pressão, a Rada que votou favorável à lei,

decidiu rejeitá-la¹.

Em fevereiro, aconteceu a reunião entre Zelensky e Trump na Casa Branca. Em meio aos ataques contra o ucraniano, Trump exigia que se assinasse a paz com a Rússia aceitando as perdas territoriais. Na agressividade demonstrada por Trump contra Zelensky havia um ultimatum: “sem aceitar a paz russa-estadunidense, Zelensky teria de sair”. A cimeira entre Trump e Putin em Anchorage, Alaska, era parte dessa “solução norte-americana” à guerra. Como afirmamos em anteriores

jornais, ficou claro que a eleição de Trump “representava no comando da maior potência imperialista uma mudança tática das frações da burguesia estadunidense”². Mudança essa que é condicionada pela necessidade de os EUA concentrar seus esforços e preparar uma ofensiva completa contra a China. A Ucrânia passaria a ser, em grande parte, um “assunto interno” da Europa

2. Editorial Internacional, Ol nº 25, de março de 2025 - “Bate-boca entre Trump e Zelensky expressa uma mudança nas disputas interimperialistas, mas permanece o objetivo do imperialismo de derrotar Rússia e China”

1. Ol nº 30, de agosto de 2025 - “O títere Zelensky está sob ameaça de ser ejetado da presidência...”



" . . . "

→ que seguiria a guerra contra a Rússia comprando armas aos EUA. Assim, Trump se apresentaria como "pacificador" e se garantiria fazer negócios na Ucrânia.

Quando sua proposta parecia estagnar e a Rússia continuava ganhando terreno na Ucrânia, e se aproximava a derrota ucraniana, foi a vez de Trump ameaçar enviar mísseis para essa para atacar à Rússia. Esta continuava esmagando militarmente a Ucrânia e à OTAN e respondeu à ameaça norte-americana como testes bem sucedidos de mísseis de cruzeiro e torpedos nucleares. A crise econômica e política interna dos EUA, em face da expansão da China e os avanços da Rússia, alertaram Trump de perder a oportunidade de impor sua "paz" antes da Ucrânia colapsar e seu plano cair no buraco. Foi então que surgiram os novos processos por corrupção envolvendo Zelensky e aliados. O NABU e a SAP foram aparelhadas pelos EUA para usar "as denúncias de corrupção para influenciar nas mudanças e trocas de funcionários e nas medidas políticas" na Ucrânia, por intermédio de sua embaixada e da CIA. Nenhum "vazamento" de informações e nenhum processo contra o entorno de Zelensky são acidentais. São operações de coerção que visam a impor a "paz" e os acordos comerciais dos EUA a Zelensky, bem como atrair à Rússia à

mesa de negociações.

Não é por acaso que foi justo agora apresentarem-se provas irrefutáveis sobre uma corrupção endêmica que envolve o presidente fantoche e seus funcionários de confiança na apropriação de fundos dos EUA e da UE que estavam destinados para a empresa estatal de energia nuclear: a Energoátom. Zelensky e aliados ficavam com 10% e 15% dos valores dos repasses e dos contratos. Foram mais de US\$ 100 milhões os abocanhados por esse esquema. O "operador" da rede de corrupção, Timur Múnich - a "bilheteira" de Zelensky - fugiu do país. Funcionários e empresários foram presos ou noticiados dos processos, dentre eles o ex-ministro de Energia, Galúschenko, o ex-assessor do ministro de Energia e o diretor executivo da Energoátom. Mas, houve "novos vazamentos" de que a soma apropriada por Zelensky e seu entorno poderia ser de vários bilhões de dólares, em contas e imóveis.

Está aí a explicação de porque a publicitação do novo caso de corrupção precedeu à apresentação do "plano para a paz" de Trump. A sincronia entre a investigação por corrupção contra Zelensky e o "Plano" não podia ser mais deliberada. Está ainda se negociando com Europa e Ucrânia aspectos desse plano. Mas, o que se sabe até agora de seus pon-

tos principais é que: 1) EUA garantirão a "soberania da Ucrânia"; 2) se assinara um pacto de não-agressão; 3) Rússia não atacará países vizinhos e a OTAN não se expandirá; 4) conversações de paz mediadas pelos EUA; 5) em troca das "garantias de segurança", os EUA exigem: a) compensação financeira da Ucrânia para os EUA, b) se Ucrânia ataca a Rússia perde a "garantia", c) se Rússia ataca Ucrânia haverá reposta militar e se restabelecem as sanções; 6) o país consagrará na Constituição que não aderirá à OTAN e essa incluirá em sua Carta que aquela não será admitida no futuro; 7) não haverá tropas estacionadas da OTAN na Ucrânia; 8) Ucrânia poderá aderir a UE; 9) financiamento para recuperação do país que inclui: a) criação de um Fundo de investimentos, b) cooperação para restaurar a economia, c) acesso à exploração de mineiros e recurso naturais; 10) Rússia se reintegra na estrutura econômica mundial e a) se levantam as sanções, b) acordo de cooperação econômica EUA-Rússia, c) reincorporação de Rússia no G8; 11) Rússia consagrará na Constituição sua política de não agressão contra Europa; 12) se prorrogarão os tratados de não-proliferação nuclear; 13) Ucrânia será um estado "não-nuclear"; 14) Ucrânia adotará medidas de tole-

Entretanto, até o "Plano" não ser assinado por todas as partes, Zelensky continuará no poder e irá fazer seu jogo duplo - junto da UE - para continuar a guerra contra Rússia, almejando essa seja obrigada a responder e, dessa forma, que a guerra continue (continuando os fluxos de dinheiro do qual parasitam os burocratas do governo e os oligarcas da Ucrânia) e que o plano nunca se implemente. (...)

rância religiosa e proteção de minorias; 15) a ideologia nazista e suas atividades devem ser proibidas no país; 16) Crimeia e Donbass serão reconhecidas de facto como território russo e nos estados de Kersón e Zaporozhe as linhas do front ficarão congeladas e se criará uma "zona desmilitarizada"; 17) se farão eleições em 100 dias na Ucrânia; 18) formação de um "Conselho de Paz" sob presidência de Trump. Está ainda sendo negociado: a) a utilização dos fundos russos congelados na Europa para reconstrução da Ucrânia; b) tamanho e equipamento do ↑

→ exército ucraniano; c) “mechanismos de segurança” da OTAN.

O plano é uma clara manobra apresentada na forma de um presente de grego e adornado com uma farsa de paz. A Rússia nunca quis acabar com o estado ucraniano, apenas respondeu a uma agressão contra o leste ucraniano de maioria russa sob patrocínio da OTAN que visava esmagar a minoria russa que resistir ao golpe de 2014, e assim expandir suas bases militares sobre as fronteiras russas. Se lhe exige ainda reconhecer a expansão da OTAN em outros países, deixando a Ucrânia formalmente fora. Mas, sua adesão à UE a poderia incluir a OTAN sob outra forma. A exigência de a Rússia não invadir países vizinhos procura atar-lhe as mãos contra novas provocações e a expansão da OTAN. Quanto à proibição de “invasão”, deixa-se uma brecha para provocações (ataques com mísseis, terrorismo etc.) que poderiam levar a uma reposta russa e justificar a “resposta militar resolutamente coordenada” da OTAN. Um exército ucraniano de 600 ou 800 mil soldados é, nos fatos, duplicar o número existente antes da guerra (300 mil). O que permitiria durante o “cessar-fogo” que a Ucrânia reforçasse suas capacidades militares, incluindo as brigadas nazistas se integrando ao exército regular, fazendo do exército ucraniano um dos maiores da Europa. Quanto às “garantias”, os EUA seriam generosamente recompensados no controle de recursos, privatizações e compra de equipamento militar etc. Se finalmente se impõe a Ucrânia e Europa o reconhecimento do Donbass como russo, apenas se fixaria no papel um fato consumado pela guerra; porém, se preveem “zonas desmilitarizadas” que podem ser

reocupadas e reforçadas militarmente pela Ucrânia em resposta a supostos ataques russos (operações de falsa bandeira, como Bucha), enquanto significaria para as tropas russas ceder terrenos já conquistados com sangue. O regime burocrático russo aceitou o rascunho e diz que serve para “iniciar” as conversas. A experiência histórica (somada à mais recente da Síria e Palestina) demonstra que a burocracia sempre busca um acordo com o imperialismo que a livre de um confronto direto.

No que diz respeito à Ucrânia, é um plano para sua colonização econômica e para operar uma mudança de governo de forma negociada, colocando no lugar de Zelensky outro títere como presidente “legitimado” pelo voto. Em agosto, tínhamos assinalado que “na Suíça se reuniram diplomatas dos EUA e Reino Unido com Yermak, Budanov e Zaluzhny (ex-comandante-chefe das Forças Armadas da Ucrânia) para discutir a possível “substituição” de Zelensky por Zaluzhny (“exiliado” como embaixador na Inglaterra por ser o candidato mais bem cotado a ganhar as eleições do ano passado, que foram suspensas por Zelensky). Com o “voto” dos presentes, houve a indicação de Zaluzhny como presidente cotado pelo imperialismo”. Assim, “quando a situação o exigir, só restaria a Zelensky renunciar ao cargo, ou obrigá-lo a se “exilar”, para logo encenar uma farsa de processo eleitoral para empossar formalmente a Zaluzhny”. A nova investida “anticorrupção” é o método para chegar a esse objetivo, “evitando uma queda do regime por um levante popular ou um golpe de setores nacionalistas e ultranacionalistas descontentes com as derrotas, era melhor preparar antecipadamente a

troca no posto do comando de sua colônia”. Eis como “se dirige de forma biônica um país que perdeu todo traço soberano no qual a população não decide nada, nem a continuidade da guerra que as desgraça, nem exercem qualquer soberania com seu voto porque o Congresso faz e desfaz a partir de uma ordem exterior”³.

Esse prognóstico confirma-se com cada novo fato que decorre dos processos de corrupção. No dia 28 de novembro, demitiu Yermak após uma revista à procura de informações em sua casa pelos agentes do NABU. Encurrulado, Zelensky “aceitou” sua renúncia. Nos fatos, foi obrigado pelos EUA a aceitar a demissão de seu “todo-poderoso” chefe de gabinete, que concentrava em suas mãos o curso das negociações de paz e grande parte do poder político. Assim, os EUA removeu das negociações um dos atores chave da Ucrânia e deu um sinal a Zelensky que não existe muita margem para tentar negociar com o imperialismo mudanças do plano de paz, e que uma vez decidido pelos EUA, terá de ser aceito.

Entretanto, até o “Plano” não ser assinado por todas as partes, Zelensky continuará no poder e irá fazer seu jogo duplo - junto da UE - para continuar a guerra contra Rússia, almejando essa seja obrigada a responder e, dessa forma, que a guerra continue (continuando os fluxos de dinheiro do qual parasitam os burocratas do governo e os oligarcas da Ucrânia) e que o plano nunca se implemente. Zelensky aceitou o “plano” de Trump para poder “ganhar tempo”, e deu um sinal de boa-fé ao demitir ministros e aceitar a renúncia de Yermak ligados à corrupção. Enquanto tenta

se aferrar ao poder, procura se apoiar na União Europeia que apresentou seu próprio “Plano de paz” para negociar com os EUA.

Em seu “plano de paz”, os governos europeus propõem: 1) eliminar a promessa de não ampliar a OTAN; 2) aumentar o tamanho do exército ucraniano para 800 mil soldados; 3) que a inclusão da Ucrânia na OTAN dependerá do consenso de seus membros; 4) não haverá tropas da OTAN em tempos de paz na Ucrânia; 5) as “garantias” para Ucrânia incluem a aplicação do Artigo 5 da OTAN (resposta militar da organização contra o agressor de um país membro); 6) não proibir Ucrânia atacar Rússia; 7) que ativos congelados russos serão transferidos para Ucrânia; 8) uma compensação de guerra por parte da Rússia; 9) Europa e Ucrânia serão incluídas no “Conselho”; 10) reconhecer o Donbass e Crimeia como regiões ucranianas ocupadas; 11) que as eleições serão convocadas em tempo indefinido. Falando em português claro: a) permanece o quadro de guerra contra Rússia, b) o exército ucraniano será maior para poder retomar hostilidades quando for conveniente, c) Ucrânia pode atacar território russo, d) haverá tropas da OTAN na Ucrânia caso siga a guerra; e) Ucrânia será parte da OTAN por outros meios; f) haverá apenas um “cessar-fogo temporal” para rearmar Ucrânia; g) Ucrânia será reconstruída com dinheiro e ativos russos. Se os EUA aceitarem parte das condições, a Rússia as rejeitará e a guerra prosseguirá.

O que irá finalmente acontecer não depende, evidentemente, do que aconteça nas negociações e sim do curso mais geral da crise e da desagregação capitalista nos EUA e da Europa. Trump poderá a jo-

continua | →

3. Ol nº 30, de agosto de 2025, nota referida no rodapé de número 1.

→ gar no lixo seu plano caso não consiga os resultados imediatos almejados. O que é líquido e certo é que o desmembramento da Ucrânia já foi realizado sem participação das massas ucranianas. No começo do ano afirmamos: "a possibilidade de um desmembramento da Ucrânia está agora objetivamente colocada". O que era uma possibilidade assume agora uma forma mais concreta no plano de Trump. Que a participação inclua os atuais territórios ou mais depende da aprovação da Rússia, da Europa e da Ucrânia. Se o plano desabar, a "resposta militar resolutamente coordenada" de Trump apenas reafirmará o objetivo do imperialismo traçado há muito tempo: "a destruição da propriedade

nacionalizada pela revolução, derrubando a burocracia herdeira do estalinismo, e assim reconstruir as forças produtivas capitalistas". Eis porque, a desagregação territorial da Ucrânia e a guerra devem ser entendidas como "uma consequência dos choques entre os países imperialistas e os Estados Operários degenerados"⁴.

O que temos colocado nos permite avaliar os prognósticos que traçamos sobre Ucrânia e os destinos de seu governo e, sobretudo, demonstrar que o "plano de paz" de Trump, as manobras de Zelensky, as contrapropostas da UE e as tentativas da burocracia em negociar uma saída negociada não passam de "episó-

4. Editorial Internacional, Ol nº 25, de março de 2025

dios na luta de morte entre os Estados capitalistas e os Estados operários (ainda que profundamente degenerados) surgidos das revoluções proletárias". Ou seja, da luta entre as forças produtivas monopolizadas sob a forma da propriedade privada e as forças produtivas desenvolvidas sobre base da propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias.

Os explorados e oprimidos do mundo todo devem ter por alvo principal de seus ataques a seus governos e burguesias visando pôr fim à guerra que dessangra as forças vitais das economias e do proletariado em benefício de um punhado de monopólios e dos oligarcas das finanças. Conquistar a soberania e autodeterminação nacional na Ucrânia

só será possível retomando ao caminho da revolução social, abrindo uma via à confraternização com o proletariado russo cuja tarefa é derrubar a casta parasitária burocrática e, assim, retomar seu controle sobre o estado e a economia da Rússia. A urgência de reconstruir uma direção revolucionária baseada nessa compreensão histórica é decisiva, o que significa ser organizada "sob o programa da revolução social nos países capitalistas, e da revolução política nos estados operários degenerados, defendendo incondicionalmente as economias nacionalizadas e os estados operários, sem compactuar em nada com os interesses das burocracias"⁵. ●

5. Editorial Internacional, Ol nº 25, de março de 2025

EUA | **Vitória de Zohran Mamdani em NY**

O social-democrata Zohran Mamdani é eleito prefeito de Nova Iorque ao derrotar o candidato apoiado pela cúpula democrata e o próprio Trump

Os explorados terão de experimentar na própria pele que por mais promessas reformistas que se lhes faça, somente avançarão a conquistar suas reivindicações com a luta de classe

No dia 04/11, Zohran Mamdani, muçulmano e filho de imigrantes, membro do DSA (Socialistas Democráticos da América), corrente interna do Partido Democrata, ganhou as eleições para prefeito de Nova Iorque com 50,4% dos votos. Andrew Cuomo, democrata e ex-governador do estado apoiado por Trump, a cúpula democrata e a burguesia obteve 41%. A vitória de Mamdani foi acompanhada pelas vitórias das democratas Mikie Sherrill (Nova Jersey) e Abigail Spanberger (Virginia), vencendo os republicanos Jack Ciattarelli e Winsome Earle-Sears por 56,2% contra 43,2 e 57,5% contra 42,3%, respectivamente. Mais uma derrota trumpista houve na Califórnia, quando aprovada a "Proposição 50" que rejeitou redesenhar os distritos eleitorais como propunham os republicanos.

O primeiro a ser destacado é que as vitórias eleitorais democratas não expressam um crescimento de sua influência: sua aprovação atingiu o nível mais baixo em 30 anos. Mas, acontecem no momento em que a popularidade de Trump despencou para 39% de aprovação. Em todos os estados - com exceção de Idaho - a desaprovação de seu governo é a mais elevada para um presidente da história dos EUA em seu primeiro ano. É nesse quadro mais geral que é possível caracterizar a vitória de Mamdani como uma derrota de Trump, que se viu forçado a apoiar um candidato democrata uma vez que o candidato republicano não alcançou mais de 10% das intenções de votos nas pesquisas pré-eleitorais. Assim, a vitória de Mamdani não apenas foi uma derrota de Trump, como também da política

reacionária, belicista e pró-sionista da cúpula democrata. Ficou claro que a grande maioria das bases eleitorais democratas rejeitam o rumo traçado pela cúpula do partido ao mesmo tempo que expressou a revolta dos eleitores de Trump que apoiaram o candidato democrata, ou que não foram a votar.

É nesse quadro que a vitória de Mamdani expressou uma tendência contraposta à manifestada nas eleições de novembro do ano passado que deram a vitória a Donald Trump. Sua candidatura foi lançada dois meses antes do republicano vencer Joe Biden. Avaliava-se que a queda dos democratas nas eleições gerais poderia se refletir na candidatura do social-democrata Mamdani que, contrariamente ao expresso pela cúpula democrata, defendia uma política pró-palestina que, acreditava-se, ↑

→ lhe fecharia as portas ao financiamento de campanha, considerado decisivo para ser eleito. No entanto, ainda assim, venceu apesar do boicote graças ao massivo apoio de mais de 90 mil militantes que fizeram campanha porta a porta por toda a cidade. Isso mostrou que era possível vencer sem contar com o massivo apoio do lobby burguês e que as direções democrata e republicana não compreenderam a importância do massivo movimento contra o genocídio palestino e, particularmente, a rejeição ao abandono pelo Partido Democrata a defender os interesses e reivindicações dos assalariados. Por conseguinte, o que, aos olhos da burguesia, parecia sua fraqueza transformou-se em sua fortaleza ao apoiar-se nas bases democratas e, sobretudo, nos trabalhadores contra o aumento da pobreza e miséria na cidade mais rica do país. De nada serviram as ameaças de Trump sobre os “perigos do comunismo” atribuídos ao democrata.

Durante sua campanha, Mamdani prometeu um aumento do salário mínimo; que impediria a expulsão sumária de imigrantes; que congelaria os aluguéis para quase 1 milhão de pessoas, que avançaria em garantir a gratuidade do transporte e das creches (para crianças de 6 semanas a 5 anos de idade); que promoveria a implantação de supermercados com preços acessíveis etc. Para aplicar esse programa reformista, disse que apresentará um projeto para aumentar em 2% a taxação às grandes fortunas (aos que ganham mais de US\$1 milhão por ano). Além disso, defendeu o direito dos palestinos a terem seu Estado e condenou os crimes de guerra do sionismo na Palestina ocupada.

Mamdani soube se aproveitar da contradição entre a Nova-Iorque, símbolo da riqueza da burguesia aos bairros operários e pobres nos quais o “sonho americano” não passa de uma farsa para os assalariados, pobres, imigrantes e juventude que apenas conseguem sobreviver dia a dia. Foi entre os estudantes pró-palestina, nos setores da pequena burguesia e dos trabalhadores afundados nas dívidas e que arcaram com aluguéis absurdamente caros, além dos profissionais liberais, que Mamdani transformou a revolta das massas em apoio eleitoral massivo a sua campanha. Apoio esse que está

longe de expressar uma “alternativa socialista”. Nas eleições burguesas, os explorados não se expressam homogeneousmente como uma força social independente, e sim como indivíduos isolados uns dos outros que votam segundo suas consciências e seu ânimo político sob a pressão de fatores sociais objetivos e concretos. Sem dúvida, a revolta contra a queda nas condições de vida se manifestou em apoio ao programa reformista de Mamdani. Além de fazer desta eleição a de maior participação eleitoral desde 1969: 40% compareceram para votar. Todavia, sendo a mais massiva dos últimos 44 anos é impossível obscurecer que 60% dos habilitados a votar, não o fizeram, porque saiu governo, entra governo e a situação econômica piora para a esmagadora maioria dos norte-americanos.

O certo é que o programa de Mamdani não passa de um amontoado de promessas reformistas. Nada tem de socialista, se se entende por isso a defesa de um programa que ataque as bases da grande propriedade privada e abra caminho à revolução social. Trata-se de um programa para abrir negociações com a grande burguesia (Nova Iorque é o centro financeiro dos EUA) para que realizem um maior aporte tributário para subsidiar suas medidas. Em troca, é provável que Mamadani se comprometa a fazer tudo para impedir que as massas que o apoiaram avancem na luta de classes e, sem dúvida, usará sua influência e ascendência para mantê-las sob controle, garantindo os negócios e lucros da burguesia.

Mamdani não é um revolucionário e sim um social-democrata. Não há perigo à burguesia em seu mandato, embora possa inicialmente resistir a que mexa com a especulação financeira em aluguéis e valores dos imóveis (a terra disponível não abunda e a procura por moradias é elevada, o que se reflete em uma elevada renda fundiária e altos preços das moradias), com os negócios criados ao redor da educação privada e, sobretudo, se aumentem os salários muito acima do que considera mais lucrativo para seus negócios. Nesse sentido, haverá uma forte resistência organizada pela burguesia (com apoio de republicanos e democratas) para condicionar as medidas e o programa de governo do social-democrata. Somente

uma mobilização de massas e radicalizada seria capaz de impor esse programa mínimo à burguesia, aos partidos e à burocracia estatal que controla as instituições.

Mamdani assumirá o comando de um governo burguês. Como candidato da política burguesa, ainda que com posturas reformistas e retórica radicalizada, o massivo apoio eleitoral conquistado apenas lhe outorga uma maior capacidade de manobra para negociar com a burguesia nova-iorquina algumas migalhas para as massas exploradas e oprimidas. Sabe ainda que essas massas não contam com uma direção clássica e revolucionária que lhes permita se manifestar de forma coesa, unitária e organizada para defender esse programa mínimo de reformas progressivas por meio da luta de classes.

A vitória de Mamdani expressa uma tendência instintiva das massas de se opor às brutais consequências do capitalismo sobre suas condições de vida. Mas, estando ausente sua direção revolucionária, essa tendência se diluirá progressivamente na apatia e na decepção quando o social-democrata se mostrar impotente de cumprir seu programa mínimo. É essa compreensão que deve guiar a posição e a política da vanguarda com consciência de classe, que terá de dar saltos na construção do partido revolucionário capaz de organizar as massas no campo de sua independência de classe e da ação direta coletiva. Será desenvolvendo a luta pela imposição desse programa mínimo à burguesia com seus próprios métodos de luta e com sua força coletiva, que será possível romper com suas ilusões democráticas e, finalmente, abrir caminho à luta revolucionária pelo fim do capitalismo. ●

FOLHETO

Inviabilidade da DEMOCRACIA BURGUESA

“Nas semi-colônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia”

Adquira com nossos militantes!

Ecuador

Derrota de Noboa no plebiscito que deveria abrir caminho à revisão da Constituição, ao enfraquecimento dos partidos opositores e à instalação de bases militares dos EUA

O governo direitista se encaminha para uma crise e um choque mais violento contra as massas oprimidas

No 16 de novembro, foi realizado no Equador o plebiscito (referendo) organizado por Daniel Noboa, presidente do país, perguntando se a população é favorável (SIM) ou contrária (NÃO) a que : a) “Se convoque e instale uma Assembleia Constituinte e que seus representantes sejam eleitos de acordo com as regras eleitorais previstas no Estatuto Constituinte adjunto (em anexo ao referendo, apresentava-se a proposta do governo) para elaborar uma nova Constituição que entrará em vigência se aprovada posteriormente em referendo?”; b) “Se elimine a proibição de estabelecer bases militares estrangeiras ou instalações estrangeiras com propósitos militares, e ceder bases militares nacionais às forças armadas ou de segurança estrangeiras” no país; c) “Você está de acordo em eliminar a obrigação do Estado de atribuir recursos do pressuposto geral do Estado às organizações políticas?” e d) “Você está de acordo em reduzir o número de deputados¹ de acordo com os seguintes critérios: 10 deputados nacionais; 1 deputado eleito por cada província; e 1 deputado estadual a mais para cada 400 mil habitantes?”

Com o voto dos 80% habilitados, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) anunciou a vitória do “NÃO” com mais de 60%. Noboa disse que respeitará a decisão e que seguirá lutando por suas propostas com as “ferramentas que temos”. Assim respondia o presidente direitista à derrota que sofrera em sua investida contrarreformista. No ano passado, também saíra derrotado do plebiscito sobre se a população era favorável a “manter as riquezas petrolíferas sob o subsolo” (SIM) sem exploração, ou contrário (NÃO) em regiões indígenas consideradas “santuários da biodiversidade”. Desta vez, o SIM ganhou deixando Noboa sem mais saída, a não se encerrar as explorações que estavam em andamento.

Uma das maiores derrotas foi, sem dúvida, a rejeição por mais de 60% a instalação de bases dos EUA no país. Em junho do ano passado, o governo direitista tinha conseguido aprovar no Congresso uma PEC para mudar o artigo 5 da Constituição de 2008², reduzindo sua formulação a “O Equador é um território de paz”. Essa frase genérica apagava a formulação mais precisa que deixava claramente estabelecido sua proibição. Não existindo proibição, podia-se, então, instalar bases militares, inclusive de organismos de segurança (CIA, DEA etc.), conhecidos por seus contatos com cartéis de droga, por operações de inteligência e terroristas contra oposições políticas e golpes de estado.

Antes do plebiscito, Noboa fechou um pré-acordo com os EUA para instalar bases militares no país. Acreditava-se que bastaria pressão norte-americana (sobretudo sobre Venezuela) e apresentar a instalação de suas bases em solo equatoriano como fato dado para ganhar o plebiscito. Com sua derrota, um impasse é aberto em seu objetivo de usar Equador

para intervir em América Latina, enfraquecendo suas capacidades de ofensiva contra Venezuela momentaneamente, e enfraquecendo relativamente seu objetivo de fazer do país um “porta-aviões” para militar a região contra o avanço da China, por enquanto a maior financiadora e mercado consumidor de produtos agrícolas equatorianos.

Outra derrota importante foi a rejeição à alteração do número de deputados e à retirada do financiamento público dos partidos políticos. A derrota nesse ponto enfraqueceu conjunturalmente seu objetivo de alterar as relações políticas ao interior do Congresso. Sua proposta favorecia os partidos direitistas e oligárquicos com capacidade financeira e presença nacional e que, graças ao apoio da burguesia, poderiam reunir fundos de campanha que os partidos de esquerda e reformistas não contariam, sobretudo, indígenas (que são a maioria da nação) e, assim, impor uma maioria de parlamentares sob controle de partidos direitistas, concretamente, de Daniel Noboa.

Veja-se que as propostas de Noboa procuravam avançar ao entreguismo, de um lado, e à centralização política, de outro. Recorrer ao plebiscito permitiria a Noboa realizar essa progressiva mudança do regime por meios democrático-formais. Essa via fracassou, pelo menos conjunturalmente. A derrota sofrida coloca seu governo em uma tendência de crise política, uma vez que suas medidas políticas mais importantes ficam “congeladas” - pelo menos pela via democrática burguesa. Não se pode descartar, assim, que Noboa recorra aos decretos, às emendas constitucionais e à centralização autoritária (pela via golpista institucional) para garantir os interesses dos EUA e da burguesia nacional ao redor dos recursos minerais e petrolíferos, das contrarreformas, dos tarifaços e das privatizações.

A rejeição aos projetos de Noboa demonstra que não passou em branco para as massas a violenta ofensiva interventionista dos EUA sobre América Latina, e instintivamente rejeitam que o país se transforme em uma base de manobra militar contra Venezuela, Colômbia etc. Rejeitaram também qualquer alteração autoritária das relações políticas que restrinjam a democracia ou impeçam os partidos de oposição minoritários de serem representados no Congresso. Fica assim claro que a rejeição aos “4 pontos” do direitista demonstrou que as massas não se direitizam.

É nesse quadro contraditório que está colocada para a vanguarda com consciência de classe fazer uma ampla campanha entre os operários, camponeses, trabalhadores, juventude oprimida e povos originários a defesa da retomada dos métodos dos levantes operários e populares de 2019 e 2021. No entanto, para que não se repita o ciclo de desilusões e derrotas, faz-se necessário dar passos efetivos na construção de uma direção revolucionária, rasgando as ilusões democráticas, e unificando as lutas que diuturnamente se erguem contra o governo direitista e entreguista, sob um plano comum de reivindicações. A defesa desse plano nacional e da luta de classes favorecerá a construção de seu partido revolucionário. ●

1. De 151 para 73.

2. O Artigo 5 da Constituição aprovada no governo de Rafael Correa estabelece que “não se permitirá o estabelecimento de bases militares estrangeiras nem de instalações estrangeiras com propósitos militares. Se proíbe ceder bases militares nacionais a forças armadas ou de segurança estrangeiras”.

Chile | Eleições – 1º Turno |

À véspera do segundo turno, esquerda e direita burguesas disputam quem será o novo algoz das massas oprimidas

Dias depois de esta nota ser publicada, acontecerá o segundo turno das eleições entre Jeannette Jara (26,9% dos votos), do Partido Comunista do Chile (PCC) e ex-ministra de Trabalho do governo Boric, e o direitista José Antonio Kast (23,9% dos votos), do Partido Republicano. Dois candidatos da extrema-direita, Johannes Kaiser (13,9%) e Evelyn Matthei (12,5%), já anunciaram seu apoio a Kast.

É a primeira eleição no país depois de ser reinstituída a obrigaçāo do voto, aumentando em 5 milhões os eleitores. As passadas eleições foram marcadas por um elevado absentismo. Nas eleições que venceu Gabriel Boric, o abstencionismo chegou a 57% do padrão eleitoral. Índice ainda mais elevado nas regiões, cidades e bairros operários e populares, atingindo a média de 63%. Os maiores níveis de participação se verificam nas regiões, cidades e bairros de maior presença burguesa e a pequeno-burguesa. A lei do voto obrigatório, como veremos mais à frente, verificou que um setor dos explorados e oprimidos favoreceu à direita e ultradireita e seus discursos de “ordem” e “segurança” sob impactos da elevação dos índices de crimes nas periferias que atingem oprimidos, pobres miseráveis também. Como se vê, a restauração do voto obrigatório favorecerá, em última instância, à burguesia para que o próximo governo se revista da maior “legitimidade” formal possível para aplicar seus ataques contra as massas.

Há ainda um outro fator a ser avaliado: a derrocada das variantes esquerdizantes do democratismo pequeno-burguês e dos ditos marxistas, que juntos, não superaram 4% dos votos. Essa situação reflete que dentro do quadro da democracia formal os explorados são arrastados a votar no mal menor sob o espantalho teórico de que a contradição fundamental é entre a democracia e o fascismo.

O certo é que a apertada vitória de Jara indicou uma profunda erosão de apoios eleitorais e sociais ao governo que se comprometeu a realizar profundas reformas na estrutura econômica herdada da ditadura fascista e pró-imperialista de Augusto Pinochet. Embora Boric outorgou algumas migalhas (a exemplo da redução da jornada legal para 40 horas, ampliar o acesso ao sistema de saúde), no essencial, manteve e fortaleceu a estrutura das Administradoras de Fundos de Pensões (AFP), sistema privado de aposentadorias, ainda que aumentando a contribuição patronal (passou de 1,5% para 4,5%). É importante dizer que essa medida deslocou uma maior fatia de lucros dos capitalistas industriais e comerciais, grandes e médios, para as mãos do capital financeiro e os grandes monopólios capitalistas que controlam as AFP. Mas, não alterou o uso desses fundos para lucrar com o parasitismo financeiro. Enquanto sua proposta de um sistema misto (privado e público) ficou só em palavras.

Essas medidas foram apresentadas e defendidas por Jara, que foi Ministra de Trabalho de Boric. E aplaudida pelo Banco JP Morgan que esfregava as mãos com a injeção de 3,4 bilhões adicionais no mercado de capitais por intermédio das AFP. Foi aplaudida também pela Confederação da Produção e do Comércio (CPC) e a Sociedade de Fomento Fabril (Sofofa), que felicitaram a medida. Mas, não por um setor importante das

massas às quais lhes cravou um punhal nas costas. A raiva se estende contra Jara e também contra Boric que deram as costas às massivas manifestações sob a bandeira de “Não + AFP”.

Lembremos também que o governo “progressista” de Boric aprovou uma lei antiterrorista de forma unânime, que caracteriza as condutas e “associações” terroristas como aquelas que, reunindo três ou mais pessoas se proponham cometer crimes como: a) sequestros, b) subtração de menores, c) lesões, d) homicídios, e) incêndios etc. viando f) desestabilizar as estruturas políticas, sociais e econômicas do “Estado democrático de direito”; g) afetar a infraestrutura etc. É sintomático que a lei foi aprovada após a morte de três carabineiros (polícia militarizada) por manifestantes do povo Mapuche, povo originário que habitava essas terras por séculos e foi massacrado e sofre hoje a violência permanente da burguesia para roubar os territórios que ainda lhe restam. Sequestros, ataques à infraestrutura das empresas capitalistas que exploram suas riquezas e saqueiam seus territórios, incêndio de maquinaria, bloqueios e ataques contra as forças repressivas do estado são métodos usados pelos Mapuche para resistir a opressão e enfrentar os latifundiários e os capitalistas. O mesmo se passa com piquetes, ocupações de fábrica, tomada de reféns, ataques à propriedade privada das greves operárias. O dito progressista Boric aprovou e impulsionou uma lei dentro dos marcos traçados pela “guerra ao terrorismo” dos EUA que é um instrumento do intervencionismo, dos golpes de estado e de medidas de coerção e bloqueio econômico contra os países que se resistem a aceitarem cegamente a suas ordens

Assinalamos estes aspectos para mostrar que a disputa eleitoral não enfrenta um “modelo” de “redistribuição” da renda contra um projeto de retirada de direitos e continuidade da ditadura pinochetista. De fato, as duas frações da política burguesa preservam os interesses dos capitalistas, o saque da nação oprimida e dos assalariados, assim com a estrutura militarizada de ataque e repressão aos protestos e do povo Mapuche, se distinguindo apenas pelo fato dos “socialistas” e “comunistas” quer garantir os lucros capitalistas derramando algumas migalhas para os mais pobres. Qualquer que seja o vencedor, permanecerão as relações de propriedade e exploração que desgraçam as massas.

Um dos cenários mais prováveis é uma vitória da direita e que hoje se acha fortalecida mundialmente. Isso expressou-se nos resultados eleitorais onde as quatro versões direitistas e fascizantes obtiveram, de conjunto, mais da metade do total dos votos. Isso se reflete no controle, entre a extrema-direita e a direita, da maioria do Senado, portanto, fechando as portas a qualquer processo de retomada da farra constituinte ou de mudança da Constituição pinochetista. Maioria que impõe regressões contínuas, a exemplo da lei antiterrorista orientada contra os Mapuches e as lutas operárias, campesinas etc.

A candidata “comunista” que já começou a “suavizar” seu discurso procurando atrair votos da direita mais liberal e suas bases de apoio, a obrigando a assumir um

continua | →

→ discurso mais direitista que prende bem em um setor dos explorados abrumados pela criminalidade que os atinge, e que ficam presos às igrejas que reproduzem a mensagem terrorista da burguesia. Isso explica, ainda, porque a direita não apenas manteve sua base eleitoral entre as regiões e bairros burgueses e da pequena burguesia acomodada, como entre bairros operários e populares que antes rejeitavam o discurso fascizitante e reacionário.

Esse é o resultado histórico e objetivo do desvio democratizante da revolta operário e popular de 2019, que por estar ausente sua direção revolucionária, impediu às massas revoltadas contra o regime burguês e a Constituição pinochetista, não conseguiram ir além da explosão de fúria e avançar pela via da revolução social. Verifica-se com as eleições um retrocesso das massas. eis porque se devem tirar as lições correspondentes desse processo histórico. Há um abis-

mo entre o que fizeram instintivamente na luta de classes e como se manifestaram politicamente nas eleições burguesas 6 anos depois.

Qualquer que seja o governo eleito no segundo turno, terá de enfrentar as tendências de luta das massas que não foram esmagadas e nem derrotadas em luta aberta, apenas desviadas e enganadas pelas suas direções para reforçar a democracia burguesa. As tendências mundiais de luta de classes demonstram também que as massas não ficarão pacíficas e subordinadas. A crise e os ataques que virão alavancarão novas revoltas e confrontos de classe contra classe, e as lições de 2019 tomarão toda sua importância estratégica para o proletariado. Está aí manifesta em toda sua importância a crise da direção revolucionária e a necessidade de superá-la. A vanguarda de lutar pela independência política do proletariado, construir o partido revolucionário e dar passos à revolução e ditadura proletárias.

Golpe militar em Guiné-Bissau representa mais uma derrota do imperialismo francês na África.

A defesa intransigente da nação oprimida em choque com o imperialismo é essencial para o contínuo enfraquecimento deste e abre margem para a luta pelo socialismo



No dia 27/11, o presidente de Guiné-Bissau, Umaru Sissoco Embaló, foi preso por militares, horas antes do anúncio dos resultados da eleição ocorrida no dia 23/11. O atual presidente concordava à reeleição e tanto este quanto o líder da oposição, Fernando Dias, anunciaram sua vitória, mesmo sem os resultados oficiais. O pleito já vinha sendo questionado, visto que o principal partido da oposição e mais tradicional partido do país (PAIGC) não pôde concorrer. O líder do golpe, Denis N'Canha, chefe da guarda presidencial, prendeu também o candidato da oposição, e mais alguns militares de alta patente, dentre eles o comandante em chefe do exército. No dia seguinte, 28/11, o general Horta inta-A é apontado pelos militares como presidente interino em um “governo transicional” previsto para durar um ano. O que de fato representa este golpe? Qual seu conteúdo? A que interesses respondeu? Procuraremos responder de forma sintética a essas perguntas neste artigo.

Guiné-Bissau é um pequeno país na costa ocidental africana e antiga colônia portuguesa. Da mesma forma que Moçambique e Angola, o país passa por uma sangrenta guerra de independência de Portugal na década 1970. O partido que liderou a resistência anticolonial (PAIGC, Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde) dominou a política bissau-guineense nas décadas seguintes. Em 2019, o general de exército Embaló concorre às eleições em outro processo polêmico em meio a suspeitas de fraude, e acaba sendo apontado como presidente pela Suprema Corte em setembro do ano seguinte.

O caráter pró-imperialista do governo Embaló foi evidente desde sua posse e até o momento em que foi derrrocado. Em 2024, ano em que Guiné-Bissau estava na presidência da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, instrumento do imperialismo francês de controle econômico dos países da região), Embaló defendeu a intervenção militar no Níger a partir da ECOWAS, após a deposição do governo pró-França neste país por um golpe militar liderado por uma fração nacionalista. Não está claro ainda se o golpe no país lusófono terá a mesma natureza de choque contra o imperialismo francês como nos países do Sahel, ocorridos desde 2020, mas pelas informações disponíveis o que está claro é que não se trata de um “autogolpe” de Embaló, como afirmou

categoricamente a LIT-QI, sem qualquer prova e recorrendo apenas a suposições. A queda de Embaló representa sim, ainda que eventualmente pontual, um golpe ao imperialismo ao remover do comando do estado um presidente serviçal desse.

Como Lora já afirmou em seus escritos, governos nacionalistas nos países de capitalismo atrasado e semicolonais se esgotam no poder, ora sendo derrubados, ora se adaptando à ordem da exploração burguesa, capitulando em última instância ao imperialismo. Da mesma forma que a Frelimo de Moçambique e o MPLA de Angola seguiram por esse caminho, o PAIGC jamais conseguiu dar respostas concretas aos anseios das massas, onde décadas de governos deste partido mantiveram o país dentro da estrutura de exploração capitalista e como um dos países mais pobres do mundo. Neste esgotamento, abre-se margem para os mais diversos grupos de aventureiros da direita e da esquerda burguesa tomarem o poder, seja através de eleições, seja através de golpes, e que vão manter a mesma estrutura de dominação.

Serão as medidas econômicas, sua relação com as massas e qual posição adote em relação ao saque imperialista que tome o governo militar que determinará se se trata de um golpe reacionário ou um golpe nacionalista de conteúdo burguês que procura impor uma mudança nas relações com a metrópole imperialista. O que não se deve desconhecer é que os golpes no Sahel têm refletido uma crescente revolta das massas contra o imperialismo. É o curso da luta de classes e da política da ditadura militar que poderão esclarecer qual seu conteúdo e objetivos: preservar a opressão imperialista ou chocar-se com este - ainda que limitada. O que obriga a deixar de lado a lógica maniqueísta pequeno-burguesa da “democracia x ditadura”.

Entendemos que o golpe militar representa uma derrota - ao menos pontual - ao imperialismo, uma vez que derruba um governo vassalo aos seus interesses, contudo, também sabemos que somente as massas unidas, em torno de um programa revolucionário testado historicamente, podem levar à emancipação real da nação oprimida diante do capitalismo decadente. As massas devem confiar em si mesmas apenas e devem, munidas do programa revolucionário, caminhar para o socialismo. ●